

# GAZETA

## da semana

CAMPONESES DE OURENTE E SETE FONTES (Pág. 9)

Director Interino  
JOAO MARTINS PEREIRA

Director-Adjunto Interino  
JORGE ALMEIDA FERNANDES



## Depois da ameaça de Pires Veloso **COMÉRCIO DO PORTO, TEMPO A RUA, JORNAL NOVO, O DIA, ETC. EM PERIGO DE INCÊNDIO**



A última de Veloso: a incendiária

Hoje em Lisboa

### Concentração das escolas contra o decreto de gestão

• Em S. Bento, às 19 horas (PÁG. 7)

Parece que desta vez é que vamos apolar Pires Veloso: «Todos os jornais que disseram mentiras ou que sistematicamente praticam a mentira devem ser queimados à saída da redacção», afirmou o poderoso comandante da Região Militar do Norte, terça-feira passada, à saída do Paço Episcopal do Porto.

Cansado das mentiras e deturpações de certos jornais, alguns pagos directamente com o seu dinheiro, o povo português vai finalmente poder aplicar-lhes o correctivo mais adequado. Pela nossa parte, damos uma ajuda ao brigadeiro. Jornais que mentem ao povo são: Comércio do Porto, Dia, Jornal Novo, Tempo, Diário de Notícias, já para não falar nos do género da Rua, Barricada, Templário, etc., etc.

Mas chega de ironia. A intenção de Veloso era atingir, não a imprensa reaccionária, mas a de esquerda.

Minutos antes, Pires Veloso assumia toda a responsabilidade pela presença na tribuna de honra, durante as cerimónias do 25 de Novembro, do major Mota Freitas, sobre quem recaem fortes suspeitas de actividades bombistas.

Insolente e ameaçador, o brigadeiro Veloso constitui hoje um autêntico poder militar e político, à margem dos chamados «poderes constitucionais». Recebeu embaixadores e ministros; fez declarações políticas de âmbito nacional, emitiu comunicados, desafiou até o C. R. Deu mais um passo agora: colocou em tribuna de honra, como exemplo da luta pela democracia, um oficial suspeito de actos terroristas e incitou o povo à realização de actos de fé. Praticados pela Inquisição, durante o nazismo e, mais recentemente, no Chile de Pinochet.

«Lamentável levandade, perturbação psicológica», como se escrevia ontem num vespertino, ou pura e simples provocação?

(MAIS SOBRE VELOSO NA PÁG. 6)

Teatro:

### Ponto crítico da situação cultural portuguesa

O Teatro é hoje o ponto quente da situação cultural portuguesa — o Governo distribui as salas municipais pelos seus filiados e reduz os subsídios aos grupos independentes. A resistência, porém, também já começou. Nas fábricas como no Teatro, a luta continua.

Solidários com esta luta, «A Gazeta» defende e apola o trabalho dos grupos independentes.

(LEIA NAS PÁGS. 18 E 19)

Reforma Agrária

### Mais 53 «Reservas» à vista no Distrito de Beja

(CENTRAIS)

# Gazeta suspende a publicação (até Janeiro) e reúne com os leitores

O «Gazeta da Semana» volta a suspender a publicação, a partir desta semana, e até ao fim do mês.

A situação financeira tornou-se péssima, pois as vendas voltaram a um ponto baixo e a subida de preço não compensou o prejuízo acumulado dos últimos números. Daqui em diante, não chegam os balões de oxigénio e o voluntarismo dos que nele trabalham sem já receber salário. São precisas soluções de fundo.

Como o «Gazeta» não é subsidiado por ninguém, e como a esmagadora maioria dos seus leitores tem pouco dinheiro, só pode haver uma solução: vender mais e corrigir os erros que têm limitado a expansão do jornal.

Quase tão grave como a situação financeira é o desgaste e o cansaço dos trabalhadores do «Gazeta». Por outro lado, as dificuldades acumuladas empurram-nos para uma política de «stapa-buracos», de querer resolver tudo a curto prazo, sem solucionar os problemas de fundo. Isto pode desenrascar o jornal, durante mais uma semana ou duas, mas nada mais.

Reafirmamos que o problema central, no imediato, é o das vendas e da mobilização de fundos. Dos problemas da qualidade e orientação falaremos à frente.

## RECUSAMOS NOVAS DERROTAS

Na situação em que estamos, devemos encarar com calma, mas com determinação, as saídas possíveis.

Há duas saídas. A primeira é encerrar o jornal. Corresponderia a uma derrota. Po-

demos admitir que cometemos erros e que nós e os leitores não conseguimos fazer e aguentar o jornal. Mas temos razões para pensar que esta seria uma solução errada, gravemente errada.

Acontece que este problema não é só nosso. O «Gazeta» não é um jornal dum grupo de jornalistas. É um instrumento do movimento popular. E o movimento popular está numa fase difícil, numa situação defensiva. Depois da campanha de Otelu, entrou-se num período de refluxo temporário. Olhemos o que acontece na frente da Reforma Agrária, nas fábricas ou nos bairros. Ora, o modo como resistimos ao refluxo, como lutarmos, com decisão e sem pânico, é determinante para o poder ultrapassar. Não somos triunfalistas. Mas sobretudo recusamos pessimismo. Recusamos novas derrotas.

## O PAPEL DOS LEITORES

O «Gazeta» é um pequeno instrumento do movimento popular, uma arma no campo da Informação. Como tal o devemos tratar. Perder esta batalha seria mais uma derrota pa-

ra o movimento, uma vitória para os inimigos. É uma questão política e como tal lhe devemos responder.

Assim, propomo-nos discutir e resolver as condições do novo «arranque» do «Gazeta» em estreita colaboração com os leitores. Reconhecemos que um dos nossos erros tem sido o da má ligação aos leitores. É o momento de o resolver e de, em coordenação, resolver os problemas do «Gazeta». Por isso, apresentaremos o nosso balanço da situação, as nossas propostas, em reuniões de leitores a realizar nos próximos dias, em Lisboa, Coimbra e Porto. Que os leitores compareçam em força, para expressar as suas críticas e discutir as soluções.

## A FORÇA DO «GAZETA»

Na nossa análise, a crise do «Gazeta» é diferente da da generalidade da imprensa revolucionária. Não estamos directa ou indirectamente ligados a nenhum partido. Entre nós, são contradições políticas não são decisivas, são resolvidas. Temos discutido e chegado a acordo quanto à orientação do jornal.

Não somos um jornal «pluralista», onde caibam revolucionários, reformistas e social-democratas. Somos um jornal onde se podem exprimir todas as correntes e pontos de vista revolucionários.

Depois, não reduzimos a intervenção à cena oficial da política, aos partidos, às coisas do Governo ou às conspirações da direita militar. Procuramos alargar a nossa abordagem a todas as frentes de luta e a todas as questões da sociedade, a começar pelas chamadas «coisas» do quotidiano. Também nestas frentes, a que muitos chamam secundárias, se trava um combate de vida ou de morte, entre a revolução e o fascismo.

Esta é a força do nosso projecto. Reafirmamos, com vista ao futuro, a decisão de manter esta orientação fundamental. Somos pela independência face aos partidos, mas não somos, nem seremos, independentes na luta de classes.

## OUSAR VENCER

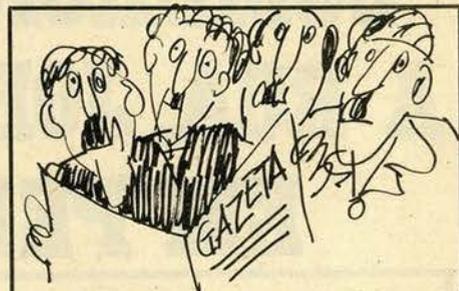
A curto prazo, temos de resolver os problemas financeiros. Mas na condição de sermos também capazes de analisar e corrigir os pontos fracos do jornal.

O «Gazeta» é um jornal de informação e intervenção política. É e, por vezes, acusado de ser fraco do ponto de vista informativo e de ser «morno» na intervenção e na denúncia. Estas críticas são parcialmente verdadeiras. Sabemos, de resto, que o jornal é muitas vezes pouco vivo e pesado. Par azevar para a frente esta crítica e fazer

um «Gazeta» novo, vamos partir da discussão com os leitores.

O que está em jogo é uma necessidade fundamental do movimento popular: um semanário de informação popular e de intervenção política. Da nos-

sa parte, a decisão é a de vencer os obstáculos, por mais fortes que sejam. Apelamos para a resposta dos leitores, para a sua iniciativa e imaginação. Estamos na dobra de uma esquina: ousar lutar é condição para ousar vencer.



## REUNIÕES DE LEITORES

**LISBOA** — Domingo, dia 5, às 15 horas, na casa do grupo de teatro COMUNA (à Praça de Espanha).

**PORTO** — Terça-feira, dia 7, às 21 horas, na Rua Entreparedos, n.º 80 (à Batalha).

**COIMBRA** — Quarta-feira, dia 8, às 21 horas, na Avenida Sá da Bandeira, n.º 114, 1.º.

**SETÚBAL** — Sexta-feira, dia 10, às 21 horas, nas instalações do Circuito Cultural de Setúbal, na Rua Detras da Guarda, n.º 28, 1.º (à Praça do Bocage).

### Ordem de Trabalhos:

- 1 — Informações sobre a situação do jornal.
- 2 — Crítica do «Gazeta»
- 3 — Propostas para expansão do jornal e resolução dos problemas financeiros.



**GAZETA**  
da semana

Tiragem média  
do mês anterior  
22 000 exemplares

**COLECTIVO** — João Martins Pereira (director interino); Jorge Almeida Fernandes (director-adjunto interino); António Mendes Nunes, Helena Policarpo, Joaquim Lima, João Santos, José António Salvador, José Gonzalez, José Leal Loureiro, Lourenço Antunes, Luísa Teiga Margarida Silva Dias, Regina Louro, Rui Martins (redactores); Zé d'Almeida (gráfico); Miguel Santos (fotografia); António Jorge da Silva, Fernando Rafael, Graça Manta, José Manuel Gonçalves (administração/distribuição); Adalino Gomes, Alexandre Oliveira, Alfredo Soveral Martins, Alice Ribeiro Santos, Ana Martins, Angela Vidal, António Caeiro, Artur Couto e Santos, Esperança Marreiros, Fátima Patriarca, Fernando Belo, Francisco Neves, J. Cid dos Santos, J. Henrique, J. Pulido Valente, J. G. Santos Alves, João Botelho (gráfico), Joaquim Furtado, L. M. Vilam, L. Ruivo, Lurdes, Silva, M. A. Pina, M. J. Ricardo, Nalcácia Pacheco, Nuno Bragança, Nuno Pereira da Silva, Paulo Ferreira, Relvas, Ricardo Lima, Valentim Alexandre, Vítor Ferreira (colaboradores).

**PROPRIEDADE** — Água Mole — Sociedade Cooperativa para produção de actividades culturais e editoriais. SCARL.

**REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO** — Rua Pinheiro Chagas, 41, 2.º, dt.º — Telefones: 56 28 69 (redacção); 56 13 30 (administração-distribuição).

**REDACÇÃO NO PORTO** — Rua do Santa Catarina, 218, 4.º — Telefones: 56 28 69 (redacção); 56 13 30 (administração-distribuição).

**COMPOSIÇÃO E IMPRESSÃO** — Empresa Pública dos Jornais SÉCULO e POPULAR (EPSPI), Rua Luz Soriano, 67 — Lisboa.

**DISTRIBUIÇÃO** — Lisboa e Província: Gazeta da Semana/Coop. Água Mole, S. C. A. R. L., Rua Pinheiro Chagas, 41, 2.º, dt.º — Telefone 56 13 30 — Lisboa.

Porto e Norte — Mário Silva Braga, Lda., Rua Duque da Terceira, 263-271 — Telefone 5 71 75/6 — Porto.

Coimbra e Beira Alta — Distribuidora «O Século», Av. Fernão de Magalhães, 458 — Telefone 2 27 29 — Coimbra.



Marajá, Maconde, Leonesa, etc.

# Nenhuma combatividade resiste ao isolamento

No passado 23 de Novembro, dia em que se cumpria precisamente um mês sobre o início da paralisação, as operárias da Marajá retomavam o trabalho. No dia anterior, o patrão tinha finalmente comparecido no Ministério do Trabalho para negociar e comprometera-se a pagar até 20 de Dezembro o subsídio de férias.

Embora com cedências no respeitante a prazos, a luta parecia, portanto, saldada por uma vitória das trabalhadoras. Essa vitória teve, no entanto, consequências pesadíssimas.

Por um lado, os dias de paralisação não foram (e não serão) pagos. Logo aqui se podem adivinhar importantes repercussões futuras. Mas a isto há a acrescentar a reintegração da patroa (sanada meses atrás), com o que isto implica de aumento da repressão e das provocações dentro da fábrica.

As trabalhadoras cederam em relação a estes dois pontos porque a sua capacidade de resistência estava próximo do limite. Ao fim de um mês de greve, sem salários, ainda puderam impor condições quanto ao pagamento do subsídio mas não conseguiram ir mais longe.

grandes fábricas da cintura do Porto têm demonstrado perante lutas como a da Marajá (ou como a da Leonesa, há 6 meses atrás), vem novamente colocar algumas questões de fundo.

Será que a classe operária das grandes empresas pensa resistir sózinha aos ataques que a burguesia acabará por lhe fazer? Como é possível que os sectores da vanguarda deixem calmamente liquidar (ou enfraquecer) o espírito de luta dos sectores menos avançados (textéis, etc.), isolando-se das grandes massas operárias do Norte?

co às lutas (apio que, aliás, os operários em luta lhes deviam exigir). Trata-se também de ter ideias claras sobre as formas de luta que o momento político permite. Por exemplo: são as greves prolongadas uma forma de luta adequada neste momento? Se sim, como combater a desmobilização e como assegurar o apoio económico? Se não, quais as alternativas de luta?

A não encarem de frente este tipo de problemas, os sectores mais avançados da classe operária em breve perderão toda a capacidade de manobra de que ainda dispõem.

A não apoiarem rápidos e decididamente as lutas das pequenas empresas, dos sectores mais atingidos pela crise, das regiões mais dominadas pelos caciques reaccionários (MACONDE, por exemplo), os sectores de vanguarda da classe operária estarão a facilitar o seu próprio isolamento, ou seja, estarão a abreviar a tarefa da burguesia.

ao golpismo fascista, não passa apenas pela unidade entre o proletariado e o campesinato e a pequena burguesia urbana. Começa na unidade interna da classe operária, da pequena e da grande indústria do Norte e do Sul.

A questão é essencialmente de linha política. Se as organizações e as vanguardas continuam a privilegiar as diversas eleições, à custa do desenvolvimento concreto das lutas das massas, acabarão por se suicidar politicamente. Por se isolar e por sofrer derrotas no próprio terreno eleitoral.

Recusamos por em oposição as lutas directas das massas e as eleições. As eleições são também um momento de trabalho de massas. A questão está em determinar qual é a frente principal, qual é o terreno em que concentramos forças. Na nossa opinião, esse terreno é o da luta directa das massas, nas empresas, nos campos e nos bairros.

É aqui que começa a ligação às massas e daqui que

## Das «reservas» às autarquias

Eis o ataque prolongado à Reforma Agrária. Depois das desocupações de Outubro, chega a nova fase, a das reservas. Herdades trabalhadas por cooperativas e unidades colectivas de produção são devolvidas a latifundiários, sob a força da C. N. R. E, de acordo com novas informações, mais algumas dezenas de «reservas» irão ser devolvidas nos próximos dias, principalmente no distrito de Beja.

Na aparência, trata-se de aplicar a lei da Reforma Agrária, na versão do 6.º Governo. Na realidade, trata-se de uma operação ainda contra a Reforma Agrária — o cerco às unidades colectivas de produção. A demonstrá-lo, a imprensa de direita, incitando ao ataque à «República de Beja», como escreve o director de «A Capital». A direita rejubila, esperando já a fase seguinte. Para não a desiludir o ministro da Agricultura (ou talvez dos Agrários) acaba de suspender o crédito agrícola por dez dias, a fim de seleccionar os bons e os maus. A tentativa de estrangulamento económico das unidades colectivas já não é feito à sombra das «leis do mercado»: é directamente assumido pelo ministro. Enfim, as coisas vão-se tornando demasiado claras.

### AS CONDIÇÕES SÃO OUTRAS

Nem todas as operárias da

Marajá compreendem como foi possível ao patrão aguentar a fábrica parada durante um mês. Nas lutas anteriores, o sr. Amadeu de Vasconcelos apenas resistira durante alguns dias e acabara por ceder completamente.

Quer isto dizer que ainda há muitos operários que não se aperceberam completamente das alterações da situação política e das consequências que daí advêm. Quer isto dizer, também, que a experiência de algumas greves anteriores (noutras fábricas) não foi ainda assimilada pelo conjunto da classe.

Explicando um pouco estas afirmações: havia ainda quem esperasse do M. Trabalho uma atitude de compreensão e apoio perante as razões dos trabalhadores. Havia ainda quem não estivesse ciente de que, agora, o patronato está organizado de forma a apoiar (inclusive economicamente) qualquer dos seus membros que tenha «problemas» com os operários.

A experiência das greves da Leonesa e da Oliveira e Ferreirinha, por exemplo, de nada serviu às trabalhadoras da Marajá. O facto de qualquer delas ter terminado pelo estrangulamento económico dos operários e pelo beco sem saída a que isso conduziu as lutas, em nada contribuiu para que esse resultado se não repetisse na pequena fábrica de S. Mamede Infesta.

Há ainda quem não compreenda que não basta a classe manter a sua combatividade. Isso é bom, mas implica a necessidade de orientar correctamente essa combatividade. Caso contrário, as sucessivas derrotas sofridas acabam por liquidar esse estado de espírito das massas, acabam por levar à descrença e ao desânimo.

### VANGUARDAS E LEITURAS?

A espantosa passividade que os trabalhadores das



Por ocasião da greve da Leonesa, eram as eleições para a Assembleia da República. Em Julho, durante a greve da Oliveira e Ferreirinha, era a desmobilização resultante do aproximar das férias. Agora, são as eleições para as autarquias locais... Entretanto, a burguesia não esteve a dormir.

Não se trata apenas da organização do apoio economi-

### UMA QUESTÃO DE LINHA POLITICA

As MARAJAS, MACONDES E LIONESAS são um alerta e uma acusação. Para meditar e sobretudo para tirar consequências práticas. Partimos do exemplo da pequena e média indústria do Norte que é uma componente decisiva do proletariado português. A resistência popular à recuperação capitalista, à repressão e

se parte para as grandes batalhas gerais contra o capitalismo e o fascismo e por uma alternativa popular.

E o desenvolvimento das lutas, a capacidade de recolher as suas indicações num programa que se generalize, a capacidade de lhes dar uma saída política, o que vai determinar a nossa capacidade de aproveitamento do terreno eleitoral. E não o contrário.

J. G.

## Despedimentos nas electrónicas

# Sorria sempre, evite a discussão a aumente a produção

Os trabalhadores das empresas atingidas pelas ameaças de despedimento colectivo (com outros nomes) no sector da electrónica, não esdendem o verdadeiro recelo de que as ameaças se concretizem, a coberto da política prosseguida pelo Governo de Mário Soares. Contra elas, a única forma eficaz de resistência parece ser a consciencialização dos trabalhadores.

Individualmente, a disposição parece ser a de «passar entre as malhas», embora colectivamente a luta contra tais medidas prossiga, prudentemente, já que, todos os dias, a relação de forças retira, cada vez mais, o poder aos trabalhadores.

Relativamente aos casos já em andamento, divulgados a semana passada pelo Sindicato dos Electrónicos, confirmam-se as «ofertas» de despedimento, por parte da administração da Siemens, de 418 trabalhadores que, embora ainda em reduzido número, começaram já a apresentar os seus pedidos de demissão, especialmente na fábrica Indelma, do Seixal. Isto apesar da forte unidade que se tem verificado até agora na quele fábrica. No entanto, os trabalhadores têm ainda bem presente a actual situação de desemprego da maioria das 200 operárias da secção de electrónica, despedidas em 75, com indemnizações que já gastaram.

Também na Electrom onde os 41 trabalhadores se despediram com direito a indemnização, para, logo a seguir, serem (re)admitidos 19, com total perda de direitos de antiguidade, os trabalhadores não receberam, ainda, qualquer indemnização. O mesmo aconteceu na Lourenço Borges onde, cerca de 21 trabalhadores «rescindiram o contrato», não tendo recebido um tostão.

### «OFICIALMENTE NADA SABEMOS»

Fomos encontrar um delegado sindical da AEG (onde não há Comissão de Trabalhadores) sob o signo de uma (tableta afixada nos escritórios e corredores das instalações de Lisboa: «SORRIA SEMPRE. Não trabalhe de má vontade. Você é uma pessoa livre. Evite a discussão e AUMENTE A PRODUÇÃO».

O delegado sindical junto de quem tentámos saber pormenores acerca dos 150 despedimentos projectados, não sorria. E pouco disse.

«Oficialmente não sabemos de nada — afirmou. Alguns jornais puseram a correr que a empresa podia encerrar. Quanto a isso, desmentimos em absoluto. A situação da empresa é bastante boa e não há bases nenhuma para um possível encerramento. Quanto aos despedimentos, só temos boatos — informações particulares de pessoas, umas mais ligadas outras menos ao assunto. A administração não desmente publicamente e nós, delegados sindicais, vamos reunir para averiguar o que há de verdade nisso».

A tática da administração da AEG é mais subtil.

### NOVA REDACÇÃO NO PORTO

A partir da próxima terça-feira a nossa redacção do Porto passará a funcionar na Rua de Santa Catarina, n.º 218-4, Sala 404. O novo telefone é o 38 06 08. Entretanto, até terça-feira, os leitores poderão contactar-nos na sede provisória: Rua Fernandes Tomás, n.º 688-4. Eq.º e para o telefone 3 73 36.

### ELECTROM: SANEAMENTO À ESQUERDA?

Trabalhadores responsáveis ligados ao assunto, afirmaram-nos que o que se passou na Electrom foi «positivamente um saneamento à esquerda». Os elementos da empresa com quem contactámos fazem obviamente parte dos que se despediram por acordo e com direito a indemnizações e que logo a seguir foram reintegrados. Segundo um elemento, membro da ex-Comissão de Gestão eleita pelos trabalhadores (não há CT), todos os 41 trabalhadores se despediram devido a um problema de reorganização da empresa. Seis trabalhadores foram despedidos colectivamente, também com direito a indemnizações. Logo que a empresa foi reorganizada, 19 pessoas foram readmitidas, não perdendo o direito às indemnizações respectivas, mas com a condição de só as receberem depois de tudo estar pago aos que ficaram sem emprego.

«As indemnizações, segundo consta da declaração de dívida, serão pagas mensalmente, mais a uns, menos a outros, e, se possível, aumentar-se-ão as mensalidades logo que se puder, até ao pagamento total.» No entanto, sabemos que os trabalhadores despedidos não receberam ainda qualquer «mensalidade».

«Este processo demorou mais de um mês — continua o mesmo elemento. O patrão esteve muito tempo fora e por isso se elegeu, na altura, uma comissão de gestão. Como a empresa não conseguia aguentar-se, tivemos de chamar o patrão que já tinha dito que queria abrir-frentes. Então o patrão apresentou a proposta das demissões e os acedimos isso ou ele, dentro de um mês ou dois, declarava falência. Só seis trabalhadores não acitaram de demitir-se e foram então despedidos colectivamente. Neste momento, a empresa está a laborar ao máximo, com as 19 pessoas admitidas de novo e mais duas de fora. Produzimos carregadores de baterias e alimentação de centrais eléctricas. Os nossos principais clientes, são os CTT e os TLP e por agora estamos com muito trabalho. Dois dos nossos produtos (carregadores de baterias) foram nacionalizados e o Ministério da Indústria é de opinião, actualmente, que isto não pode fechar. No entanto, em Abril, tentámos que a empresa fosse para a frente com toda a gente, andámos de Ministério para Ministério e ninguém ligou nenhuma. Até que a situação se degradou. Agora só queremos que o Governo impusesse a compra dos nossos produtos.»

«Este processo demorou mais de um mês — continua o mesmo elemento. O patrão esteve muito tempo fora e por isso se elegeu, na altura, uma comissão de gestão. Como a empresa não conseguia aguentar-se, tivemos de chamar o patrão que já tinha dito que queria abrir-frentes. Então o patrão apresentou a proposta das demissões e os acedimos isso ou ele, dentro de um mês ou dois, declarava falência. Só seis trabalhadores não acitaram de demitir-se e foram então despedidos colectivamente. Neste momento, a empresa está a laborar ao máximo, com as 19 pessoas admitidas de novo e mais duas de fora. Produzimos carregadores de baterias e alimentação de centrais eléctricas. Os nossos principais clientes, são os CTT e os TLP e por agora estamos com muito trabalho. Dois dos nossos produtos (carregadores de baterias) foram nacionalizados e o Ministério da Indústria é de opinião, actualmente, que isto não pode fechar. No entanto, em Abril, tentámos que a empresa fosse para a frente com toda a gente, andámos de Ministério para Ministério e ninguém ligou nenhuma. Até que a situação se degradou. Agora só queremos que o Governo impusesse a compra dos nossos produtos.»

«Este processo demorou mais de um mês — continua o mesmo elemento. O patrão esteve muito tempo fora e por isso se elegeu, na altura, uma comissão de gestão. Como a empresa não conseguia aguentar-se, tivemos de chamar o patrão que já tinha dito que queria abrir-frentes. Então o patrão apresentou a proposta das demissões e os acedimos isso ou ele, dentro de um mês ou dois, declarava falência. Só seis trabalhadores não acitaram de demitir-se e foram então despedidos colectivamente. Neste momento, a empresa está a laborar ao máximo, com as 19 pessoas admitidas de novo e mais duas de fora. Produzimos carregadores de baterias e alimentação de centrais eléctricas. Os nossos principais clientes, são os CTT e os TLP e por agora estamos com muito trabalho. Dois dos nossos produtos (carregadores de baterias) foram nacionalizados e o Ministério da Indústria é de opinião, actualmente, que isto não pode fechar. No entanto, em Abril, tentámos que a empresa fosse para a frente com toda a gente, andámos de Ministério para Ministério e ninguém ligou nenhuma. Até que a situação se degradou. Agora só queremos que o Governo impusesse a compra dos nossos produtos.»

### «NÃO TEMOS CT NEM DELEGADOS SINDICAIS GRAÇAS A DEUS!»

Averiguar das circunstâncias e das contradições entre os trabalhadores que permitem que tais despedimentos se efectuem

impunemente, não é tarefa rápida. Por isso nada conseguimos ainda saber quanto a outras empresas (como a Bosch, por exemplo) onde esta manobra hábil do capitalismo internacional e neste caso especialmente alemão, fará aumentar, com o «acordo» das próprias vítimas, o contingente já alarmante dos desempregados. Mas às vezes há casos aparentemente simples. Por exemplo na Lourenço Borges, firma nacional de produção de instalações eléctricas e mecânicas. Ao tentar contactar com a CT ou delegados sindicais, responderam-nos que não havia nada disso, graças a Deus. Desmentindo os despedimentos e afirmando orgulhosamente que ali não se liam jor-

nais comunistas que divulgavam tais mentiras, a pessoa que nos atendeu afirmou que as tais pessoas se tinham ido embora de livre vontade. E, para mais informações, impingiu-nos para a gerência, «que também é trabalhador».

Falámos com o gerente Rebelo. «Ai há gato — começou. Alguns trabalhadores, mais precisamente 21, foram-se embora de livre vontade. A firma devia-lhes um mês de ordenado e eles, como arranjassem outras coisas melhores, talvez, despediram-se. Não foram indemnizados, nada. Talvez tenham ido para o tribunal, mas não recebemos cá nada, por enquanto. Sabe, isto faz parte das pequenas e médias empresas. Dan-

tes havia cá 90 pessoas a trabalhar, agora estão 50. Sabe, temos tentado a ajuda do Estado, mas até agora não vimos nada.»

Tal como se demonstra no artigo ao lado, a ofensiva das multinacionais envolvidas neste processo, é uma ofensiva política. A manobra agora orquestrada e já antes tentada talvez com menos êxito, depois do 25 de Abril, parece ter como objectivo imediato conseguir que o ramo electrónico seja declarado sector em crise com as consequências de baixar as tabelas salariais e congelar os contratos colectivos de trabalho. O avanço do capital alemão no nosso país terá já mesmo levantado algumas dificuldades diplomáti-

cas entre Portugal e a Alemanha. E, por exemplo, convém não esquecer que por detrás disto há a CIP e que esta já avisou o Governo de Mário Soares de que ou cede às suas exigências ou então o melhor é demitir-se. E demitir-se é coisa que o I Governo Constitucional decerto não fará.

A Comissão Negociadora Sindical convoca todos os trabalhadores do sector de fabricantes de Material Eléctrico para um plenário nacional amanhã, sábado, às 15 horas.

A Zona Sul reunirá em Lisboa no Pavilhão da FIL, enquanto que a Zona Centro e a Zona Norte reunirão no Pavilhão do Académico em Ovar e no Porto respectivamente

# Intelectuais de todo o mundo solidários com Otelo

## • Carta Aberta do Comité Russell a Mário Soares

Assinada por dezenas de personalidades de todo o mundo e entre as quais se destacam os nomes de Jean Paul Sartre, Simone de Beauvoir, Daniel Guérin, Jean Pierre Faye, André Gorz, L. Schwartz, J. P. Chevènement (dirigente do P. S. francês); Benjamin Spock, N. Chomsky e Sweeney, dos Estados Unidos; Medvedev, da União Soviética; o prof. Dejider, da Jugoslávia; Norman Atkinson, deputado inglês; o dr. Anders Buro da Alemanha Ocidental — o Comité Russell enviou uma Carta Aberta a Mário Soares sobre a situação do general Otelo e as medidas repressivas que continuam a limitar a liberdade do chefe operacional do 25 de Abril.

É uma grande verdade que a Europa do Kapital está «connosco» (agora já se pode investir em Portugal com liberdade e segurança...). Mas, a outra Europa, a Europa dos trabalhadores, democrática e progressista, está também com aqueles que se batem pela democracia e a Revolução no nosso país. E porque Otelo, quer se queira quer não, é um dos signos maiores da nova história portuguesa, essa outra Europa considera intolerável a forma como ele é tratado pelas autoridades actuais. Testemunho dessa solidariedade, a Carta Aberta que o Comité

Russel enviou ao primeiro-ministro português, e que pela sua importância e significado nós transcrevemos na íntegra. «Senhor primeiro-ministro: «Escrevemos-lhe esta carta para exprimir a nossa inquietude perante a incerteza que continua a rodear o futuro do major Otelo Saraiva de Carvalho e dos seus camaradas. Verificamos que o major Otelo ainda não está em situação de liberdade e continua a viver sob a ameaça de certos precedentes legais, em consequência das alegações formuladas sobre o papel que desempenhou em Novembro do ano passado.

O Comité Russell para Portugal chamou a nossa atenção para o facto de o major Otelo parecer poder apresentar réplicas correctas a todas essas acusações, respostas que nunca foi autorizado a dar diante de um tribunal independente. É evidente que o major Otelo sofreu danos consideráveis, no seu país e também no plano internacional em sequência dessas graves acusações. Pensamos que deverá admitir a necessidade imperativa de pôr fim a esta situação. Ninguém poderá pôr em dúvida que o major Otelo é um herói da revolução portuguesa e que, em várias alturas, os seus actos foram de uma importância crucial para o êxito do com-

bate travado por Portugal pela democracia. Afigura-se-nos injusto que um homem destes deva sofrer a reprovação pública sem que lhe seja permitida qualquer possibilidade de defesa.

É neste sentido que lhe dirigimos este apelo para que tome as medidas imediatas com vista a resolver este problema. Solicitamos-lhe, vincadamente, não só que o major Otelo e seus camaradas sejam julgados mas também que sejam oficial e pública-

mente libados o que, na nossa opinião, seria o mais justo. O que não é de admitir é que esta situação se prolongue por mais tempo, manchando assim a reputação de um homem que, não duvidamos, figurará no futuro na galeria dos heróis nacionais portugueses.

«A Análise das Linguagens Totalitárias». Homenagem à quele que nestes últimos dois anos sempre defendeu «as células do povo que vivem intensamente a Revolução», e, sobretudo, desmontagem do Relatório sobre o 25 de Novembro e contra-inquérito aos sangrentos acontecimentos que se lhe seguiram (os tiros da GNR em Custóias no dia 1 de Janeiro de 1975) — «O Portugal de Otelo» é um livro a não perder.



mente libados o que, na nossa opinião, seria o mais justo. O que não é de admitir é que esta situação se prolongue por mais tempo, manchando assim a reputação de um homem que, não duvidamos, figurará no futuro na galeria dos heróis nacionais portugueses.

### PORTUGAL DE OTELO

Com este título, saiu agora em Paris um livro sobre a Revolução portuguesa («A Re-

mente libados o que, na nossa opinião, seria o mais justo. O que não é de admitir é que esta situação se prolongue por mais tempo, manchando assim a reputação de um homem que, não duvidamos, figurará no futuro na galeria dos heróis nacionais portugueses.

«A Análise das Linguagens Totalitárias». Homenagem à quele que nestes últimos dois anos sempre defendeu «as células do povo que vivem intensamente a Revolução», e, sobretudo, desmontagem do Relatório sobre o 25 de Novembro e contra-inquérito aos sangrentos acontecimentos que se lhe seguiram (os tiros da GNR em Custóias no dia 1 de Janeiro de 1975) — «O Portugal de Otelo» é um livro a não perder.

## Ao serviço da reacção

Texto de um anúncio emitidos nos últimos dias através dos canais 3 e 4 da empresa pública RDP: «A livraria B... acaba de lançar «Ao serviço do Portugal», um novo livro de António de Spínola/«Ao serviço do Portugal» é um documento para o julgamento da Revolução de Abril perante a História e o povo português/Ao serviço do Portugal — da Presidência da República ao exílio, um novo livro de A. de S.»

Palavras para quê? Trata-se de uma empresa pública, paga com o dinheiro do povo, dirigida por militantes dum partido que se chama socialista com alguns militares do ex-MFA à mistura e cada vez mais infiltrada de elementos ultra-direitistas: informadores da Pide, aenepês, telefonários, etc...

# As multinacionais e o 25 de Abril

As multinacionais estão há muito presentes em Portugal. Desde o tempo em que ainda nem sequer eram assim designadas: por exemplo, a Standard Eléctrica, ramo português da famosa ITT instalou-se entre nós no princípio dos anos 30. De resto é a expansão espectacular do imperialismo americano depois da 2.ª guerra que verdadeiramente origina aquilo a que hoje chamamos «as multinacionais».

Trata-se, muito simplesmente de empresas com uma estratégia mundial, que lhes permite efectuar uma divisão internacional do trabalho dentro da própria empresa, tirando partido quer dos factores favoráveis (recursos naturais, salários, política fiscal, condições políticas, etc) em cada país onde estão implantadas, quer ainda de situações conjunturais que essa diversidade geográfica lhes permite aproveitar ao máximo (p. ex. no campo monetário, em cuja especulação internacional têm um papel determinante, na medida em que procuram constantemente deter os seus activos líquidos nas moedas momentaneamente mais «fortes»).

Isto leva-nos, de passagem, a assinalar a diferença, que nem sempre tem sido feita, entre as grandes multinacionais e as empresas estrangeiras que aqui também se instalaram na mira dos baixos salários (p. ex. no sector das confecções), mas que estão longe de poder ser assim denominadas. Daí que, também, o comportamento de umas e outras depois do 25 de Abril tenha profundas diferenças ainda que, aparentemente, o resultado pareça o mesmo: despedimentos.

## EXPLORAÇÃO COMERCIAL

Até à década de 60, e salvo raras excepções, as multinacionais estavam representadas em Portugal praticamente só no campo comercial. A abertura então dada ao capital estrangeiro levou, nessa altura, muitas delas a instalar aqui aquelas fracções dos seus processos produtivos para as quais as condições existentes ofereciam uma alta taxa de lucro (além da «segurança» que dava a repressão política e a «estabilidade» monetária). Os investimentos feitos foram sempre muito escassos, as tecnologias muito rudimentares, a dependência imposta total. Com efeito, grande parte das matérias-primas e materiais eram fornecidos do estrangeiro pelo próprio grupo, e grande parte da produção exportada também para outra qualquer empresa do grupo no estrangeiro. A liberdade de «exploração», não só dos seus próprios trabalhadores, mas do País como um todo, não conhecia limites. Um único exemplo: no sector farmacêutico Portugal exporta certos produtos a um preço muito inferior àquele por que importa os mesmos produtos. É que as multinacionais do sector estão autorizadas a importar esses produtos da casa-mãe no estrangeiro, e à estratégia global desta interessa facturar esses produtos a Portugal a alto preço...

## A PRIMEIRA OFENSIVA

Depois do 25 de Abril podem detectar-se três grandes vagas de «ofensiva» das multinacionais, e todas elas têm um evidente carácter político.

A primeira dá-se logo nos meses que se seguem ao 25 de Abril. A sua fase mais aguda atinge-se quando o conjunto de todas as multinacionais do sector da electrónica anunciou ao governo a intenção de deixar o país em bloco, ameaçando de um só golpe despedir mais de 20 000 trabalhadores. Convém recordar que, à escala dos respectivos grupos, as operações das multinacionais em Portugal são de tal modo insignificantes que tal abandono em nada as afectava, sobretudo se se tiver presente os largos anos de lucros que já tinham produzido até 74. Na realidade a manobra era claramente política, e

mitissem à empresa operar em condições competitivas. Quanto à segunda, comunicou ao governo em fins de Junho de 75 que a sua Administração Internacional decidira cessar a sua actividade industrial em Portugal, por não se revelar lucrativa. Ainda nestes casos se torna patente o carácter de pressão política dessa acção, muito claro nas «condições» postas pela ITT.

Parece estarmos agora numa terceira ofensiva, mormente no sector eléctrico e fotográfico (AGFA). O que significa que o capital estrangeiro esperava mais do governo PS e entende ser altura de «encostar à parede» — e para isso nada melhor do que uma acção conjunta, que ainda por cima apanha em falso um governo que não se cansa de apregoar a necessidade de captar a confiança do capital estrangeiro e já se declarou pronto a rever o tímido

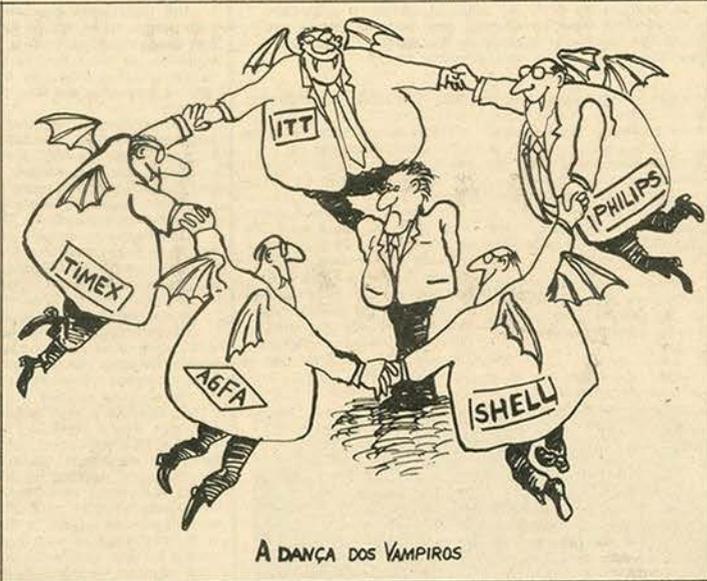
como vimos, as facturações de entrada e saída passam-se, em larga medida, dentro do próprio grupo. São, pois, incontornáveis. Tal como o são as invocadas crises das «casas-mães»: curioso que só depois do 11 de Março a empresa do grupo ITT que comprava as torneiras à Oliva tenha dado pela crise e cessado as encomendas; e bem assim que só agora a AGFA tenha dado pela crise da AGFA alemã quando, pelo contrário, se sabe estar o sector fotográfico na Alemanha em grande prosperidade...

## ENCOSTAR A PAREDE O GOVERNO PS

Esta é uma longa história, que está longe de se resumir a estas ofensivas: há casos que se vêm arrastando desde o 25 de Abril (a Timex, p. ex.). Apenas se quis sublinhar a forma específica de actuação das multinacionais que, muito para além do «interesse capitalista» como investidor que explora uma oportunidade de lucro, representam um poder político que por esse mundo tem posto e depositado governos e se afirma cada vez mais com a verdadeira face do sistema mundial de exploração ca-

pitallista. A rápida reintegração de Portugal neste sistema, que decorre da política defendida pelo governo, significa que Portugal voltará a ser plenamente (nunca deixou de o ser realmente, como se viu) um simples pião no jogo destes senhores.

J. M. P.



A DANÇA DOS VAMPIROS

a ela não foi estranho o pavor com que, a nível do Poder, desde o 25 de Abril se «tratou» o capital estrangeiro. Finalmente, acabaram por não concretizar a ameaça na sua totalidade, embora algumas a tenham efectuado parcialmente: a ITT — Standard despediu as suas 900 trabalhadoras da «Semicondutores» em fins de 74 por exemplo.

## A SEGUNDA OFENSIVA

A segunda ofensiva verifica-se após o 11 de Março. Apontamos apenas como casos exemplares o da ITT (agora em torno da RA-BOR e da OLIVA) e o da General Motors (para além da acção concertada de todo o sector automóvel). Basta referir que a primeira informou em Agosto o governo português que retirava o apoio financeiro às suas empresas em Portugal até que fosse restabelecido o seu poder efectivo de gestão e que lhe fossem dadas condições económicas que per-

Código do Investimento Estrangeiro no sentido de lhe dar mais «atractivos».

## A DEMAGOGIA DOS PREJUÍZOS

Quando aos prejuízos que todas sistematicamente inventam idemonstráveis, pois,



## NOTÍCIAS

### MACONDE REGRESSA AO TRABALHO COM VITÓRIA PARCIAL

O caso da Maconde, quando o Gazeta estiver na rua, estará provavelmente resolvido, com o regresso ao trabalho de todos os operários.

Durante o dia de ontem, efectuou-se a última reunião entre os representantes da gerência e todos os sindicatos envolvidos, excepto o dos Escritórios de Braga. Nesta reunião ficaram assentes três pontos: 1 — A gerência entregará o processo disciplinar instaurado a uma dirigente sindical e a uma delegada sindical, ao governador civil de Braga; 2 — A fábrica recomençará a trabalhar logo que se resolva o problema dos trabalhadores que foram para Vila do Conde, uns por ligações com o patrão, outros obrigados pelas famílias a aceitar a deslocação; 3 — O pagamento dos dias de lockout.

Durante a reunião de ontem, a gerência propôs que os trabalhadores assinassem um documento comprometendo-se a compensar gratuitamente, o tempo de trabalho perdido. No entanto, dada a exigência dos Sindicatos de que essa compensação em horas extraordinárias só poderia ser feita se fosse paga segundo a lei, a gerência acabou por aceitar o pagamento das horas.

Entretanto, o MT e os representantes sindicais deslocaram-se ontem a Vila do Conde para tentar convencer os trabalhadores a regressarem a Braga, em virtude do receio por estes manifestado de serem mal recebidos pelos restantes trabalhadores.

Uma dirigente sindical e um trabalhador encontram-se, entretanto, na Holanda, para informar os trabalhadores holandeses do que se passa em Portugal na sua fábrica.

### ENCONTRO DE PROFESSORES CONTRA A ESCOLA CAPITALISTA

A C. E. C. — «Contra a Escola Capitalista» — promove, nos próximos dias 4 e 5 de Dezembro, na Faculdade de Ciências, um encontro aberto a todos os professores interessados em debater a situação no ensino e as perspectivas de luta a nível sindical e de escola, «no sentido de contribuir para o aprofundamento duma alternativa popular neste campo».

A ordem de trabalhos será a seguinte:

- DIA 4  
Às 14,30 — 1) Abertura do Encontro.  
2) Análise da situação nas escolas.  
a — por secções (graus de ensino)  
b — um plenário.

Às 21,00 — Análise da situação sindical.

- DIA 5  
Às 09,00 — Programa de Luta nas Escolas.  
a — gestão e funcionamento das escolas.  
b — conteúdos de ensino, programas.

Às 14,30 — a) Intervenção sindical.  
b) A escola e os órgãos populares de base.

As inscrições podem ser feitas na sede da C. E. C. (Rua Tenente Raul Cascais, n.º 1-A) e custam 50 escudos, para pagar os textos e as teses editadas para o Encontro.

### DEMISSIONÁRIOS DO «PÁGINA UM» ESCLARECEM

Um grupo de trabalhadores demissionários do «Página Um» voltou a contactar-nos com o objectivo de esclarecer as razões da sua demissão. Declararam que fazem questão em recusar todas as tentativas de aproveitamento partidário da sua atitude, nomeadamente por parte do PRP e da UDP. Reafirmam que as demissões têm a ver com o seu próprio conceito do que é a informação revolucionária e não com as lutas entre partidos.

Pediram-nos ainda a divulgação dum novo texto de esclarecimento assinado por 26 trabalhadores demissionários. Por falta de espaço, limitamo-nos a transcrever duas passagens mais importantes:

«... A discussão inicial em que todos tinham participado, a concordância política que se reflectia no Estatuto Editorial e em alguns documentos elaborados por sectores do jornal — de onde se destaca o do sector Nacional, publicado no número 0 sob o título de «Projecto Página Um» — e principalmente o espírito unitário e o carácter colectivo da tomada de decisões, acordado unanimemente, não se conseguiram traduzir numa prática posterior. A democracia interna e a discussão política colectiva foram constantemente recusadas, sendo substituídas por decisões unilaterais ditadas por uma visão sectária.

A Coordenadora da Redacção, formada pela chefia e sub-chefia, mais os chefes dos vários sectores, desde cedo deixou de praticar a discussão com os restantes trabalhadores, adoptando um comportamento elitista e burocrático que determinou o seu próprio isolamento.

Esta prática, a par da sua incapacidade de analisar as situações objectivas e de dar soluções correctas para os vários problemas que sempre nos afectaram, contribuiu decididamente para o clima de desmobilização interna que ultimamente se agravou...»

«(...) A cisão no «Página Um» dá-se pois devido a uma divergência essencial sobre o que é um órgão de informação revolucionário, e não devido a divergências de tática política, que no entanto podem existir. Não podíamos aceitar que o jornal que defendia para o exterior a democracia dos trabalhadores, a sua participação a todos os níveis nos destinos da política e da vida, reproduzisse internamente os mecanismos de funcionamento burocrates, a recusa da discussão, a não participação e ausência de expressão livre das contradições e perspectivas. A cisão no «Página Um» é basicamente uma cisão de princípios e de métodos!»

25 de Novembro no Porto

# Flores de Veloso para Mota Freitas

Mais do que comentar o desfile das tropas (Comandos da Amadora, fuzileiros, paraquedistas e soldados de Unidades do Norte) comandados pelo major comando Belchior.

Mais do que referir as «preensões oficiais» na cerimónia (Marinha: comodoro Alfredo Oliveira; Força Aérea: gen. Lemos Ferreira). Mais do que isso importa sublinhar que as comemorações do 25 de Novembro no Porto, constituíram a segunda manifestação pública a um bombista (a primeira tinha sido ao comandante Abílio, em Santo Tirso).

Mota Freitas, trajando à civil não deixou de espantar com a sua presença nesta cerimónia os órgãos de informação (alguns) e o povo que ainda acredita em pessoas honestas. Surpresa, primeiro, porque se trata de um presumível bombista a quem são atribuídos mais de uma centena de atentados.

Segundo porque estando «oficialmente de férias» não se explica a sua presença nas solenidades ao abrigo das leis militares deste país.

Aqui, para quem está esquecido lembraremos que Mota Freitas saiu há cerca de três semanas do forte de Caxias, depois de ter sido visitado por diversos «amigos», entre os quais uma representação da P. S. P. do Porto e o actual governador civil, dr. Cal Brandão.

## «MOTA FREITAS! MOTA FREITAS!»

Mota Freitas só começou a ser aclamado durante o discurso de Pires Veloso. Diríamos até que as palavras de ordem de «louvor» se alternavam: «Veloso actua, põe a canalha na rua»; «Mota Freitas! Mota Freitas!».

Desde o princípio das cerimónias que se notava um pano branco, ao lado das bandeiras do CDS, PCP (ml), PPD, com os seguintes dizeres: «QUEREMOS MOTA FREITAS NO COMANDO DA PSP».

O discurso de Veloso continuava num tom «desesperado», agarrado ao microfone com as muletas a incomodar. No ar o barulho dos aviões CESSNA, dos FIAT e da esquadrilha T-6. Desta vez não contou a economia nacional, nem o «spoupe» hoje para ter amanhã.

Como também não conta para a economia nacional o feriado concedido desde as 11,30 da manhã às 18 horas e o dinheiro gasto na galante ornamentação do palco. Naturalmente que não iremos mais longe em questões de referências, porque pode «ofender» a economia nacional.

## FLORES DE VELOSO PARA MOTA FREITAS

Final do discurso de Pires Veloso em que referiu os que «não querem trabalhar», as «provas de carinho que tem recebido» e o Presidente da República.

«Gente simples do povo» oferece flores ao Comandante da Região Militar do Norte. Num acto de gratidão Veloso passa «generosamente» um ramo de flores para as mãos de Mota Freitas (a nossa máquina registou).



Foi Pires Veloso quem pôs o major Mota Freitas na tribuna do 25 de Novembro: «não abandono as pessoas nas horas difíceis, especialmente se são amigas e dignas de consideração». Purificado pela visita que acabou de fazer ao bispo do Porto, o brigadeiro incitou o povo a fazer autos de fé: «Mandei dizer ao «Jornal» que todos os jornais que disseram ou dizem mentiras, devem ser queimados à saída de Redacção». E aos brigadeiros que protegem bombistas, o que lhes devemos fazer?

Eram cerca de duas horas da tarde quando as entidades que presidiram à cerimónia, começaram a descer o palco montado para o efeito. No grosso dos militares conseguimos distinguir o cor. Carlos Azeredo (ex-Governador Militar da Madeira), o Comandante Interino da R. M. N. (brigadeiro Pacheco Rodrigues), o cor. Saraiva (Comandante Militar de Lamego e um dos principais «animadores» para a demissão de Corvacho).

## AQUELE ABRAÇO

Ainda nem todos os militares tinham descido do palco, quan-

do Mota Freitas já era abraçado por todos os amigos. Estávamos perante o «herói nacional» citado por um panfleto da Liga dos Patriotas Presos. No momento emocionante dos abraços e «provas de carinhos», pudemos observar sem espanto o abraço de um jornalista muito amigo de «O Comércio do Porto»: Fernando Barradas.

Estes os factos que julgamos convenientes ainda recordar depois de passada uma semana sobre o 25 de Novembro no Porto.

Factos que falam por si e que mostram de forma «desca-

rada» o triunfalismo da direita, do fascismo.

Factos que deitam por terra a tão louvada «coesão das Forças Armadas» referida por Mário Soares ainda não há muito tempo.

Repetimos, para que ninguém mais tarde se esqueça, o 25 de Novembro no Porto teve como nota dominante a reabilitação do bombista Mota Freitas que se supõe ter cometido mais de uma centena de atentados. Esta foi a segunda manifestação pública para ilibar os «inocentes patriotas», desta vez com a cobertura de Pires Veloso.

J. L.



«Aproveitem para tirar uma fotografia à reacção!...» gritou-nos, auto-crítico, o major Aventino Teixeira, no 25 de Novembro, na Amadora. Aproveitámos. Na foto, além do próprio, estão Pinho Freire, Moraes e Silva, Jaime Neves, Canto e Castro, o especialista em contra-informação e (por isso) director do Tejajornal, ten. mil. Parente, e o civil Joaquim Aguiar, conselheiro de Eanes



## é um grande espectáculo

Um parlamento é um lugar onde os projectos de lei esperam o tempo que for preciso para serem estudados, emendados, regeitados ou aprovados.

Um parlamento é um lugar onde se perde um tempo enorme em discussões estéreis, em várias exibições de mediocridade, e outras com bastante jeito mas, quase sempre, inconsequentes.

Um parlamento é um lugar onde a grande maioria dos eleitos apenas preenche o lugar e nada diz.

Um parlamento é uma instituição sempre com muito que fazer, carregada de projectos e propostas sobre os quais se tem que pronunciar, mas onde por vezes não há matéria para preencher a ordem do dia, porque (segundo parece) as comissões trabalham lentamente.

Um parlamento é o «forum» onde todas as vózes (mesmo as da direita reacçãoária) são consideradas vózes honradas.

Um parlamento em sessão constitui óptimo espectáculo porque ali se fala de tudo, se dizem graças, se arranjam desavenças, se trocam insultos envolvidos em palavras tragáveis, se citam autores célebres e pouco célebres, se fazem votações dois dias depois de terem sido anunciadas as intenções de voto dos partidos, isto é, os resultados.

Um parlamento, há quem diga, é uma instituição esgotada, conservadora, que faz o seu tempo. Os parlamentos existem, diz-se também, porque nada de melhor foi ainda inventado. Os parlamentos são, portanto, um desafio à imaginação dos inventores.

O parlamento, dizem alguns dos seus defensores, é uma coisa boa porque os fascistas o atacavam.

O parlamento, dizem outros, é uma coisa boa porque os do Partido Comunista o queriam eliminar.

O parlamento é necessário porque é o melhor que a burguesia inventou para fazer leis.

O parlamento é, no mínimo, uma instituição discutível. A Assembleia da República é um parlamento.

Lá se discute, no início desta semana, a ratificação dos decretos relativos à gestão das escolas que o ministro Cardia tenta pôr em prática e as universidades contestam, recorrendo à greve.

Discutem-se aqueles decretos, porque o PC requereu a sua sujeição a ratificação. A discussão demorará mais uns dias mas o resultado está à vista: PS, PPD (agora PSD) e CDS irão votar contra os requerimentos. No entanto os deputados gastarão ainda umas boas horas em discursos, pedidos de esclarecimento, enquanto o ministro aproveitará para fazer um discurso.

Entretanto estão para discutir mais de vinte propostas e projectos de lei... o Plano. Na discussão do Plano e do orçamento se verá que alternativas têm os partidos para a política económica do Governo. Complexas discussões esperam os muros de S. Bento.

## VOZES

### «A bomba»

A sr.<sup>a</sup> Carmelinda Pereira (PS) — Em relação às questões postas pelo sr. deputado Narana Coissoró e que se referem ao facto de que eu teria dito que eu fiz uma ligação da bomba com o CDS...

O sr. Narana Coissoró (CDS): — Eu não disse isso!

A oradora: — ...eu referi-me de facto ao ataque bombista que sofreu um camarada meu, (Lopes Cardoso) ao mesmo tempo que se discutia nesta Assembleia a Reforma Agrária ou uma das leis da Reforma Agrária, que nós consideramos fundamental, mas não é verdade que eu tenha afirmado que o CDS era responsável pela bomba.

O sr. Narana Coissoró (CDS): — Ainda bem!

A oradora: — Efectivamente eu não disse isso. Mas os srs. deputados do CDS têm de estar de acordo comigo em que foi quando nesta Assembleia se discutia se as expropriações deviam continuar ou não de forma democrática, que lá fora, forças antidemocráticas, forças que querem voltar à ordem do antes do dia 25 de Abril, procuraram intimidar a Assembleia para que esta medida não fosse votada.

É uma coincidência...

O sr. Narana Coissoró (CDS): — Nada temos com isso... Nada temos com isso...

Risos...

O sr. Vital Moreira (PCP): — A sua insistência é intrigante!

O sr. Presidente: — Não interrompa sr. deputado. Se quiser usar da palavra, terá de o fazer noutra oportunidade.

(«Diário da Assembleia da República» n.º 41, pág. 1267).

## Ensino Superior

## Concentração nacional em Lisboa contra o decreto de gestão

Hoje, às 19 horas, os estudantes, professores e trabalhadores do Ensino Superior concentrar-se-ão junto à Assembleia da República (em S. Bento) como mais uma forma de repúdio pelo Decreto-Lei 781-A/76 que regulamenta a gestão nas Escolas Superiores e «como luta contra a política antidemocrática do MEIC nos vários sectores do Ensino.»

A concentração, de âmbito nacional, pretende, também, apoiar a apresentação formal ao ministro da Educação, da decisão de demissão colectiva dos Conselhos Directivos.

Entretanto, e dentro da linha das decisões aprovadas no 4.º Encontro das Estruturas Universitárias, realizado na última sexta-feira, têm vindo a ser efectuadas várias Assembleias Gerais para eleição de Comissões de Escola. Estas deverão responder perante as AGE e terão como função: «apontar de imediato formas de luta pela revogação do decreto de gestão e pela salvaguarda dos pontos mínimos de gestão democrática aprovados no 3.º Encontro Nacional; lutar pela não aplicação do decreto (na sua versão actual ou numa versão corrigida) em qualquer ponto que esteja em contradição com os referidos pontos mínimos; informar e dinamizar interna e externamente de modo a esclarecer o melhor possível a população das escolas e a opinião pública». Finalmente, as Comissões de Escola deverão «ter um papel de ligação e coordenação a nível regional, nacional e de ramo, com vista a dar se-

quência à luta actual pela gestão democrática nos seus variados aspectos»; para tal poderão tomar «as iniciativas necessárias, junto dos órgãos de poder e tanto quanto possível de modo coordenado com as outras Escolas, a fim de levar à prática os objectivos aprovados».

## PORQUE SE DEMITEM OS CONSELHOS DIRECTIVOS

A política de ambiguidade expressa nalguns pontos do decreto de gestão, o cerco e a repressão selectiva praticada pelo MEIC pressionaram os CDs a tomar a actual decisão de demissão.

Vejam: segundo o decreto, os CDs deveriam elaborar os cadernos eleitorais para a Assembleia de Representantes durante um prazo de 20 dias após a abertura das aulas, data suficientemente incerta para manter os CDs numa situação bastante instável. Segundo o decreto, o Conselho Científico, embora automaticamente constituído a partir da publicação da qual se deveria entrar em funções a partir de 2 de Janeiro. No entanto, todos os processos de contratação de docentes enviados aos MEIC após a data de publicação do decreto foram recusados com base no argumento de não ter sido consultado o Conselho Científico. Entretanto, a meio de Novembro, saíra um despacho que permitia ao professor decano convocar o Conselho Científico para dar parecer sobre a contratação de docentes.

Sublinhe-se que, em determinadas Escolas, não há professores doutorados e não pode, portanto, haver C. C. e noutras os próprios professores doutorados recusaram-se a participar no C. C.

O cerco às CDs também «apostou» no campo financeiro: as reduções de verba foram gerais e as requisições de material científico-pedagógico têm actualmente que passar pelo Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas Industriais. As CDs viram-se assim, sem qualquer maleabilidade e reduzidas a meras funções burocráticas.

O ataque à autonomia pedagógica das Escolas tem merecido especial cuidado por parte do MEIC: 36 cursos superiores criados, por despacho, ao abrigo de experiências pedagógicas foram suspensos, incluindo os cursos já homologados. Por outro lado, os programas e os planos de estudo das cadeiras têm que ser enviados à Direcção-Geral do Ensino Superior. Tal medida de controlo ideológico sobre o que se ensina na Universidade nunca fora praticada antes!

Finalmente, o «numerous clausus» imposto a Medicina e Veterinária provocou sérios problemas noutras Escolas (como Farmácia e Ciências — curso de Biologia), que tiveram que enquadrar o excedente de alunos recusados nas primeiras Faculdades.

## COIMBRA NÃO INTERROMPEU A GREVE

Ao contrário do que se passou nas Academias de



Lisboa e Porto, onde foi decidido o retorno às aulas após a greve de sexta-feira, Coimbra manteve-se em greve até à concentração de hoje. Assim, após um Plenário Geral da Universidade a que estiveram presentes mais de 6000 professores, alunos e funcionários e onde foi tomada a decisão de adesão à greve marcada para o dia 26; após a concentração de sábado promovida pela União dos Sindicatos de Coimbra, com a pre-

sença massiva da Academia; os estudantes, em Assembleia Magna realizada na segunda-feira decidiram prosseguir a greve «pelo cumprimento do caderno reivindicativo, salientando o seu ponto mais relevante, a luta pela revogação do decreto de gestão e pela consagração na lei dos pontos mínimos que devem presidir a qualquer decreto de gestão a elaborar, nomeadamente: eleição universal e directa de todos os órgãos

directivos das Escolas, que serão paritários e responsáveis perante as AGE».

Reafirmando-se desde logo que o regresso às aulas a partir da próxima segunda-feira «não representa qualquer recuo ou capitulação mas uma situação objectiva de luta, visando a sua continuação em termos de eficácia, força e amplitude», Coimbra reunirá novamente em Assembleia Magna na terça-feira, pelas 15 horas.

## A questão das quotizações

## Desburocratizar ou enfraquecer os sindicatos?

A alteração introduzida no decreto lei 215 B/75, de 30 de Abril, através de um outro decreto lei aprovado na «histórica» reunião do Conselho de Ministros no passado dia 19, no Porto, constitui mais um problema posto pelo Governo ao Movimento Sindical.

Assim, passará a competir às associações sindicais o estabelecimento do valor da quotização a pagar aos trabalhadores nelas sindicalizados bem como proceder à cobrança dessas mesmas quotizações.

Com efeito, este enunciado, hábil e «democraticamente» elaborado, traz, além do mais, alguns, senão muitos e graves problemas, ao Movimento Sindical.

Os trabalhadores deixam, pois, de ver descontada na sua folha de salário a quota sindical — era através da contabilidade das empresas que se procedia a essa operação aliás regulada através dos contratos colectivos de trabalho celebrados entre as associações sindicais e as patronais. Porquê então, vem agora, o Governo P. S. alterar esses acordos celebrados entre as partes (sem pelo menos consultar os sindicatos) e impondo-lhes uma nova estrutura de quotizações — percentagens e recebimento?

Mais uma ingerência na vida dos sindicatos? Mais uma medida antioperária?

A que linha política corresponde a tomada desta medida? Iremos tentar responder a estas questões.

## «CARTA ABERTA» E «INTER» QUE ALTERNATIVA?

Não é novidade para ninguém que o campo sindical é terreno aberto de luta entre o P. C. P. e o P. S. Também não é novidade para ninguém que a maior parte, se não quase todas as direcções dos sindicatos de produção, são afectas a um tipo de sindicalismo de corrente da concepção leninista, concepção perflhada pelo Secretariado da Intersindical e também não é novidade para ninguém que, a maior parte das direcções dos sindicatos de Ser-

viços afectos à chamada «Carta Aberta», embora dizendo-se bater por uma autêntica democracia a nível sindical, a sua prática deixa muito a desejar, muitos deles defendem um sindicalismo de conciliação, um sindicalismo reformista, um sindicalismo de cúpulas iluminadas, um sindicalismo aparentemente desvinculado de partidos e governos. E dizemos aparentemente porque a sua prática o tem demonstrado.

Daqui que o Governo P. S. parece dispensar carinhosamente todo o seu apoio à «Carta Aberta» pois que para prosseguir a sua política de recuperação económica, de cariz perigosamente capitalista, terá de tentar equilibrar a correlação de forças, há muito desfavorável para os socialistas, no campo sindical. Uma vez isto conseguido fortificaria as suas posições face ao P. C. P. que segundo parece é o principal inimigo. Mas que tem a questão das quotizações a ver com tudo isto? Pouco teria a ver se a alteração a essa lei não viesse no seguimento de muitas outras medidas já tomadas com um mesmo objectivo: criar dificuldades aos sindicatos, à sua luta e organização pela construção da sociedade socialista. Medidas que fazem parte to-

das elas de uma estratégia política cuidadosa e coerentemente definida.

Após o descrédito lançado sobre a Intersindical (digamos que não foi o P. S. que provocou esse descrédito antes a prática do Secretariado da Inter e de sindicalistas a ele afectos) explorando um anticomunismo primário e os erros cometidos; após a revogação da lei da Unidade Sindical; após a passividade dos ataques do patronato aos delegados sindicais e à liberdade sindical; após as medidas antioperárias que têm vindo a ser progressivamente tomadas, a questão das quotizações e sua cobrança adquirem uma dimensão política especial.

O Governo sabe que tipo de sindicalismo se tem feito neste país; sabe, que grande parte dos trabalhadores, mesmo os sindicalizados, não assumiram, ainda, o sindicato como organização sua e que, se muitas quotas entram nos sindicatos, deve-se ao facto de as mesmas serem descontadas no montante das remunerações que os trabalhadores recebem nas respectivas empresas. O Governo P. S. sabe, e o do tempo de Marcelo Caetano também o sabia quando tentou, no período de liberalização, fazer a mesma coisa só que, nessa altura, o actual ministro do Trabalho era consultor jurídico num sindicato e fundamentou, muito bem, a recusa a tal medida. Mudam-se os tempos...

## CONTRA A BUROCRATIZAÇÃO DO SINDICATO

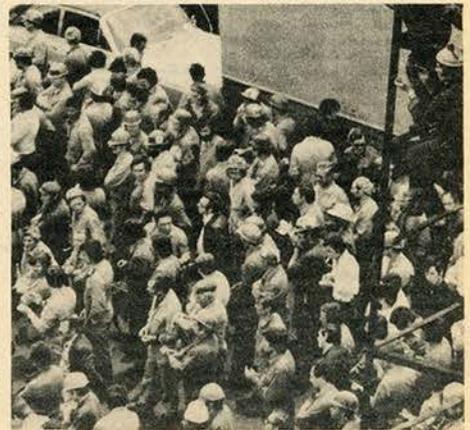
É certo que sendo os sindicatos organizações autónomas dos trabalhadores (devemos lutar para que o sejam na realidade) cabe-lhes a eles gerir toda a

vida sindical sob o controlo dos trabalhadores seus sindicalizados. E é nisto que os sindicalistas, sejam comunistas ou socialistas, devem atentar. Não basta rejeitar a medida do Governo é necessário ir mais além. Não basta insistir que «incumbe às entidades patronais proceder à cobrança e remessa aos sindicatos até dia 10 de cada mês das quotas sindicais dos trabalhadores sindicalizados, deduzindo o seu montante das respectivas remunerações, salvo se os sindicatos deliberarem diversamente e que as convenções colectivas poderão regular a cobrança e remessa da importância das quotas» (art.º 36 do Projecto de Lei Sindical — Congresso de todos os Sindicatos); não basta dizer-se que a medida agora preconizada pelo Governo vem exigir a burocratização dos sindicatos. Não basta porque a questão de fundo, no nosso en-

tender, é outra. A questão de fundo é a de transformar a prática de sindicalismo que existe neste país — uma prática quase sempre «comieciária»; um trabalho de massas quase sempre «massificadora»; uma prática mais corporatista que de Classe, de base.

E não tenhamos ilusões — o agudizar progressivo da luta de classes impõe-nos a nós, que lutamos ou dizemos lutar pela emancipação integral dos trabalhadores, uma prática diferente, uma prática libertadora sob o ponto de vista ideológico e cultural. Exige que transformemos a luta sindical, e a sua organização, numa verdadeira escola do e para o povo trabalhador. A construção da sociedade socialista tem de passar por aqui ou ficará irremediavelmente comprometida.

H. PLICARPO



## Rádio Renascença

# Indemnizar o terrorismo de Estado

## • As duas mentiras do conselho de ministros

Na sua reunião do passado dia 18, considerada histórica pelo titular da pasta da Comunicação Social, o Conselho de Ministros decidiu entregar à Rádio Renascença a importância de 11 905 783\$50 «devida a título de indemnização pelos danos verificados no centro emissor da Buraca, pela explosão provocada no dia 7 de Novembro de 1975, na sequência duma determinação do CR».

«O Governo, prossegue o comunicado, espera ver assim correctamente concluído o processo de restituição da RR à sua legítima proprietária: a Igreja Católica». Nos considerandos da resolução, os senhores ministros definem a ocupação pelos trabalhadores como «uma ofensa à Igreja Católica e uma grave violação da liberdade de expressão».

O 1.º Governo Constitucional pretende assim fechar o caso RR, fazendo-se cúmplice duma mentira que os corpos gerentes da Rádio Renascença, Limitada espalharam urbi et orbi (para utilizarmos linguagem apropriada). Mentira que já vinha desde fins de Abril de 74 (início do conflito) e da qual dirigentes do partido de Mário Soares foram, à semelhança do caso República, os propagadores ideais. Mais grave porém que as mentiras piedosas com fins eleitoralistas do PS, são as decisões dum governo (ainda que PS) que constitucionalmente está habilitado a dispor dos dinheiros públicos em nome do interesse nacional. Quero salientar, por agora, duas mentiras e uma omissão grave nesta decisão governamental.

### 1.ª MENTIRA

«A Igreja Católica é a legítima proprietária da RR».

Até 1969 a Conferência Episcopal não era detentora de qualquer percentagem do capital. Só a partir desta data é que foi constituída uma empresa cujo capital social era de 150 mil escudos assim divididos: Conferência Episcopal Portuguesa-60 mil escudos; Progresso Administradora Imobiliária, SARL-90 mil escudos. Segundo reza (mas pouco, como se vai ver) a escritura, «os principais objectivos da sociedade são a instalação e exploração de estações de Radiodifusão, a edição de livros, revistas e quaisquer outras publicações e o exercício de artes gráficas. A sociedade poderá também dedicar-se a quaisquer outras actividades de livre exercício». Nem uma só palavra sobre a religião católica.

A RR constituiu assim, uma parte do monopólio da RR, Limitada. São propriedades da empresa, entre outras: a emissora de rádio, uma casa editora de discos (a maior do país), uma tipografia e dois cinemas, um em Carcavelos, o

outro em Braga. Da programação de duas salas, conforme referem os trabalhadores expulso da RR, não constam filmes religiosos. E muito menos de qualidade.

Quando à editora de discos, o mesmo critério mercantil. A Renascença não pertence portanto à Igreja Católica mas sim, maioritariamente, à Progresso Administradora Imobiliária, SARL, cujos objectivos são «a aquisição, exploração e venda de bens mobiliários e imobiliários».

### 2.ª MENTIRA

A ocupação constitui «uma ofensa à I. Católica e uma grave violação da liberdade de expressão».

Mentira. Desde logo porque os emissores não pertenciam à Igreja, como deixámos provado. Aquilo aliás a que se chama a Emissora Católica Portuguesa, tinha de «programação» uma hora em 24 horas de emissão diária: terço, missa e o meditando lido pelo locutor de serviço.

A ocupação não constituiu «uma grave violação da liberdade de expressão» pela razão simples, factual e histórica de que ela se deu para repor a liberdade de expressão conquistada no dia 25 de Abril. Ou já se esqueceu o chefe do governo que o primeiro conflito entre os trabalhadores e a administração se deu poucos dias depois do 25 de Abril, quando o célebre P. Américo, director da estação, proibiu a transmissão das reportagens da chegada a Portugal de exilados políticos como Álvaro Cunhal, J. Mário Branco e um tal Mário Soares, advogado, secretário-geral do Partido Socialista?

O conflito agudizou-se no início do mês de Setembro, quando a Administração decidiu despedir 6 trabalhadores dos noticiários. Trata-se pois, desde o princípio, dum conflito laboral. Com raízes políticas, é certo,

mas que têm a ver precisamente com a exigência dos trabalhadores à direcção de respeito pelas liberdades consagradas no programa do M. F. A. E tanto assim foi que durante muitos meses os sacerdotes empregados na Renascença se mantiveram ao lado dos trabalhadores. As pressões e ameaças do Patriarcado obrigaram-nos a abandonar a luta, mas, facto significativo, ninguém os viu ao lado da entidade patronal. A questão religiosa foi uma falsa questão, levantada malevolamente pela hierarquia que, para voltar os católicos mais tradicionalistas contra os trabalhadores, cortou as ligações com a Igreja donde eram transmitidas as cerimónias religiosas. Oportunisticamente, as direcções do CDS, PPD e PS apoiaram a tese da questão religiosa. Quanto à direcção do PCP, remeteu-se ao silêncio comprometido de quem espera para onde as coisas pendem. Escrevo direcções porque, outro facto assinalável, na própria luta da RR encontramos trabalhadores que pertenciam ou simpatizavam com todos estes partidos. (Pedro Castelo, por exemplo, era e é, tanto quanto sei, militante conhecido do PPD e integrou durante muito tempo a Comissão Coordenadora de Luta dos Trabalhadores da RR. É verdade que em dada altura abandonou a luta. Mas não se colocou nunca do lado dos patrões. Foi para o estrangeiro).

E do lado dos patrões, quem vemos? Outros patrões: os Armandos Marques Ferreira, os António Sérgio, isto é, os comerciantes da rádio cujos interesses imediatos não eram compatíveis com uma rádio desalinada, onde fossem prioritários os interesses do povo trabalhador.

### OMISSÃO GRAVE

A decisão de indemnizar a empresa RR, Limitada, foi en-

fanticamente apresentada como uma resolução só possível porque «restabelecida a ordem democrática». Nem uma palavra sequer para os trabalhadores que continuam vinculados por um contrato de trabalho à empresa mas que dela nada recebem desde Setembro de 1974. São cerca de 20. Entre jornalistas, operadores de rádio e administrativos. Alguns deles, com mais de uma dezena de anos de casa, vivem hoje em condições de miséria evidente. A entidade patronal não os despediu mas recusa-se a pagar-lhes os ordenados. Estamos agora em condições de apre-

ciar o sentido unívoco da expressão «autoridade democrática» para o governo de Mário Soares. Resta ao povo português pagar, com a poupança forçada do 13.º mês, os prejuízos causados à empresa comercial RR Lda. pelo chamado Conselho da Revolução que resolveu fazer deflagrar uma carga de trótil no emissor da Buraca. Quanto aos trabalhadores, continuarão a fazer parte da legião de desempregados do nosso país.

### NOTA FINAL

Apenas uma palavra para manifestar a minha repulsa,

ADELINO GOMES



# A dança da RDP em 10 assaltos

1.º ASSALTO — É verdade que a empresa pública RDP não paga à Previdência as contribuições que mensalmente desconta aos seus trabalhadores? É verdade que a Previdência já cortou regalias a alguns dos beneficiários da empresa com fundamento no não pagamento de contribuições? É verdade que o montante das dívidas ronda já os 6000 contos? Para onde foi este dinheiro?

2.º ASSALTO — É verdade que a RDP deixou de cobrar há muitos meses as taxas das licenças de Rádio enquanto não fosse «inventado» novo sistema de cobrança? Que funções exercem actualmente os numerosíssimos cobradores de taxas da ex-EN que transitaram para a RDP? A ser verdade o fim (ainda que transitório) da cobrança de taxas, quem tem pago as dezenas de milhares de contos que custou a empresa nacionalizada até ao momento?

3.º ASSALTO — É verdade que os ordenados e demais despesas têm vindo a ser pagos pelo Governo? É verdade que o decreto de nacionalização e os estatutos da RDP a definem como «independente do poder económico e do poder políticos»? É verdade que os ordenados do mês de Novembro só vieram a ser pagos no princípio deste mês (a empresa paga sempre entre os dias 23 e 25) porque se aguardava a assinatura do

primeiro-ministro e secretário-geral do PS Mário Soares?

4.º ASSALTO — É verdade que a RDP não paga desde há meses as rendas de alguns dos muitos prédios por onde se repartem as suas instalações? É verdade que a RDP se quis (se quer?) apropriar indevidamente da vivenda onde estavam instalados os estúdios da R. Graça, com a argumentação de que o prédio também foi nacionalizado? É verdade que os TLP já ameaçaram cortar os telefones, perante o atraso no pagamento das dívidas de montante elevadíssimo? É verdade que a Philips se recusou a vender material enquanto não forem pagas dívidas antigas?

5.º ASSALTO — É verdade que não obstante esta situação económica, a empresa gastou a módica quantia de 150 contos em mobílias para o gabinete do sr. Director de Pessoal? É verdade que, não obstante, etc... a empresa acaba de pagar a um hotel dos estorais a igualmentem módica quantia de 80 contos pela hospedagem dos seus «realizadores» que ali foram «meditar», durante três dias, sobre os caminhos da Rádio em Portugal?

6.º ASSALTO — É verdade que a empresa que começou a fazer a «segurança» da RDP (por causa de alguns roubos que ali se verificam) custa cerca de 100 contos mensais? É verdade

que foi a esta empresa, a Securitas, que o ministro caetanista Veiga Simão recorreu, quando quis instalar na Universidade os célebres «gorilas»?

7.º ASSALTO — É verdade que desde a nacionalização, há um ano, já entraram na RDP várias centenas de novos funcionários? Quantos ao certo? É verdade que isto aconteceu apesar de já na antiga EN haver subaproveitamento de funcionários? É verdade que ter sido lido o Noticiário por um funcionário gago por terem faltado os vários locutores de serviço?

8.º ASSALTO — É verdade que alguns serviços de apoio à Informação cumprem horários tipo escritório (abertura às 09.00; fecho às 18.00) de tal maneira que não podem morrer personalidades ou ser declarada guerra à noite ou de madrugada e muito menos aos domingos e dias santos de guarda sob pena de o departamento de Informação não poder utilizar dossiers ou material de arquivo sonoro?

9.º ASSALTO — É verdade que há chefes de serviço e de repartição que recebem como tal mas não têm nem serviço nem repartição para chefiar?

10.º ASSALTO — É verdade que a administração instaurou, ao fim de um ano, 10 processos disciplinares a trabalhadores do ex-RCR por alegadas infrac-

ções cometidas entre 11 de Março e 25 de Novembro de 1975? É verdade que nesse período a estação era gerida pelos seus trabalhadores e tinha, na presidência da sua Comissão Administrativa, um representante do Conselho da Revolução? É verdade que, como fundamento de aplicação de penas se invoca retroactivamente o estatuto dos funcionários civis do Estado, o qual estatuto além de fascista, nada tem a ver com o comportamento de trabalhadores duma empresa privada, em auto gestão? É verdade que dois dos trabalhadores são acusados unicamente, pela administração do major Figueiredo, de, durante um plenário realizado nas instalações do ex-RCR, no dia 25 de Novembro, terem discordado da opinião da maioria, embora acatando as decisões desta?

É convicção de muita gente que a resposta a todas estas perguntas é afirmativa. Se assim for, teremos a CA da RDP e o ministério que lhe dá aval KO desde o 1.º assalto e, pior do que isso, envolvidos em enorme escândalo. Como a maioria destas acusações têm vindo a ser feitas em vários jornais desde há meses, sem que a RDP se dignasse responder-lhes, esperamos que algum ilustre deputado do povo aproveite esta colectânea para levantar questões na Assembleia da República e tudo se esclareça.

Sete Fontes e Ourentã, duas aldeias a meio caminho entre Cantanhede e Mealhada.

Dois aldeias separadas por nomes, mas iguais na sua condição rural: «...um buraco onde a gente se mete».

Paisagem agrícola e estrutura rural parecem enraizadas em imóveis, afectadas por transformações desesperadamente lentas: «...o meu pai deixou-me um farpão, para eu deixar ao meu filho»...

Zona de minifúndio, de acentuado individualismo agrário. Miséria e insegurança — maior o egoísmo: «...trabalhar sózinhos, sózinhos a pensar, só dá que as pessoas não se abram, só dá com que as pessoas se estraguem...»

Terra de emigrantes, como não podia deixar de ser: «...a emigração é o que tem valido a isto, embora custe muito; queremos ver se o escudo fosse igual ao franco ou ao marco... Sempre se traz para aí algum dinheiro e para aí vão vivendo...»

## E ASSIM NASCE UMA COOPERATIVA — JUNTAR FORÇAS E TERRAS

«A vida sem destino, o lucro na palma da mão, a nossa amizade antiga e o exemplo do Barcouço é que nos levou a juntar forças e terras. Reuniões depois de reuniões, algumas mesmo no Barcouço, debatemos os problemas, os nossos graves problemas.

Que fazer senão unirmo-nos? — Ao menos e quanto mais não fosse tirávamos rendimento no trabalho. Sozinhos, cada um para seu canto a carpir mágas e prejuízos, isso é que não! Não podíamos continuar.

Assim nasceu a Cooperativa. Com a ajuda dos amigos do Barcouço, fizemos logo os Estatutos.

Coisa linda: em todos os artigos e parágrafos conseguimos fazer reviver a nossa prática diária em comum. São uns estatutos simples, livres.

Simple, como nós, livres como pretendíamos que todos os camponeses fossem.»

nos querem ajudar e que falam a mesma língua, recebêmo-los de braços abertos.

Jogo de partidos, nem com a promessa do mundo inteiro. Ao largo, ao largo...»

## TRABALHAMOS EM CONJUNTO

«Resolvemos dividir-nos por tarefas. Há a secção de horta, a secção de vinha, a de pecuária (criamos 15 vitelos), a de pinhal. Cada uma com o seu responsável, esse mesmo é obrigado a uma planificação semanal.

Nas reuniões, juntamos cada uma dessas planificações. Depois de discutidas, fazemos a planificação geral da semana, decidindo sobre o trabalho em conjunto.

Ainda não ganhamos salários. Não temos meios financeiros para isso. Pelo contrário, até «amontoámos» as nossas poucas moedas para conseguirmos arrancar melhor.

Também já começámos a fazer planos de produção, isto em função das nossas ligações com Comissões de Moradores e Co-

em cada mês, se encarregar da «bucha», traz a libertação dessas mesmas mulheres no lar, traz uma melhor alimentação, traz rendimento e poupança sem fim.

Uma pessoa basta para cozinhar para todos, enquanto que, até aqui, todos cozinham e todos esbanjam...»

## FALTA-NOS O CORAÇÃO...

«Queremos trabalhar nas terras e... falta-nos o coração. O coração dum camponês, dum cooperativista é o TRACTOR.

O tractor é que marca. Sem tractor não há possibilidades de avançar. Se continuamos com os bois e com a enxada nas mãos a fazer em semanas o que uma máquina resolve em horas, não logaremos vencer.

Claro que, quando falamos de tractor, estamos também a pensar nas alfaias — charrua, escarificador, atrelado, etc.»

Falha-nos o crédito... «Em nosso entender, não há crédito nenhum a favor dos camponeses — só propaganda (é pena ser paga pelo povo).

Nós tivemos necessidade do tal apregoado crédito agrícola. Levantámos dinheiro, mas fomos entodilhados — JURO DE 10,5 por cento! E isto depois de muitas voltas.

Mas afinal, se o Banco está nacionalizado, se o Banco é do Povo, porque não seta ele ao lado do Povo?

Para nós, Povo é o POVO TRABALHADOR, mais ninguém.

Portanto, as necessidades são enormes e as dificuldades ainda maiores: é preciso dinheiro para sementes, para adubo, para farinhas, palha, etc... A legalização é um sem fim de papelada, de requerimentos, de autorizações, de cartas — leis ainda do fascismo!

Queremos andar e cortarmos as pernas...»

## FALHA-NOS O CRÉDITO...

«Em nosso entender, não há crédito nenhum a favor dos camponeses — só propaganda (é pena ser paga pelo povo).

Nós tivemos necessidade do tal apregoado crédito agrícola. Levantámos dinheiro, mas fomos entodilhados — JURO DE 10,5 por cento! E isto depois de muitas voltas.

Mas afinal, se o Banco está nacionalizado, se o Banco é do Povo, porque não seta ele ao lado do Povo?

Para nós, Povo é o POVO TRABALHADOR, mais ninguém.

Portanto, as necessidades são enormes e as dificuldades ainda maiores: é preciso dinheiro para sementes, para adubo, para farinhas, palha, etc... A legalização é um sem fim de papelada, de requerimentos, de autorizações, de cartas — leis ainda do fascismo!

Queremos andar e cortarmos as pernas...»

«Os intermediários são uns parasitas, inimigos, uns exploradores. Do nosso suor, (há...), do nosso suor.

Também exploram o suor dos operários nas cidades. Vêm aqui comprar e regaçar a preço, para venderem lá o mais caro que podem.

Têm de acabar. Ou trabalham honestamente (e, para isso, há sempre lugar) ou então esmagam-se como se faz aos percevejos...»

«Os intermediários são uns parasitas, inimigos, uns exploradores. Do nosso suor, (há...), do nosso suor.

Também exploram o suor dos operários nas cidades. Vêm aqui comprar e regaçar a preço, para venderem lá o mais caro que podem.

Têm de acabar. Ou trabalham honestamente (e, para isso, há sempre lugar) ou então esmagam-se como se faz aos percevejos...»

«Os intermediários são uns parasitas, inimigos, uns exploradores. Do nosso suor, (há...), do nosso suor.

Também exploram o suor dos operários nas cidades. Vêm aqui comprar e regaçar a preço, para venderem lá o mais caro que podem.

Têm de acabar. Ou trabalham honestamente (e, para isso, há sempre lugar) ou então esmagam-se como se faz aos percevejos...»

«Os intermediários são uns parasitas, inimigos, uns exploradores. Do nosso suor, (há...), do nosso suor.

Também exploram o suor dos operários nas cidades. Vêm aqui comprar e regaçar a preço, para venderem lá o mais caro que podem.

Têm de acabar. Ou trabalham honestamente (e, para isso, há sempre lugar) ou então esmagam-se como se faz aos percevejos...»

## COMO SE FAZ AOS PERCEVEJOS...

«Os intermediários são uns parasitas, inimigos, uns exploradores. Do nosso suor, (há...), do nosso suor.

Também exploram o suor dos operários nas cidades. Vêm aqui comprar e regaçar a preço, para venderem lá o mais caro que podem.

Têm de acabar. Ou trabalham honestamente (e, para isso, há sempre lugar) ou então esmagam-se como se faz aos percevejos...»

«Os intermediários são uns parasitas, inimigos, uns exploradores. Do nosso suor, (há...), do nosso suor.

Também exploram o suor dos operários nas cidades. Vêm aqui comprar e regaçar a preço, para venderem lá o mais caro que podem.

Têm de acabar. Ou trabalham honestamente (e, para isso, há sempre lugar) ou então esmagam-se como se faz aos percevejos...»

«Os intermediários são uns parasitas, inimigos, uns exploradores. Do nosso suor, (há...), do nosso suor.

Também exploram o suor dos operários nas cidades. Vêm aqui comprar e regaçar a preço, para venderem lá o mais caro que podem.

Têm de acabar. Ou trabalham honestamente (e, para isso, há sempre lugar) ou então esmagam-se como se faz aos percevejos...»

## A LUTA DOS TRABALHADORES NAS CIDADES É IGUAL A NOSSA LUTA

«O campo e a cidade só têm uma saída: ligarem-se.

Há que criar mais e mais Cooperativas. Há que alertar mais e mais Comissões de Moradores e até de Trabalhadores, para chegarmos à coordenação ideal.

Temos já contactos certos com Comissões de Moradores de

«O campo e a cidade só têm uma saída: ligarem-se.

Há que criar mais e mais Cooperativas. Há que alertar mais e mais Comissões de Moradores e até de Trabalhadores, para chegarmos à coordenação ideal.

Temos já contactos certos com Comissões de Moradores de

# Nós os camponeses em Sete Fontes e Ourentã



Coimbra e Porto. Também com Cooperativas de Consumo. Escoamos os nossos produtos em combinação com eles e só para eles (batata, cenouras, alfaces, couves, etc.).

## COM A COOPERATIVA DO BARCOUÇO, DESDE O PRIMEIRO DIA

«Para nós foi importante ter aparecido a COBAR. Estamos mesmo perto, a 9 quilómetros. Aprendemos muito com os nossos amigos do Barcouço. Somos como que Cooperativas irmãs. Temos ido para lá trabalhar e eles também fazem aqui jornadas de trabalho.

Mantemos também contactos com Cooperativas do Norte e do Alentejo. Isso deu-nos muito ânimo. Nunca nenhuma recusou ajuda.

Da Cooperativa Soldado Luis, vêm os fardos de palha, postos aqui a 2000 cada. O preço dos fardos cá por cima e nos intermediários anda pelos 40, 60 escudos.

Da comunal da Argea (Torres Novas) vêm os queijos, os figos secos, a aguardente de figo, as amêndoas...»

«Para nós foi importante ter aparecido a COBAR. Estamos mesmo perto, a 9 quilómetros. Aprendemos muito com os nossos amigos do Barcouço. Somos como que Cooperativas irmãs. Temos ido para lá trabalhar e eles também fazem aqui jornadas de trabalho.

Mantemos também contactos com Cooperativas do Norte e do Alentejo. Isso deu-nos muito ânimo. Nunca nenhuma recusou ajuda.

Da Cooperativa Soldado Luis, vêm os fardos de palha, postos aqui a 2000 cada. O preço dos fardos cá por cima e nos intermediários anda pelos 40, 60 escudos.

Da comunal da Argea (Torres Novas) vêm os queijos, os figos secos, a aguardente de figo, as amêndoas...»

«Para nós foi importante ter aparecido a COBAR. Estamos mesmo perto, a 9 quilómetros. Aprendemos muito com os nossos amigos do Barcouço. Somos como que Cooperativas irmãs. Temos ido para lá trabalhar e eles também fazem aqui jornadas de trabalho.

Mantemos também contactos com Cooperativas do Norte e do Alentejo. Isso deu-nos muito ânimo. Nunca nenhuma recusou ajuda.

Da Cooperativa Soldado Luis, vêm os fardos de palha, postos aqui a 2000 cada. O preço dos fardos cá por cima e nos intermediários anda pelos 40, 60 escudos.

Da comunal da Argea (Torres Novas) vêm os queijos, os figos secos, a aguardente de figo, as amêndoas...»

«Para nós foi importante ter aparecido a COBAR. Estamos mesmo perto, a 9 quilómetros. Aprendemos muito com os nossos amigos do Barcouço. Somos como que Cooperativas irmãs. Temos ido para lá trabalhar e eles também fazem aqui jornadas de trabalho.

Mantemos também contactos com Cooperativas do Norte e do Alentejo. Isso deu-nos muito ânimo. Nunca nenhuma recusou ajuda.

Da Cooperativa Soldado Luis, vêm os fardos de palha, postos aqui a 2000 cada. O preço dos fardos cá por cima e nos intermediários anda pelos 40, 60 escudos.

Da comunal da Argea (Torres Novas) vêm os queijos, os figos secos, a aguardente de figo, as amêndoas...»

«Para nós foi importante ter aparecido a COBAR. Estamos mesmo perto, a 9 quilómetros. Aprendemos muito com os nossos amigos do Barcouço. Somos como que Cooperativas irmãs. Temos ido para lá trabalhar e eles também fazem aqui jornadas de trabalho.

Mantemos também contactos com Cooperativas do Norte e do Alentejo. Isso deu-nos muito ânimo. Nunca nenhuma recusou ajuda.

Da Cooperativa Soldado Luis, vêm os fardos de palha, postos aqui a 2000 cada. O preço dos fardos cá por cima e nos intermediários anda pelos 40, 60 escudos.

Da comunal da Argea (Torres Novas) vêm os queijos, os figos secos, a aguardente de figo, as amêndoas...»

# Juntar forças Juntar terras

Agricultura significa, exactamente, cultura da terra. A cultura da terra implica uma relação entre o homem e a terra, ou a terra e o homem.

Toda a questão reside em saber se o homem possui a terra, se a terra possui o homem. A resposta surge-nos sob a forma de uma nova pergunta: o que existiu primeiro — o homem ou a terra?... E quem depende de quem — a terra do homem ou o homem da terra?...

É um facto que o homem nasceu da Terra e à terra volta!

O homem morre e a terra continua. Sendo assim, como se explica que o homem tenha a ousadia de dizer: ESTA TERRA É MINHA!...



## PARTIDOS? — AO LARGO...

«Aqui dentro não há partido nenhum. Não admitimos sequer infiltrações partidárias.

Porquê? — Porque, ao princípio, só nos trouxe dores de cabeça.

Suocámos e ultrapassámos esse problema. Agora, portanto, não existem partidos. Há pessoas que oferecem a sua cabeça e o seu braço. Há TRABALHADORES.

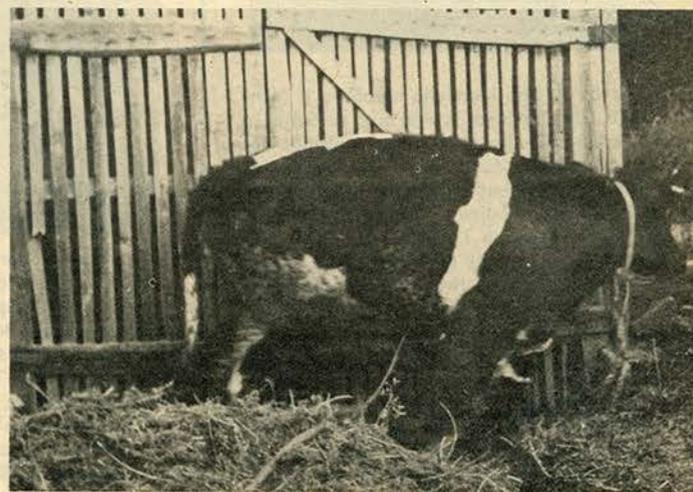
A outros trabalhadores que

perativas de Consumo de Coimbra e do Porto.»

## COMEREMOS EM CONJUNTO

«Está resolvido. O trabalho de sol a sol, é para todos — homens e mulheres. Quase não sobra tempo para cozer as couves. Ao chegarmos a casa, primeiro damos de comer ainda ao gado. Só depois e então tratamos de nós, molidos e mais prontos para ir para a envergala.

Se uma das mulheres, sempre ou em cada semana ou



# Reforma Agrária:

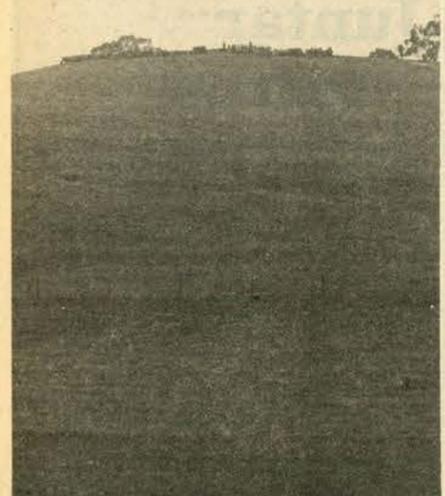
## Mais 53 reservas à vista no distrito de Beja

Os grandes senhores querem retomar o Alentejo, os meios não importam. O poder está do seu lado. O Governo já não tem pudor em mostrar de que lado da barricada se encontra. O argumento da força confunde-se com o da legalidade.

Primeiro, foram as desocupações. Depois foi a aplicação, foi a instituição do direito de reserva, que permite aos latifundiários reaverem as terras e o produto do esforço dos trabalhadores. Agora, é a chantagem do terror: a Herdade da Lobata, no concelho de Serpa, continua ocupada pelas tropas da C. N. R. E também a chantagem económica, através da suspensão de créditos às unidades colectivas de produção.

Tudo isto acompanhado da fabricação de um clima ideológico que permita justificar novas investidas, que permita «legitimar» novas formas de repressão. Um dos sintomas da fabricação deste clima foi a afirmação de Amaro da Costa, do C. D. S., na Assembleia da República, segundo a qual «no Sul do País há um regime não democrático».

Onde há opressão há resistência. Os trabalhadores rurais do Alentejo organizam-se para responder a todas estas agressões. Setenta representantes dos trabalhadores agrícolas de Beja encontram-se desde ontem em Lisboa para contactar diversos órgãos do poder. Para lhes comunicarem frontalmente o ataque que a Reforma Agrária está a sofrer. Enquanto isso se passa na capital, nas terras do Alentejo os trabalhadores reúnem-se para estudar formas de resistência.



1 O Verão de São Martinho inundava o Alentejo. Era domingo. A dois pés de Serpa, o monte servia de poiso a tractores e alfaias dos homens e mulheres da unidade colectiva. Margem Esquerda. Ao cimo as máquinas perdiam-se de vista, e cá em baixo o aramado marca os limites da herdade da Lobata.

A história: a herdade da Lobata estava integrada na unidade colectiva de produção Margem Esquerda. O antigo proprietário, senhor de outras herdades também integradas na mesma unidade colectiva invocou o direito de reserva. João Maria da Palma Cano, grande agrário, teve a lei pelo seu lado. E a ordem. Os trabalhadores foram postos na rua. O protesto, contra a reserva e contra a lei, surge também com as máquinas no monte confinante à Lobata.

Comissões Directivas das Unidades Colectivas de Produção e delegados sindicais do distrito de Beja, reuniram-se nesta cidade na passada terça-feira, a fim de definirem novas formas de luta no seguimento das decisões governamentais de marcarem «reservas» dos agrários dentro dos limites (área social) dessas unidades de produção. Do lado do Poder a situação também se «clarifica»; para forçar ao cumprimento da lei (tal como o Poder a entende!) o Ministério da Agricultura acaba de anunciar, através de nota oficiosa, «a suspensão do Crédito Agrícola de Emergência por dez dias» com o fim de «verificar e controlar a aplicação dele por aqueles a quem foi confiado» e isso porque, citamos, «andam em circulação vários milhões de contos, utilizados principalmente nalgumas zonas do País, e tem havido numerosas queixas quanto ao uso deste dinheiro a muito baixo custo».

### A CHANTAGEM

A chantagem do Poder é evidente. Com a demagogia de que «o dinheiro é de todos nós» (lembram-se da banca, nacionalizada «nossa»...) procura-se fazer vergar os trabalhadores já não através de ameaça verbal, mas apontando em cheio na própria autonomia económica das unidades colectivas. Entretanto a C. N. R. continua ocupando (é caso para perguntar se não se tratará de uma ocupação selvagem...) a herdade da Lobata. Como se vê o Poder abre diversas frentes de ataque à Reforma Agrária, na esperança de que desse modo poderão mais facilmente fazer ceder os trabalhadores.

Mas os trabalhadores, na reunião acima indicada, decidiram não se amedrontarem com todas essas ameaças. Assim, o facto de recusarem o «direito de reserva» aos agrários expropriados, sem que se continue o processo de expropriação no Alentejo (como se sabe são cerca de 500 000 ha, área mais que suficiente para a marcação das «reservas») e sem que simultaneamente sejam analisados, caso por caso, os pedidos de «reserva», constituiu a decisão mais importante dessa reunião. Paralelamente os dirigentes e delegados sindicais decidiram retomar o trabalho nas unidades colectivas de produção onde a marcação das «reservas» havia levado, como forma de luta, à paralisação das actividades agrícolas. A constituição de «piquetes de vigilância» corresponde também à decisão dos trabalhadores de não vergarem perante todos esses ataques.

### MAIS 53 RESERVAS À VISTA

Entretanto, temos conhecimento de que mais 53 reservas foram decididas para herdades do distrito. Quarenta e uma dessas reservas foram decididas pela Comissão de Análise criada pelo ex-ministro Lopes Cardoso e as doze restantes pelo próprio C. R. A. de Beja. Lembramos que nos termos em que foi definido o «direito de reserva» os latifundiários, além de reobterem 50 mil pontos das melhores terras e as respectivas instalações, poderão levantar das herdades sementes e outros produtos obtidos ou produzidos pelos trabalhadores.



2 «Vocês têm as máquinas apartadas por provocação?», interrogou o oficial da GNR quando se deslocou junto dos trabalhadores. Sem ouvir a resposta, adianta: «Tinha ficado combinado com o sindicato, o governo civil e a GNR que vocês desenvolviam a vossa luta sem provocações».

Entendem os trabalhadores que a maior provocação é este direito de reserva. Afinal a Margem Esquerda sem a herdade da Lobata fica seriamente comprometida. Provavelmente haverá desemprego. O Senhor nunca se preocupou com as terras. Hoje percorre-as protegido pela GNR.

3 O jeep está lá das máquinas. A marcar a presença da lei e da ordem. O agrário aos jornais: «Não pedi a guarda. Se a lei existe, é da Lobata. Palma não tenha declarações. Ele sabe de ordens e de discursos para o porquinho. Ninguém aceitou. Por isso os filhos e amigos andam atrás da vara de porcos sem saber que fazer».

É importante recuperar a herdade. Promete discursos para o porquinho. Ninguém aceitou. Por isso os filhos e amigos andam atrás da vara de porcos sem saber que fazer».



4 As mulheres e os homens estão dispostos a dizer não a esta reserva. «Se temos esta, perdemos mais. «Afinal há ainda muitas terras por arar. As reservas podiam ser aí asseguradas, que em nada se afiam a lei. As mulheres os homens da Margem Esquerda não estão os restos apesar da GNR. Uma GNR que diz: «O problema é a lei. Que esconde as verdadeiras razões do seu procedimento».



5 Homens e mulheres unidos; o «Avante» é uma bandeira. Que também tem as reservas. Que permite igualmente as desocupações. Uma bandeira que não evita as negociações entre sindicatos, GNR e Governo. Como se a luta dos homens e mulheres desta foto não fosse para continuar sempre na margem esquerda.

## A farsa «socialista» da História «Reservado o direito de admissão»

«Para essa nova classe política privada de expressão normal durante o fascismo, o grande crime deste regime não era a perpetuação da desigualdade social intolerável, nem sequer a repressão que ela supunha, mas a confiscação abusiva de todo o jogo político nas mãos dos seus fiéis adeptos. (...) inteligência, e uma grande parte da classe política actual (...) classe, por assim dizer, fisiologicamente burguesa ou emburguesada o «conteúdo social» do projecto revolucionário importa menos que o mecanismo formal da representação política. O actual e espectacular recuo da pulsão socialista digna desse nome, com tradução a nível doutrinal e de acção concreta (...) é um sintoma claro. As máscaras políticas atiradas à pressa e pintadas com exageros exóticos caíram quase todas. O que ficou à vista é repelente. Abrimos excepção para certos rostos ingénuos, um pouco agressivamente nós, de alguns idealistas de temperamento e quase de profissão.» (Eduardo Lourenço, O fascismo nunca existiu)

Que nos desculpem a largueza da(s) frase(s) em epígrafe, mas melhor que mnuosculas descrições ou aturadas análises, esta citação é bem significativa da natureza do actual poder político. E se no campo da educação tal facto é já um tanto «normal», se no que se refere ao sector da habitação para lá caminha, a agricultura em geral e a Reforma Agrária em particular, também não escapa a esse processo «em vias de normalização». Isto para não falar já do «mundo» do trabalho, onde a situação é evidentemente mais complexa e onde, por isso, a pacificação das lutas «lavares» (como dizia o 1.º ministro) se torna mais difícil e mais arriscada...

De qualquer forma, o que se tem passado em relação à Reforma Agrária, é espantosamente exemplar. Em especial no que se refere às negociações com vista ao que, um tanto desproporcionadamente, se designa por «cumprimento da lei». Vejamos: no conselho de ministros de 21 de Setembro p.p., foram tomadas várias decisões sobre a Reforma Agrária que, em certa medida, concretizavam parte das negociações estabelecidas entre o (então) ministro Lopes Cardoso e dirigentes de sindicatos e de unidades colectivas de produção. Entre essas várias decisões destacamos as seguintes: (...) «Proceder à desocupação e à restituição de uso e ou da propriedade das terras que foram objecto de ocupação e cujos rendeiros ou proprietários se não encontrem abrangidos pelos limites fixados na lei»; (...) «Estabelecer um plano que leve à concretização das expropriações, nacionalizações e reservas (...); «Estudar como alternativa do direito de reserva, um plano de compra das áreas correspondentes, em condições normais de mercado»; (...).

### «DIREITO DE RESERVA» COM A G. N. R.

Era evidente, na altura, que o Governo não teria força para mandar desocupar as terras «não abrangidas por lei», se simultaneamente não tomasse o compromisso de «estabelecer um plano de expropriação e de nacionalizações». Entretanto, avançava uma medida, tão absurda quanto demagógica, que admitia a hipótese de «compra das áreas reservadas». Convém recordar aqui que «o direito de reserva» (independentemente das respectivas indemnizações, o proprietário ou grande rendeiro expropriado tem «direito» à exploração de uma determinada área agrícola) tem sofrido diversas alterações, desde a sua primitiva inserção na chamada «lei gonalvista» da Reforma Agrária. Assim, inicialmente, o direito de reserva era negado aos absentistas, tal como se recusava aos que tinham as terras abandonadas, incultas ou subaproveitadas. Poder-se-ia discutir os critérios de avaliação dessas situações, mas simplesmente o que na prática acabou por acontecer foi o de conceder esse direito a

que disputam entre si, a implantação e o controlo dos trabalhadores alentejanos. E as declarações de Lopes Cardoso ao «Novel Observateur», para além de manifestarem uma certa soberba, são bem significativas do que se acabou de afirmar. Para L. C. só há duas maneiras de «neutralizar» o PC no Alentejo: ou a «sua» política ou então a G. N. R. Como se vê também a política de L. C. se definia em função do PC. A diferença em relação ao PS não é qualitativa, mas sim de mera tática. E entre os dois (L. C. e PS) foi possível estabelecer uma estranha (ainda que indirecta) cumplicidade, garantindo ao Governo (com o beneplácito nada inocente de R. Eanes) a «desejada homogeneidade»!

Também neste momento, os trabalhadores estarão em condições de avaliar o preço dos compromissos com o Poder. Em seu nome, estabeleceu-se uma negociação que, a prazo, tem para eles um custo elevado. A troca das desocupações e da (hipotética mas já hoje real) marcação das «reservas», os trabalhadores teriam mais terra expropriada. A sua consolidação (?) seria resolver o problema do desemprego — que ainda existe no alentejo! — possibilitando a constituição de novas unidades colectivas de produção e resolvendo igualmente muitos dos casos dos seareiros que recusando uma proletarização forçada, reivindicam a sua própria condição de camponeses. Quer dizer que em nome dos trabalhadores se negociou uma exigência do próprio sistema económico, traduzida, neste caso em mais emprego (maior produção) e na resolução de certos conflitos sociais, resolução essa feita a partir do Aparelho de Estado e não em termos de estreitar uma (ainda precária) aliança de classes efectivamente interessadas na Reforma Agrária. A troca dessas exigências os trabalhadores tiveram que ceder em pontos realmente decisivos, fortalecendo assim, aquilo em que, através do movimento de ocupação de terras, haviam dado um rude golpe: o capitalismo agrário e comercial.

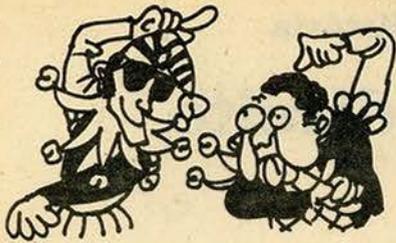
Ora essa cedência foi negociada pelas cúpulas sindicais e das unidades colectivas de produção. E se as desocupações se efectuaram

### DEPOIS DA TRAGEDIA... A FARSA

É altura de voltarmos ao Eduardo Lourenço, recordando com ele que, com efeito, à «nova classe política, o «conteúdo social» do projecto revolucionário importa menos que o mecanismo formal da representação política» (vide, a propósito, o projecto Cardia sobre a «gestão representativa» das escolas superiores). Mas também, parafraseando Marx (e recordando igualmente de Rodrigues da Silva — 25 de Novembro — publicado no «Diário Popular» de 27 p.p.) acrescentaria que, passados quase três anos de «revolução», se efectivamente houve neste país uma «tragédia gonalvista», então fatalmente estaremos perante a grande «farsa socialista» da História...

V. M. F.





## Do desespero da causa em desespero da coisa

— Segundo o jornal «Diário», Soares aos trabalhadores da Maconde — «O vosso representante não é o sindicato; governante democraticamente eleito, o vosso representante sou eu». Maneira provocatória de dizer a coisa em desespero de causa. Em desespero de coisa, porque, coitado, não o compreendem. E diz uma «coisa».

— Luís Salgado Matos, concluindo na «Gazeta», nº 15 e 16) por doutrina neocorporativista quanto ao propósito de Eanes de reorganizar o Poder, Salazar, teoricamente, nega a luta entre Operário e capitalista, praticamente afirma-a. Eanes, teoricamente, afirma-a, praticamente nega-a (com leis justas).

— Amadeu Lopes Sabino historiando o desgaste sofrido pelo Estado nas mãos de monopólios e latifúndios, concluindo pelo 25 de Abril da burguesia — tentativa de voltar a dar ao Estado a sua autonomia relativa face à classe dominante em facções: às facções da burguesia, dado a unidade do Poder. Na boca de Eanes, e não só: «o verdadeiro espírito do 25 de Abril». Coisa perdida, causa em risco de perder-se.

— A candidatura de Eanes surge a Eanistas como um falhanço. Eanes que quis aparecer como presidente de todos os portugueses, ou de todas as facções da classe dominante, apoiando-se num inimigo — o PCP. Resultado, o PCP entrincheirado, o CDS sem manobra, um outro PS, o PPD-PSD.

— Leiria, mais o PS sem PCP em quem bater, «sem Lopes Cardoso» e com «homogeneidade», sendo este o falhanço da homogeneidade das facções da burguesia.

— Fátima Martins Pereira levanta na «Gazeta» 25 a questão da extrema-esquerda à procura do IN absoluto. Esgotados os bigodes hitlerianos em Eanes, já os não há para Veloso e Cia. Não haveria limites a partir dos quais considerações relativas analisassem referências (absolutas) ideológicas por que são pautadas.

— Eanes não sendo imagem viva do socialismo, não é do fascismo. Dizer-se do neocorporativismo de Eanes, considerando e não só a banda afectiva, ideológica, «magnética», do termo pode ser um bigode hitleriano. Há limites — o conceito científico da autonomia relativa do Estado capitalista e da unidade do Poder. O Estado corporativo que se vê dito por Eanes é o Estado social-democrata, pluralista, democrático. Eanes-PS falam da institucionalização e organização da classe operária no Estado, do equilíbrio entre esta e a burguesia dividida (nunca autonomamente, politicamente organizada, e que conta com o Estado para escrever a sua hegemonia, numa unidade do Poder). Os temas eleitorais de Eanes foram, não por acaso, os do capitalismo de guerra.

— A reconstrução da nação (um tema do Estado — centro), a reconstrução económica. Disseminado em Portugal ao nível de opinião, o exemplo alemão do pós-guerra, com trabalho intenso, cooperação entre governantes-governados, etc. Proposta — o «pluralismo» institucionalizado no Estado directamente, permitindo unidade do Poder, unidade da classe dominante.

Todos estes são de facto temas da democracia burguesa, hoje. E mais — são temas do reformismo, com a sua confusão entre o político e o económico. Não nos devemos é espantar — estamos em Portugal — que a carrão esteja mais uma vez à frente dos bois.

— Assim, continuamos com este governo, já outros degraus, em pleno reformismo. Podemos ver seguidamente ao gonalvismo, ao PCP, ao estado mediador, à batalha da produção.

— O governo PS representa a tentativa da burguesia de institucionalizar a luta de classes e a sua unidade, no Estado, directamente. Quando o PS apoia a candidatura Eanes a linha social-democrata (neste partido por ausência de linha política, e inclusive aquela linha é uma ausência política) é determinante.

— A presença do Estado corporativo e do Estado social-democrata é de parentesco.

— Assistimos (Eanes o prometera) a tentativas de criminalização dos actos políticos.

II

— Assistimos às tentativas de institucionalização da Reforma Agrária, das comissões autónomas dos trabalhadores, do SAAL, etc., no Estado. A unidade da burguesia, numa unidade do Poder, que o PS tenta, só pode fazer-se à custa destas. O PCP está na concha. A prisão de Otelto persegue o mesmo objectivo. A uniformização do poder «pluralista» na informação, idem.

— A candidatura de Eanes não uniu nada.

— Os prazos são curtos para a burguesia, ela queima etapas, as suas divisões aprofundam-se.

— Cardia, Soares. Fracasso da social-democracia. Desespero «cego» de Cardia, afirmação de «visibilidade» (—sou eu) aos trabalhadores da Maconde, por Soares.

— Desagregação da Carta Aberta — Desespero de coisa. Mesmo fechada, a televisão pluralista ainda a quer mostrar aberta. Fracasso da institucionalização directa e pluralista dos sindicatos no Estado.

— Coerência histórica de Cardia é o seu destino, o seu fracasso já.

— Eanes não é o árbitro da burguesia, apenas um aspecto das suas contradições (Nuno Pereira da Silva).

— As F.A. quiseram recuperar a sua autonomia específica na organização capitalista do Estado. Não conseguem porque essa autonomia é índice do capitalismo,

da sua organização. Assim Eanes é face da burguesia e Veloso idem.

— Os spinolistas avançam nas proximidades do centro do aparelho militar e na raiz da sua dependência (brigada NATO).

III

— Perigo do MUP ser apenas a impossibilidade do PCP.

— Perigo da opinião se tornar massa. Da pequena-burguesia se fascizar.

20 de Novembro de 1976.

A. D.



## Viva o Rock!

De certo modo surpreendido pela notícia na primeira página do «Gazeta» de hoje. E que nos fala de Rock. O «Gazeta» refere-se ao Festival de Rock de Moscavide. O «Gazeta» faz (ao que me parece) o que a esquerda em Portugal sempre tem ignorado desde o 25 de Abril. Desprezando grandes manifestações populares que sempre chocaram a classe dominante. Para já não falar do desprezo que de certo modo deu ao campo desportivo, especialmente ao espectáculo que continua a ser o maior, ou seja, o futebol. Mas voltemos ao campo musical. Aqui a esquerda não se tem pronunciado, nem apoiado a não ser as organizações onde actuam os habituais homens de sempre: Zé Afonso, Sérgio Godinho, GAC, etc., etc. Ora o Rock continua a ser no mundo algo que atormenta muito a classe dominante, embora em muitos casos (claro) se sirva dele. Aqui, em Portugal, lembro-me ainda de alguns festivais que a burguesia condenou sempre, especialmente o realizado em 1971 em Vila de Mouros. «Aquilo era um escândalo», segundo os democratas desse tempo (e deste) — rapazes e raparigas juntos, a ouvir música, a fazer amor e viver em liberdade. Aquilo não se podia admitir num país «democrático» (pelos vistos) como era na altura o nosso...

Tudo o que cheirava a um pouco de liberdade era e é condenado. E os Festivais Rock eram para a maior parte da juventude um dos poucos locais onde podiam viver mais livres por umas horas ou uns dias. Além disso, música é cultura e cultura seja por que via for nunca agradao ao fascismo.

Os grupos que cá fazem Rock, música de qualidade, têm geralmente elementos progressistas.

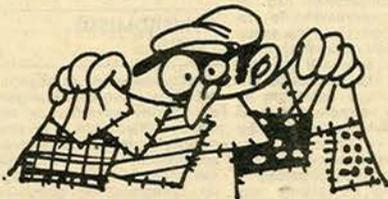
O público, se os ouve, os plauda, com eles se liberta, e são muitos de ideias como as minhas. Não podemos, pois, deixar que a direita reaccionária se aproveite dos grupos e dos públicos neste momento, para mais tarde os subjugar aos seus interesses ou calafos.

Sei pessoalmente que componentes de alguns dos actuais grupos de Rock em Portugal contribuíram muito para se acabar com a mediocridade dos bailes pequeno-burgueses e se passar para os Festivais. Arriscam-se, construindo música mais para ouvir, pensar e meditar, e também para dançar, mas de outra maneira. Lembro-me que um dos primeiros grupos a contribuir para isso foi o «Pentágono», em 1971/72. Hoje, há mais a contribuir para esses momentos de Rock/música, convívio, alegria. Sei por exemplo do «Artes e Ofícios» cá do Porto, que tudo tem feito para produzir uma música de qualidade. (Cita este por conhecer pessoalmente).

Por tudo isto fico satisfeito por a «Gazeta» dar notícias de um Festival de Rock como o de Moscavide. Oxalá não fique por aqui e nos dê notícias de outros mais, mas não só de Festivais de Rock, como de outros meios culturais. E que se faça também uma crítica musical aos grupos intervenientes nos festivais.

Que a direita reaccionária não se agarre agora a mais um meio de cultura para o liquidar, só porque a esquerda lhe dá (a esses meios) certo desprezo.

Carlos Feixa  
2.ª Repartição de Finanças  
Vila Nova de Gaia.



## Será o MUP uma manta de retalhos?

(...) Outra questão essencial é: quem controla o MUP. Qual a ideologia dominante, qual o tipo de organização?

No aspecto do controleirismo, as acusações choviam de todas para todas as organizações. O PRP ao recusar o Congresso demonstrou, que não controlava a CNUPP, pois não tinha a maioria ou garantia de que as suas teses iriam ser aprovadas, o que no fundo prova que o PRP desejava controlar a CNUPP eleita, como qualquer outra organização, aproveitando-se das simpatias que os GDUP têm, ainda, no seio do povo.

O que deverá ser o MUP: uma frente de massas ou um partido de tipo novo? A proposta da UDP, daria ao MUP uma direcção de espontaneidade perante a situação política, o que impediria uma análise real das tarefas a apontar.

No aspecto do PRP, o MUP degeneraria numa organização radicalista do tipo guerrillista, não dando uma alternativa popular para a crise.

O caminho devia ter sido encontrado numa ampla discussão, para o que houve bastante tempo. Então porquê este impasse, quais as directrizes da ex-CNPUP?

No aspecto da ideologia, qual a corrente que detem a supremacia: o obreirismo; o radicalismo; o populismo; o reformismo?

Parece-me que por indefinição do tipo de organização, o MUP é talvez uma manta de retalhos de todas essas teorias, o que avoluma as contradições internas e, permite que a ideologia da pequena burguesia seja preponderante nas resoluções.

O MUP foi edificado, por vezes, sob aspectos aventureiristas, sem uma estrutura esquemática de unidade, que a um prazo médio, dará resultados nocivos.

Quais as medidas a tomar e repensar, de novo os GDUP e o MUP, deve ser uma tarefa dos activistas, dos simpatizantes, pois o MUP é ainda a única alternativa popular, ao fascismo, ao liberalismo, à social-democracia e ao revisionismo.

O MUP são a força do povo expressa nos 800 mil votantes no camarada Otelto.

Liquidar o MUP com discussões inúteis e sectaristas é um erro grave.

Sem mais com um abraço de saudações de amizade para todos os camaradas do nosso/vosso jornal.

22 de Novembro de 1976.

JOFFRE DE LIMA MONTEIRO ALVES



## Algumas perguntas ao GDUP de Fânzeres

Estamos em tempo de eleições. Cada um irá votar na lista que melhor defende os seus interesses. Por isso, os GDUPs também vão concorrer com as listas, uma vez que são representantes dos trabalhadores e estes, assim, terão também a sua lista.

(...) Assim, também na minha freguesia, Fânzeres (Gondomar), o GDUP apresentou as suas listas. Mas qual GDUP? Na verdade, só há pouco tempo soube da existência dum GDUP em Fânzeres, (apesar de ele ter aparecido, ao que parece, há uns meses). E não era só eu a ignorá-lo, mas sim a maioria dos trabalhadores da localidade, o que demonstra que a sua actualização é nula ou então fraca e pouco divulgada.

Mas o «nosso» GDUP resuscitou! E apareceu sob forma de comunicados que, apesar de muito bem escritos façam-se-lhe a honra!

tém um carácter essencialmente eleitoralista e oportunista (porque não?), quando devia preocupar-se primeiramente a construir a unidade popular, a levantar, denunciar, resolver os problemas dos trabalhadores da freguesia. Problemas esses que são muitos.

Temos, por exemplo, o boicote sistemático de que a Comissão de Moradores tem sido alvo, por parte dos «senhores feudais» da terra, apenas por tentar resolver as necessidades mais prementes, da freguesia (onde é urgente abrir creches, infantários e escolas para filhos dos trabalhadores, que nem sempre têm quem cuide deles enquanto os pais trabalham; construir casas condignas e uma delegação de saúde que não existe; fundar uma cooperativa, mas que realmente defende os trabalhadores, e não como a que já existe de carácter puramente capitalista; a electricidade e a água, que não chega às zonas mais altas da freguesia; abrir ruas, pois as que existem ou são más e cheias de buracos ou então só têm lama e pedregulhos; abrir um centro de cultura e recreio onde haja cinema, teatro, desporto, debates, etc, para uma dinamização urgente dos trabalhadores locais, muito dominados pelo padre cacique, o grande perigo fascista da freguesia.

Urgo, por isso, fazer umas certas perguntas ao GDUP de Fânzeres: Porque é que só agora se lembrou de acordar e de gritar aos trabalhadores que na sua freguesia também havia um GDUP? Porque não trabalhou e lutou mais este GDUP contra a enorme influência do padre cacique e aliados fascistas bem-falantes (que até já têm as suas listas!), influência essa que tem vergado quase todos os trabalhadores? Porque não desmascarou a vergonhosa exploração que havia e há na freguesia?

(...) E porque aparecem agora nas suas listas, segundo informações do mesmo amigo, elementos que talvez não mereçam uma total confiança dos trabalhadores, nem mesmo saibam resolver, defender e representar convenientemente os interesses dos trabalhadores? E que, além de serem ainda novos (e isso não quer dizer absolutamente nada se, na verdade, se mostrarem capazes) têm demonstrado um alto grau de imaturidade, irresponsabilidade e sectarismo, o que de modo algum servirá para construir a tão desejada unidade popular e resolver os problemas dos trabalhadores. De forma alguma quero aqui minimizá-los, pois creio que com a colaboração dos trabalhadores (que lá têm afuído em números pouco elevados) eles conseguirão fazer algo na freguesia. Mas até agora, de palpável ainda nada deram a conhecer! (...)

Será que uma freguesia completamente dominada por um padre cacique (ainda por cima!) irá votar neste GDUP, onde trabalhos concretos e positivos não existem? Não irão os trabalhadores repetir novamente o slogan fascista: «É só canalhada», face à incapacidade do GDUP? Será isto unidade popular? Andará ela assim tão por baixo, ou foi mal que só atacou a minha freguesia? A resposta será da pelos trabalhadores...

P. N.

## A propósito das teses do P. R. P.

# A questão da violência revolucionária

As teses vencidas do PRP sobre as tarefas revolucionárias presentes, o alerta lançado contra um «novo 28 de Maio», o aniversário do 25 de Novembro, a arrogância nazi-fascista passando à acção armada — todos estes factores, e outros ainda, menos evidentes conjuntamente, mas talvez mais decisivos, põem na ordem da discussão política do dia o problema da violência revolucionária e da sua organização presente.

Este tema é sistematicamente escamoteado quer pelo PCP, quer pelas organizações direitistas que, servindo-se do infantilismo das teses do PRP sobre a Insurreição já, igualmente, ignoram esta questão. E manobram.

1 — Tudo se passa como se apenas depois de uma eventual restauração violenta do fascismo e da ditadura (que, entretanto, é apresentada como praticamente inevitável) fosse correcto pôr a questão da violência e da luta armada. Até lá, devemos talvez esperar e confiar que os militares anti-fascistas de cúpula, apesar das suas insuficiências e dificuldades, apesar do seu legalismo forçado ou consentido, se encarreguem ad «crítica das armas» perante a ofensiva da direita e da sua dissuasão.

Pois bem, o que se sustenta aqui não é a necessidade de passar a uma fase de luta armada contra os órgãos de governo existentes. O que se sustenta é que é necessário não continuar a delegar — o que temos tido de pagar caro — a defesa armada das «conquistas do 25 de Abril» na instância militar, ou no seu sector «progressista». Que é necessário criar condições de intervenção activa a qualquer momento perante o clima de confrontos selvagens, à margem da legalidade, que se adensa em Portugal (e que, em especial, a direita tem vindo a adensar quanto pode — experimentalmente?). E

que é necessário descobrir, e para isso procurar, formas que permitam a realização destas tarefas sem prejuízo de uma aberta linha política de massa. Cujos abandono e malogro persistentes se revelam cada vez mais ameaçadores — e prosseguem.

2. Aos militantes revolucionários, capazes de não negar a evidência cegante de que o destino político próximo será decidido pela força e pelas relações de forças existentes, cabe, portanto e desde já, a organização clandestina dos aparelhos de resistência/ofensiva que permitam desiocar para o exterior do Exército os confrontos em curso e os que, adensados, se avizinham — i. e. que permitam intervir decisivamente nesses confrontos, insuflado na sua formação e eclosão o sopro ardente da luta de classes, cavando nelas a profundidade social capaz de os transformar qualitativamente e os arrancar ao campo estéril da «disciplina militar» — desbloqueando o círculo vicioso que reduz a luta entre direita e esquerda militares a problemas (de) intestinos do Exército.

Dizer que esta organização deve ser clandestina (embora acompanhada de um trabalho de evidencição do papel da violência em qualquer tipo de solução política — trabalho de que este artigo e a discussão que propõe pode ser um exemplo) é pouco de tão óbvio.

É necessário compreender

também que, nas condições presentes do país, não pode nem deve existir qualquer vínculo orgânico entre estes núcleos de acção militar revolucionária enquanto tais e as formas instituídas à luz do dia de acção política de massas. É indispensável, no entanto, que nos aspectos militares não se esgote a actividade política dos militantes que integrem estes núcleos e que estes, pelo contrário e a par da sua autonomia de organização, saibam ser uma componente viva da luta socialista de massas.

Mas nem as faces «oficiais» da agitação revolucionária e anti-fascista podem comprometer-se presentemente em tarefas militares — nem os militantes que para lhes dar resposta se organizem podem ter qualquer vinculação organizativa com essas faces e instâncias «oficiais». Sob pena de

— ou total ineficácia  
— ou abertura desarmada à repressão burguesa

— ou, caso não menos fatal, subordinação da intervenção política dos militantes organizados a organismos de cúpula fora de qualquer controlo da base, por força dos imperativos da conspiratividade necessária — o que arruína toda a possibilidade de uma política de massas correcta.

3. O que fica dito é ser dúvida contestável. Mas a sua eventual correcção só é possível se o que fica dito e o que se lhe prende for efectivamente discutido e posto na ordem do dia.

O que se pretende com estas linhas é romper o recalcamento criminoso que do carácter violento das próximas soluções políticas está a ser operado por alguns daqueles (militantes e organizações)



que deviam ser os primeiros a combater toda a espécie de ilusões existentes a este respeito.

Talvez seja ainda possível evitar o pior e, evitando-o, fazer a economia de uma ou outra forma de guerra civil. O que é inadmissível é contribuir, à «esquerda», para a criação de condições em que o fascismo poderá vencer e

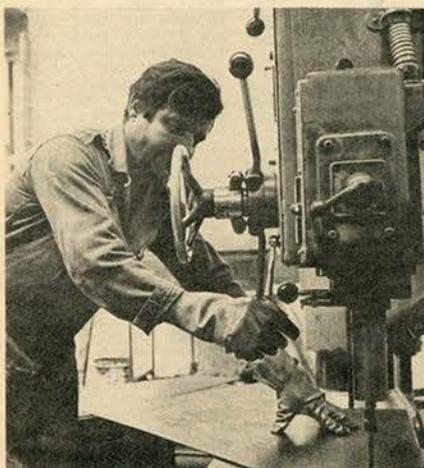
instalar-se economizando em seu proveito a mesma guerra civil.

Para impedir a explosão trágica da guerra civil sem capitular perante o fascismo, é preciso prepará-la e demonstrar a capacidade de a vencer. O fascismo não recua perante quaisquer meios; apenas a convicção antecipada da derrota o pode levar a re-

— e a saber-se vencido. Sem o firmar deste pacto que desde sempre a defesa da liberdade celebra com a morte, e perante cuja necessidade devemos encurrular a «esquerda militar», a liberdade conquistada após o 25 de Abril poderá não ter já muito tempo de vida.

MIGUEL SERRAS PEREIRA

## Para que os trabalhadores acreditem em si mesmos



Penso que nós, trabalhadores, sem cultura livreira, mas com grande experiência de trabalho duro, não podemos continuar a alhear-nos de certos assuntos, convencidos que são da exclusiva competência dos doutores e peritos. É o caso da economia, saúde, educação, ensino, etc. O interesse por tais assuntos levar-nos-á

ao estudo mas sem deixar o trabalho, o que nos permitirá em pouco tempo adquirir a teoria necessária para prescindir de muitos doutores ou obrigá-los a um comportamento muito diferente. Partiremos do trabalho para o estudo, a fim de melhor trabalharmos e mais conscientes vivermos. Chamo trabalho, não apenas às 8 ou 9 horas de emprego, mas também ao tempo de livre empenhamento na transformação da sociedade.

Teremos que convencer-nos cada vez mais de que, o mais seguro é contarmos acima de tudo com as próprias forças, já que todo o esquema de ensino continua apostado em assegurar a existência de uma classe dirigista e manipuladora, ao serviço do sistema capitalista. A única hipótese que nos resta é trabalhar seriamente na criação das condições necessárias para que a classe trabalhadora se baste a si mesma. Assim, todos os trabalhadores devem interessar-se por todos os assuntos, embora cada um se especialize neste ou naquele. É por isso que vou tentar dar o meu contributo para a descoberta de uma solução eficaz para a crise económica do nosso país.

Nunca estudei economia. Não tenho nenhum curso superior ou coisa que se pareça. Nunca tive, nem tenho, propriedades ou dinheiros para administrar. Nunca recebi mais de 4000\$00 por mês. Reparto o pouco que tenho com aqueles que vivem em maiores dificuldades e não tenho vergonha de pedir ajuda a quem tem mais do que eu. Parece-me que esta disposição para repartir e pedir também contribui para a transformação da sociedade que, em geral se limita a um sistema de trocas (doute ou faço-te isto para que me des ou faças outro tanto) em vez de apontar para a fraternidade e intercâmbio desinteressado.

Num país onde se viva um processo Revolucionário que aponte para o Socialismo, terá que se organizar a vida de modo a poder bastar-se a si mesmo, em caso de necessidade. Isto porque não faltarão os boicotes de todo o género da parte do capitalismo internacional, e porque a ajuda muitas vezes oferecida pelos países chamados socialistas exige em troca o servilismo a determinados esquemas que impedem a livre caminhada do Povo. O bastar-se a si mesmo implica, antes de mais uma economia de poupança que, em princípio não significa carência de bens essenciais. Significa sim:

- Corte da importação de bens desnecessários.
- Reconversão das empresas, com o objectivo de as orientar para a satisfação das necessidades fundamentais.
- Altos preços para o consumo de energia e outros bens considerados desnecessários.
- Redução máxima dos desníveis de salários.
- Criação de uma rede de transportes colectivo bem organizada a nível de todo o país e consequente

aumento de preço de combustíveis para carros particulares.

— Exploração de todos os recursos agrícolas do país, a fim de evitar a importação de produtos alimentares. Fomentar ao máximo a exploração agrícola colectiva. Cultivar em cada zona os produtos que melhores condições de rentabilidade oferecem.

— Entre os produtos para exportação, dar preferências aos que têm maior aceitação e melhores condições de venda.

— Aproveitamento de muitos materiais que a sociedade de consumo nos habituou a deitar fora: vidro, borraça, plástico, papel, ferro, etc.

— Planificação da produção em função do consumo necessário e não em função dos lucros comerciais.

Com as dificuldades criadas pelos boicotes externos, poderiam vir a falhar alguns bens que os hábitos de vida apontam como essenciais. O problema resolver-se-ia através de uma simples substituição. Exemplos: — à falta de trigo, comer-se-ia mais pão de milho e centeio — à falta de carne de bovino, comia-se mais frango, carneiro e mais peixe; — a falta de açúcar levar-nos-ia ao cultivo da beterraba para obter esse produto; — a falta de energia importada exigiria o aproveitamento de outras fontes de energia: ondas do mar, vento, luz solar, etc.

Esta economia de poupança só seria possível com a colaboração activa e constante de toda a população. Agora, poderá assustar-nos porque estamos habituados a ver que as coisas surgem sem que nada se nos peça, mas optando por ela, depressa nos sentiríamos a pensar e encará-las coisas e a vida de modo muito diferente. Para que isto seja possível, importa que a classe trabalhadora vá acreditando nas suas capacidades e decida lançar mãos à obra.

Nenhum de nós vive na ilusão de pensar que a Revolução seja algo de mágico que traz dinheiro e bem-estar, sem trabalho nem sacrifício. A verdadeira Revolução é mudança radical de vida e de costumes; é transformação profunda nas relações entre as pessoas; é acreditar que qualquer Povo tem capacidades suficientes para fazer a sua história; é acreditar que nem só de «ter» e «poder» vivem as pessoas e os povos mas também de simplicidade, entusiasmo e criatividade livre e espontânea, é a construção de uma verdadeira comunidade nacional onde cada um deve trabalhar segundo as suas possibilidades e receber segundo as suas necessidades.

Em ocasiões próximas, tentarei falar sobre educação, ensino, saúde, habitação, etc.

(Um serralheiro desempregado GABRIEL GAMA)

# Tribalismo e Repressão na Guiné-Conakry

• «Prisões de África» — um livro (interdito) de J. P. Alata

«Hoje, não quero mais calar-me. Ameçam-me de expulsão, fecham-me as portas e não encontro trabalho, recomendam-me o silêncio se um dia quiser voltar a ver a minha mulher e o meu filho. Mas há que lutar por todos os que estão nos campos e prisões da Guiné. São 2500. Quanto aos exilados, somos actualmente dois milhões, repartidos por todos os países, Costa do Marfim, Senegal, Suécia, Inglaterra, França, etc.» — Uma verdadeira diáspora provocada por um sanguinário paranoico: Sékou Touré. O livro de Jean Paul Alata, Prisões da África, dá testemunho do seu longo encarceramento — de Janeiro de 71 a Julho de 75 — no campo de Boiro, nos arredores de Conakry.

O livro foi apreendido pelos serviços do Ministério do Interior (francês-NT), no momento em que as edições do Seuil mandaram imprimir o manuscrito. Para Jean e Simone Lacouture, que tinham apoiado o autor, «uma tal medida é perigosa, porque pode levar muito longe. Uma tal decisão, porque arbitrária, pode ser tomada amanhã contra qualquer editor. Aquando do processo em que se exigia o fim da interdição, o juiz invocou uma velha lei, de 1881, estipulando que os textos de proveniência estrangeira podem ser apreendidos por ordem do Ministério do Interior. Lei que foi em seguida confirmada por um decreto de 1939. O que tem duas consequências: por um lado, negar a nacionalidade francesa de J. P. Alata, no entanto portador de um cartão de identidade e de um passaporte. Mas o tribunal considerou que tal não constituía senão a sua «nacionalidade presuntiva». Apenas um «certificado de nacionalidade» entregue pelo Ministério do Interior estabelece a qualidade de cidadão francês. Nós não o temos, aliás. Seremos, igualmente, «presumíveis cidadãos franceses?»

«Uma outra consequência desta lei, é que, no fim de contas, nada poderia impedir a apreensão de um artigo de jornal, desde que este seja de um correspondente estrangeiro. Esta lei não nos coloca ao abrigo de uma proibição a pedido de qualquer embaixada, sabendo-se que a da Guiné interveio neste caso.

«Então, amanhã, a pedido da embaixada do Chile ou da U. R. S. S., porque não Neruda ou Soljenitsine?»

Em todo o caso, as edições do Seuil constatam que bem poucos jornais e nenhuma cadeia de rádio reagiram ao escândalo. Jacqueline Baudrier teria pessoalmente impedido que se lhe fizesse referência nos seus programas.

## QUANDO A DITADURA SE TORNA RESPEITÁVEL

Após 16 anos de ruptura com o governo guineense, a França quer restar relações com Sékou Touré. As relações muito interessante, aliás: a: minas de bauxite que tanto aliam os interesses franceses (a França pretende uma participação de 15 a 20 por cento), a construção da Transguineense que estes mesmos «frustros» gostariam de partilhar com o Japão. Há também 25 milhões de toneladas de ferro, ouro, diamantes, uma prospeção petrolífera a encetar... Por esta razão, a ditadura torna-se espectacular...

J. P. Alata é filho do país francês e nasceu em Braxxaville. Depois de viver cinco anos no Congo, partirá sucessivamente para o Médio Oriente e, depois, para França, onde conclui os seus estudos.

Mas ama a África, detesta o racismo, e regressa ao Senegal, onde permanecerá 10 anos, antes de voltar para a Guiné, na altura da independência.

com os outros detidos. Na altura da minha prisão, a minha mulher estava grávida de cinco meses. Não sei se a criança nasceu, não sei se é rapaz ou rapariga.

«Seis meses mais tarde, uma nova vaga de prisioneiros enche o campo. Então, fico a saber, por intermédio dos que che-

gando que a nossa manobra fracassava, teríamos então encabeçado a resistência! Recusom-me a assinar confissões tão aberrantes. Torturam-me novamente. Assino.

«Eles ficam satisfeitos e prometem-me a visita da minha mulher. Dizem-me, na mesma ocasião, que tenho um filho. «Um único balde para toda a gente. Esvaziávamo-lo uma vez por dia, mas dependia do humor do guarda, se o podíamos ou não lavar. Como eles estavam de mau humor dois dias em cada cinco, voltávamos para as celas com o balde trestando e os pés sujos de excrementos. Só podíamos tomar um duche de 15 em 15 dias e barbeávamo-nos quase todos os meses.

«Entre os duches não tínhamos nenhuma possibilidade de nos lavarmos. Não tínhamos passeio. Para apanhar ar, só tínhamos as portas das celas que os guardas deixavam entreabertas durante uma ou duas horas. Se estavam de mau humor, nem sequer as abriam. A luz era insuficiente para ver. Também não tínhamos livros nem jornais. Por isso não cheguei a saber que tinha sido condenado à morte.

«À noite, tínhamos uma lâmpada de 25 w acesa entre as 18 e as 22 horas, e sempre segundo a disposição do guarda. Como alimentação tínhamos um quarto de um sumo escuro, com pouco açúcar, e um pedaço de pão equivalente a um décimo de uma baguete. Às duas da tarde, um prato de arroz aguado com um simulacro de tomate. Podíamos beber um gole de água, de manhã, às 10 horas, e outro à noite. Podíamos fumar um maço de tabaco de 15 em 15 dias.

«Muitos presos morreram. Mortos de fome, de bérberi, de cancro não tratados.

«Um dos nossos companheiros foi também friamente assassinado, embora fosse um homem de Sékou Touré (Emile Cisse). Durante 113 dias, apenas lhe davam a sua magra ração de dois em dois dias. Em seguida, isolado na sua cela, infligiram-lhe oito dias de «dieta». Morreu de fome.

«Em 1973, transferiram-me uma cela de brancos. Ai o regime melhorou. Uma encomenda por mês, uma ração alimentar aumentada de um décimo de pão, duas folhas de salada e uma cabeça de peixe grelhado.

«Mas eu não me entendia com os brancos, que eram, na sua maioria, racistas. Voltei para a cela, com os meus irmãos.

«Fui libertado no dia 14 de Julho de 75, com 17 outros prisioneiros. Levaram-me para o avião sem me deixarem ver a minha mulher e o meu filho. Até agora ainda não conseguiram obter um passaporte para se juntarem a mim.

«Regressado a França, J. P. Alata tinha recuperado, em princípio a sua nacionalidade francesa, com bilhete de identidade e passaporte. Negam-lhe agora a sua qualidade de cidadão, por se ter recusado a calar-se.

«Mas ainda: convocado pelos serviços de informações, é ameaçado:

«Não publique, se quer voltar a ver a sua mulher e o seu filho; «renuncie ao livro, arranjaremos maneira de os trazer».

«Mas para J. P. Alata, há milhares de prisioneiros que é preciso salvar. Há uma ditadura para abater. A campanha desencadeada em Junho contra a etnia «peuls» é, segundo J. P. Alata, a última tentativa do tirano para reinar e justificar a organização policial do regime. Atacar os Peuls para unir as outras etnias, atacar o ódio racial, permitir-lhe-ia sobreviver.

«Ele prepara o seu golpe há 15 anos. A todos os detidos arrancaram confissões sob tortura contra Daïlo Telli. Mas, aparentemente, os guineenses mantêm a calma e não respondem aos apelos ao assassínio. Como prova do «complot peuls», Sékou Touré acaba de exibir uma criança de 14 anos, Lamarrana Dielle! E a França amordaça o exilado que denuncia a tirania.

«E são as autoridades francesas que ameaçam J. P. Alata, apreendendo o seu testemunho são elas ainda que exercem chantagem sobre a sua família, o reduzem à fome exercendo pressão sobre eventuais patrões! A bauxite vale mais que a liberdade...

CLAIRE BRIERE (Exclusivo Libération — Gazeta da Semana).



Alata é um velho amigo de Sékou Touré, que conheceu em 1949: «através das afirmações do meu camarada, eu acreditava no socialismo guineense, acreditava no socialismo em África, a única via real para a independência».

Quando o governo francês obriga J. P. Alata a escolher entre a nacionalidade francesa e a nacionalidade guineense, ele escolhe a nacionalidade guineense e Sékou Touré nomeia-o, em 1960, inspector dos negócios Estrangeiros junto da presidência.

Assiste, ao longo dos anos, à degradação do regime guineense, que se vai tornando cada vez mais autoritário.

«É um nunca mais acabar de prisões e conspirações denunciadas. «Até 1965, certas detenções pareciam justificadas. Sékou dizia-nos que o fazia em nome do socialismo e a burguesia nascente era a principal visada. Mas em seguida, tornou-se claro que toda a oposição conduzia à prisão, à dispersão das famílias.

«Mas nessa altura eu já não podia partir. Para onde ir? Fiquei, de olhos abertos.

«Hoje, penso que somos todos culpados, tanto os que fugiram como os que ficaram e se calaram. O nosso silêncio não militou em favor da democracia.

«Actualmente, na Guiné, trata-se de muito mais do que do problema do delito de opinião. Qualquer amigo ou colaborador de Sékou Touré pode, amanhã, ser lançado numa prisão e fuzilado por simples decreto.»

## O GOULAG GUINEENSE

«No dia 11 de Janeiro de 1971, à meia-noite, vieram buscar-me a minha casa. O comandante da polícia diz-me que preciso do meu testemunho. Não me falam em detenção. Na estrada que conduz ao campo, dizem-me: «Precisamos de si, apenas por alguns minutos». Quando chegamos, lançam-me nu para uma cela. Deixam-me seis dias sem comer nem beber. Os interrogatórios só começam depois da «dieta».

«Ao fim de seis dias, compareço diante da comissão presidida por Ismael Touré. Dizem-me que sou agente do imperialismo francês, do SDECE e de Foccart. «Assine sua confissão — acrescentam.

«Devo precisar que na altura da agressão cometida no dia 22 de Novembro de 68 pelas forças portuguesas, combati na primeira linha para rechazar o ataque.

«Mas, após esta agressão, Sékou Touré combatia tudo o que, de perto ou de longe, pudesse significar uma opinião francesa. Como me recuso a assinar tais confissões, torturam-me. Assino em seguida.

«Há mais 250 pessoas detidas ao mesmo que eu, mas só mais tarde terei conhecimento de tal facto. Saberei igualmente que 30 pessoas, entre as quais um velho amigo socialista (Bari Trois), foram enforcadas.

«Durante seis meses, impedem-me qualquer contacto com o exterior. O mesmo se passa

gam do exterior, que fui condenado à morte.

«Sou convocado para novos interrogatórios. Consideram a minha confissão insuficiente. Fazem-me voltar 13 vezes para me fazerem confessar que colaborei com a CIA e a Alemanha. Exibem dois testemunhos perturbadores: um do meu meio-irmão, que trespassa a fronteira, e o de um amigo que, aliás, tinha salvo o regime em 22 de Dezembro de 68. Ora, no depoimento, obrigam-no a dizer que a nossa missão era conduzir os mercenários no ataque ao palácio presidencial e que,

«Peso apenas 58 kg. Durante um mês dão-me um pouco de leite e vitaminas, a fim de me porem um pouco mais apresentável.

«Apenas os pude ver durante cinco minutos. Nunca mais os vi.»

## O BALDE

«Vivíamos em barracas divididas em celas, com paredes de betão (...). A única abertura era um buraco de 10 por 15 centímetros. As celas não tinham mais de três por três metros e meio, onde juntavam até

## Palestina

# Governo no exílio?

Lentamente, as forças da paz da Liga Árabe — praticamente constituídas por tropas sírias — impõem o cessar-fogo no Líbano. Missar-fogo aprovado na minicimeira do Cairo, onde estiveram presentes, nomeadamente, os presidentes do Egipto e da Síria.

No passado domingo, as forças da paz prosseguem os seus esforços para adquirir o armamento pesado em poder das milícias rivais. Muitas armas tinham já sido depositadas — tanto pelas milícias falangistas, como pelas forças progressistas — mas será quase impossível saber quantas armas falterão ainda.

Muito naturalmente, as forças palestinas recusaram-se a entregar as suas armas. Como se sabe, na referida cimeira, ficou aprovado que as regras do Acordo do Cairo de 1969 seriam finalmente seguidas. E uma dessas regras diz que os palestinos poderão ficar no Líbano.

armados, desde que se mantenham no interior dos campos de refugiados.

E é aqui — graças às afirmações de um direitista — que a verdade vem à superfície: a questão central da guerra civil libanesa são os palestinos.

## SIONISMO IGUAL A RACISMO

O direitista a que nos referimos é Abu Arz — dirigente de uma das mais activas milícias reacçãoárias: «Guardas do Cedro». Numa entrevista que concedeu ao jornal «Al Moharrer», Arz disse que «Israel é um país amigo do Líbano, todos os países árabes são nossos inimigos». Arz é muito claro — muito mais claro que outros dirigentes direitistas, que se separam de televisão ou de Washington — «a guerra civil só acabará quando o último palestino for expulso do Líbano».

E acrescentou: «Já estamos fartos dos palestinos. Nunca poderei coexistir, nem que seja com um só palestino».

Então não será isto racismo? Não será o sionismo exactamente a mesma coisa que o racismo?

## OLP NA CLANDESTINIDADE?

Daí a instabilidade desta paz que escamoteia a questão central. Daí que os palestinos terão, a breve trecho, que optar por uma de duas coisas: submeterem-se ao domínio dos sírios (as tropas da Liga Árabe incluem cerca de 30 mil soldados sírios) ou entrar na clandestinidade. A decisão será tomada, provavelmente, na próxima reunião do Conselho Nacional Palestiniano, que terá lugar no Cairo. Este Conselho, composto por 170 membros é uma espécie de

Parlamento do Estado Palestino e deverá debruçar-se sobre a estratégia futura do movimento à luz da guerra civil libanesa e tendo em conta a moção recentemente aprovada na ONU. Moção que aprova a criação de um Estado palestino nas margens do Jordão e na faixa de Gaza. Moção contra a qual votaram a maioria dos países ocidentais. Incluindo os que — reclamando-se do «socialismo democrático» — garantem que lutarão sempre pela libertação dos povos.

Quanto a informações provenientes do Cairo, segundo as quais, o Conselho Nacional poderia aprovar a formação de um Governo palestino no exílio, elas parecem prematuras — segundo círculos de Beirute. Na verdade, a guerra civil libanesa — para além da destruição que tem causado — trouxe também a descoberto as contradições que existem no seio do movimento palestino (nomeadamente, a existência de milícias palestinas que obedecem ao regime deste ou daquele país árabe).

Essas contradições enfraqueceram o movimento palestino mas, ao mesmo tempo, servem para demonstrar onde se situam os seus inimigos.

artur c. santos

Argentina

# A máquina de morte e a resistência popular

Videla e a sua máquina de morte alternam declarações de forçado optimismo com a divulgação diária de macabras listas de «subversivos abatidos», reeditando o célebre «body count» (contagem de corpos), a partir do qual os americanos costumavam convencer-se que estavam a ganhar a guerra do Vietnam. As grandes agências noticiosas que alimentam a imprensa internacional limitam-se a divulgar as versões oficiais da junta militar, e escondem ou não conseguem divulgar o essencial: nos últimos dois meses a resistência do regime cresceu consideravelmente, todos os esforços de impedir a reanimação do movimento de massas a isolá-lo da guerrilha estão a fracassar. A guerrilha apesar das baixas que sofre e de ter sido obrigada a diminuir o seu ritmo de operações é politicamente cada vez mais forte.

são anunciava ter morto dezenas de «guerrilheiros» em poucas horas. Segundo uma informação emanada dos Montoneros, dos 51 mortos pela repressão nos 4 dias posteriores ao atentado 28 eram presos políticos que encontravam-se detidos há meses.

A maioria dos mortos restantes não eram membros das organizações guerrilheiras mas pessoas conhecidas pela sua ligação, durante o período anterior de semi-legalidade, com os diferentes ramos das Juventudes Peronistas particularmente fortes em La Plata.

O objectivo fundamental da Junta de Videla é conseguir o isolamento das organizações guerrilheiras através da imobilização e desorganização do movimento de massas. Separadas da sua base social os Montoneros e o PRT-ERP poderiam efectivamente ser aniquilados, não obstante o seu poderio.

ta o grau que atinge a repressão na Argentina, que é muito pior do que no Chile de Pinochet.

Os meses de Outubro e Novembro foram marcados por greves extremamente combativas, dotadas de um alto grau de organização e politicamente hegemónicas pela perspectiva de luta da CGTR (Confederação Geral dos Trabalhadores da Resistência) central sindical clandestina apoiada por todas as forças que combatem o regime. Os conflitos dos trabalhadores da electricidade e do porto de Buenos Aires são, sem dúvida, as greves politicamente mais importantes, na medida em que tem um impacto muito visível sobre o conjunto da sociedade agindo como detonador de outros conflitos. Indicam um elevado grau de organização de dezenas de milhares de trabalhadores que são capazes de se organizar clandestinamente e alternar habilmente distintas formas de luta que vão do trabalho lento a variadíssimas formas de sabotagem. No caso dos trabalhadores da electricidade estas últimas são particularmente numerosas e engenhosas a ponto do regime ter-se demonstrado incapaz de debelá-las. Cabe assinalar greves na fábrica General Motors e, na semana passada, em duas fábricas da Fiat em Buenos Aires além de uma sabotagem industrial generalizada em praticamente todos os ramos da indústria e de paragens esporádicas nos bancos, correios e telefones. Neste momento a moralizadora e a organização dos trabalhadores encontra-se num processo de fortalecimento o que deixa prever uma intensificação das lutas de massa, dentro da forma particular que podem assumir na Argentina, durante os próximos meses

## A ACÇÃO DA GUERRILHA

Os Montoneros e o PRT-ERP diminuíram o ritmo das suas operações e não realizam mais acções militares de grande envergadura, pois consideram que a fazer é de defensiva militar. No entanto o simples enumerar de algumas acções conhecidas levadas a cabo em Outubro e Novembro indica que são capazes de golpear o inimigo — inclusive no interior dos próprios quartéis. No dia 2-10 o ditador Videla escapou por questão de dois minutos à morte, quando uma bomba colocada por algum militar afecto aos Montoneros destruiu o palanque que acabara de deixar depois de uma cerimónia, na ultra-vigiada base militar de Campo de Mayo. No dia 17-10 o cinema do Círculo Militar de Buenos Aires e um arsenal da Marinha em Zarate foram alvo de poderosas bombas dos Montoneros. No dia 3-11 o ERP ocupou o canal 2 de Televisão na hora de maior audiência e transmitiu 5 minutos de um pequeno programa revolucionário visto por milhões de pessoas. No dia 9-11, nova bomba dos Montoneros, desta feita no interior do quartel-general da policia em La Plata. Além destas acções mais espectaculares foram levadas a cabo dezenas de acções de propaganda armada e outras tantas execuções de policiaes e capitalistas entre os quais os directores da Chrysler e da Safrer Peugeot. Operações demasiado numerosas, ousadas uma presença politica no interior do próprio aparato repressivo, para serem levadas a cabo por uma guerrilha «des-truida» conforme pretende a junta de Videla.

MARCELO DIAS

## A JUNTA ASSASSINA REFENS

Nos últimos dois meses a repressão ter morto mais de 900 supostos «guerrilheiros». Na realidade menos de metade desta cifra corresponde efectivamente a membros das estruturas operacionais das organizações PRT-ERP, Montoneros e outros grupos menores. A maioria são quadros de periferia, simpatizantes, amigos e familiares. Sempre que se produz uma acção importante da guerrilha a repressão fuzila um certo número de reféns presos e promove massacres em áreas onde as organizações têm, tradicionalmente, uma grande implantação. Na sequência do atentado à bomba contra o quartel-general da Policia em La Plata, a repres-

## A LUTA DE MASSAS

Apesar das organizações citadas terem sofrido importantes baixas em homens e infra-estrutura e de terem sido obrigadas a diminuir a envergadura militar e o ritmo das suas operações, o objectivo fundamental da junta não está a ser logrado e parece ser cada vez mais difícil. A análise dos últimos dois meses é fundamental para uma avaliação séria da situação. A junta hoje não combate contra organizações guerrilheiras isoladas; está em guerra contra parcelas inteiras da população que dão mostras de um elevado grau de organização e uma surpreendente combatividade, se levamos em con-

# domingo a domingo

## CONFERENCIA DE GENEBRA: NOVO IMPASSE

A Conferência de Genebra sobre a independência da Rodésia — considerada por muitos observadores como um fracasso, mesmo antes de ter começado — parece ter ultrapassado um impasse, entrando imediatamente noutra. O que só demonstra que as contradições existentes entre os nacionalistas do Zimbábue e os racistas de Ian Smith não se podem resolver com quaisquer conversações.

O impasse era a marcação de uma data específica para a independência do Zimbábue. Robert Mugabe e Joshua Nkomo (dirigentes da Frente Patriótica) insistiam que a independência deveria ser marcada para 1 de Dezembro do próximo ano. A delegação britânica, que presidente à Conferência, apresentou uma proposta difusa, sem data específica marcada e que foi aprovada não só pelos racistas de Ian Smith, mas também pelas delegações de Sithole e Muzorewa — outros dois nacionalistas, cuja representatividade tem sido posta em causa várias vezes.

No entanto, quanto a nós, esta é uma questão de pormenor. Aliás, um novo impasse surgiu já: a constituição do futuro governo provisório da Rodésia, que deverá administrar o país até à total independência. E neste particular, Smith tem as suas exigências que — segundo ele próprio afirma — se baseiam na proposta que lhe foi feita por Kissinger. Sempre ele! Smith quer que os Ministérios de cariz militar continuem nas mãos dos brancos. Isto porque Smith pensa poder, assim prosseguir a repressão à guerrilha nacionalista.

Significativo é também o facto de Smith ter afirmado que tanto Kissinger, como John Vorster, lhe prometeram que as sanções económicas seriam levantadas à Rodésia, caso as conversações de Genebra falhassem.

Como se vê, tudo se resolverá no campo das armas. A independência do Zimbábue não nascerá em Genebra.

## REFERENDO EM ESPANHA: OU SIM OU SIM

Ao mesmo tempo que era muito festejado cá por Portugal, Suarez fazia publicar pelo seu governo, em Espanha, as regras por que se guiará a campanha partidária para referendo do próximo dia 15.

Recorde-se que, desde que formou o seu gabinete, Suarez tem feito da reforma politica o seu cavalo de batalha. Na passada semana conseguiu que ela fosse aprovada pelas cortes. Aliás, outra coisa não seria de esperar, como na devida altura aqui se disse. Falta ainda obter o plebiscito popular. E é neste sentido que Suarez anuncia que, no próximo dia 15, o povo espanhol será chamado a referenciar o projecto politico. O boletim de voto terá inscrita a seguinte frase: está de acordo com o projecto de reforma politica? Numa análise simplista, chegaremos à conclusão que a votação será favorável a Suarez: a extrema-direita poderá votar «não», a esquerda abster-se-á, mas a grande maioria dos espanhóis, incluindo alguns dos partidos que fazem parte da chamada opposição democrática optarão pelo «sim».

Entretanto, as regras para a campanha partidária são de tal modo segregadoras, que todos os partidos da opposição democrática, desde cristão-democratas ao PCE, as rejeitaram pura e simplesmente.

Em poucas palavras: apenas terão direito à TV e à rádio os partidos actualmente já legalizados — isto é, todos os partidos mais ou menos franquistas. Quanto aos restantes: os «legalizáveis» à luz da actual lei dos partidos poderão, ou não, utilizar esses meios audio-visuais, conforme decisão governamental. Ora como a actual lei dos partidos não permite a legalização de todas as organizações politicas do PCE para a esquerda, estes não poderão fazer ouvir a sua voz na TV e na rádio.

Depois de tomarem conhecimento destas regras, os partidos da opposição democrática, reuniram-se e apresentaram um programa aprovado por unanimidade, segundo a qual o referendo só se poderia considerar democrático se na respectiva campanha puderem participar todos os partidos em igualdade de circunstâncias. Ao mesmo tempo, alguns órgãos de informação, como os semanários «Gua-diana» e «El País», ofereceram, desde já, páginas grátis à opposição, para que através delas os vários partidos possam expressar as suas ideias quanto à reforma politica de Suarez.

## REUNIÃO DO PACTO DE VARSÓVIA

Num momento em que os técnicos da NATO andam muito preocupados com a falta de operacionalidade da organização, o outro bloco militar reuniu-se em Bucareste, tendo aprovado uma declaração de politica geral, que em pouco altera o que já se sabia.

Segundo os telex, o tema principal das discussões foi o desarmamento. Como sempre. Quase poderíamos apostar que as horas gastas em debates sobre o desarmamento é equivalente às horas gastas no fabrico de armamento nuclear. Propõem os países do Pacto de Varsóvia que se assinem tratados de «não recurso às armas nucleares». Grande ideia, não hajam dúvidas! E porque não um tratado para a destruição das armas nucleares? Porque não começaram os países do Pacto de Varsóvia a dar o exemplo?

Outra curiosidade da declaração aprovada diz respeito a outro conceito tremendamente abstracto — tema para largas conversações: o desanuviamento. Diz ela que cada país participante na reunião procurará reforçar os laços de amizade com os restantes países socialistas, que não fazem parte do Pacto. E esses países poderão ser Mongólia, Cuba, Vietnam, mas também China. Dizem os observadores que, segundo o ponto de vista da URSS, será necessário encontrar uma reconciliação, mínima que seja, com a China. Estamos atentos.

## Timor-Leste

# A luta continua

«Se temos que combater e morrer pela nossa liberdade, falá-í-emos agora como homens e mulheres livres». A mesma hora em que o presidente Xavier do Amaral ao dizer estas palavras, proclamava a independência do Timor Leste, em 28 de Novembro de 1975, soldados indonésios capturavam a vila de Atabai, depois de cinco dias de bombardeamentos aéreos e navais. Dias depois, a 7 de Dezembro, a Indonésia lançou um ataque maciço contra Dili. Treze navios de guerra e onze aviões bombardearam a capital, 3000 pára-quedistas e fuzileiros navais assaltaram a cidade às primeiras horas da manhã.

Um ano depois, apesar dos aviões, das bombas e dos 35 mil soldados indonésios, o povo maubere resiste. Contra a opinião daqueles (Almeida Santos, Vítor Alves) que afirmavam não merecer a Fretilin mais de três linhas do Diário de Notícias e um minuto da RTP.

É a Fretilin que organiza e dirige a resistência armada contra o invasor. O regime fascista de Suharto levou a dor e a opressão a Timor Leste. Não admira que hoje, mesmo, os que, enganados pela Apodeti e pela UDT, se tornaram cúmplices da invasão, lutem lado a lado com os combatentes da Falintil, pela libertação total do Povo Timor.

A Radio Maubere, controlada pela Fretilin, continua a emitir regularmente das zonas libertadas. Na sua emissão de 1 de Novembro passado, fo-

ram referidos violentos combates durante as últimas semanas em MAUKATAR. Em Aileu, forças da Fretilin destruíram um carro blindado indonésio e mataram 10 soldados. E BAUCAU, que possui o único aeroporto internacional do país, a Fretilin eliminou 15 soldados indonésios. «Todos os dias, disse a Rádio Maubere, o território é bombardeado por aviões, barcos e artilharia pesada indonésia». Dias antes, a emissora trans-

## mensagem DA FRETLIN

mitiu um comunicado do Comité Central da Fretilin de que transcrevemos alguns excertos captados em Darwin:

«Após 10 (dez) meses de resistência contra o expansionismo colonial da clique dos generais Indonésios, o povo de Timor-Leste tomou consciência da sua força. De uma resistência pronta e espontânea passou à resistência consciente organizada e disciplinada. A Indonésia ao invadir Timor-Leste com forças de ar, terra e mar na manhã do domingo de 7 de Dezembro do ano lindo marcou o início do seu declínio.

A declaração de Ali Murtopo feita antes da invasão que a tomada Timor-Leste pela Indonésia não acarretaria problemas bem como a de Adam Malik após a invasão de que a Fretilin não tinha capacidade de organizar a guerrilha foram ilusões e exortações chauvinistas de que se serviram para ludibriar o povo Indoné-

sio a levar... para... comparável a carniceira levada e efeito pela sua camarilha... em Outubro de 1965.

«Perante a heróica e firme resistência do povo de Timor-Leste em querer defender até ao último homem a sua sagrada pátria cada passo dos



28  
NOVEMBRO  
1975

lacaos do imperialismo de Jakarta conduz inevitavelmente a sua própria derrocada. Para desmentir as suas próprias declarações contraditórias o governo de Jakarta contra-diz outras declarações. Por um lado a clique dos generais afirma controlar militarmente Timor-Leste convidando a principio estrangeiros para certificar in loco a situação e por outro lado através de um dos seus fiéis afirmou numa declaração recente de que está proibida a entrada em Timor-Leste de qualquer estrangeiro e de aproximação de qualquer barco. Esta última atitude só revela que o governo corrupto de Jakarta... no mundo exterior... Timor-Leste... e

através de informador imparcial.

As sucessivas derrotas no campo militar em Timor-Leste e as constantes condenações maciças a que o governo Indonésio está sendo alvo no plano internacional contribuem para a agudização das suas contradições internas. As prisões arbitrárias dos centenas de milhares de patriotas Indonésios. A tentativa (de golpe de estado)... que não foi divulgada, a sublevação de 5 unidades em Dili dos soldados Indonésios que ora combatem em Timor-Leste recusando lutar e exigindo o seu regresso em Agosto, a descoberta do complot contra Suharto anunciado pelos órgãos oficiais em 22 de Setembro 1975, tudo isto não é se não reflexo de uma situação de aproximação da derrocada do caduco e moribundo regime fascista e expansionista de Jakarta. Paralelamente a deterioração politico-militar e como factor determinante em última instância e económica Indonésia atravessa os seus momentos mais amargos e incriveis. O governo corrupto não pára de contrair dividas.

A todos os países amantes da paz e do progresso e, em especial, — aos países do terceiro mundo e todas as organizações internacionais apelamos para uma verdadeira solidariedade e uma tomada de posição no sentido de forçar e impedir ao corrupto governo do carniceiro Suharto a retirar total, imediata e incondicionalmente as suas forças da nossa sagrada pátria Timor-Leste, em conformidade com as resoluções das suas reuniões do C. S. e da ONU e da última assembleia dos países não alinhados em Sri Lanka.

# ROTEIRO



## LISBOA

- \* «Os Três Mosqueteiros», de Richard Lester, o autor de «Help» e «As Quatro Cabelinhas do Após-Calipso» (com os Beatles) — Bernis, 14.00, 16.30, 19.00 e 21.15.
- \* «Perfume de Mulher», de Dino Risì, com Vittorio Gassman — Apolo 70; 14.00, 16.30, 19.00 e 21.15.
- \* «O Último dos Duros», de Dick Richards, com Robert Mitchum e Charlotte Rampling — Monumental; 15.15, 18.15 e 21.15.
- \* «Easy Rider», de Dennis Hopper, com Peter Fonda — Satélite; às 15.00, 17.00, 19.00 e 21.15.
- \* «O Monstro», de W. Borowczyk — no Quarteto, sala 4, às 15.00, 17.00, 19.00, 21.00 e 23.00; e no Castil, às 15.00, 17.00, 19.00 e 21.15.
- \* «O Homem que queria ser rei», de John Huston, com Sean Connery e Michael Caine — Europa, às 15-15 e 21.15.
- \* «O Império dos Sentidos», de N. Oshima — Estúdio, às 15.00, 17.00, 19.00 e 21.15; e no Quarteto, sala 3, às 14.30, 16.45, 19.00, 21.15 e 23.30.
- \* «Os Noivos Sangrentos», de T. Malick — no Quarteto, sala 2, às 14.30, 16.45 e 21.30.
- \* «A Guerra Acabou», de Alain Resnais, com Yves Montand — Quarteto, sala 1, às 14.30, 16.45 e 21.30.

## GRETA GARBO



Continua, no Cateidoscópio, a retrospectiva do rosto de Greta Garbo (com 4 sessões diárias, às 14.00, 16.30, 19.00 e 21.15).

«Ninotchka», de Ernest Lubitch — 3 e 4 de Dezembro.  
«A Mulher das Duas Caras», de G. Cukor — 5 e 6 de Dezembro.

## COMÉDIA AMERICANA

Encerrar o ciclo da Comédia Americana, que se tem vindo a realizar no Palácio Foz, passa hoje (às 15.00, 18.00 e 21.00) — «Primeira Página», de Billy Wilder. A seguir, e até ao dia 10 — os filmes da Cinemateca.

## CINEMA ALEMÃO

«Deus Protege os Amantes», de Alfred Vohrer (1972). Sexta-feira, dia 3, às 18.30 e 21.30, no Instituto Alemão, ao Campo de Santana.

## MIZOGUCHI

Prossegue, na Gulbenkian, a retrospectiva da obra de um dos maiores cineastas da história — Kenji Mizoguchi. Dia 3, às 21.30 — «Festa em Gion» (1953). Dia 6, às 18.30 — «Os Contos de Lua Vaga» (1953). Dia 7, às 18.30 — «Cinco Mulheres em Torno de Utamaro» (1946). Dia 14, às 21.30 — «Os Amantes Crucificados» (1954). Dia 16, às 21.30 — «O Intendente Sansho» (1954). E no mesmo dia 16, às 18.00 — um colóquio sobre a obra de Mizoguchi, orientado por Jacques Rivette. Os bilhetes para todas as sessões estão à venda na Gulbenkian e custam apenas dez paus.

## SANJINES

Veja esta semana no Universal (Rua da Beneficência, ao Rego) todos os filmes de Jorge Sanjines — «O Inimigo Principal», que acaba de ser estreado entre nós, e os já clássicos «Sangue do Condor» e «A Coragem do Povo». («O Sangue do Condor», feito em 1969, passa também no ARCO, às 21.30, nos dias 7, 8 e 9 deste mês).

Para aqueles que ainda não viram, ou para aqueles que não sabem que Sanjines é, juntamente com o chileno Miguel Littin, o cineasta mais importante da América Latina — uma só solução: ir ao Universal.

## RIVETTE

Com a presença do próprio autor, inicia-se no dia 9, na Gulbenkian, o Ciclo RIVETTE.

A abrir a série, no dia 9, às 21.30 — «Paris nous Appartient», de 1962.

E a seguir, até 18 de Dezembro — «O Amor Louco», «Out one», «A Religiosa», «Céline et Julie vont en Ba-teau», «Duelo» e «Noroit». Mas disto tudo voltaremos a falar no próximo número.



## PORTO

### «OUTUBRO» DE EISENSTEIN: TODO O PODER AOS SOVIETES!

«(...) E, nesta incapacidade de criar do outro lado da linha de demarcação das classes, manifestou-se toda a força e poder da Revolução proletária, que varre como uma tempestade todos os que resistem ao seu assalto e que, com uma tempestade ainda mais poderosa, arrasta aqueles que escolham, duma vez para sempre, caminhar lado a lado com ela.»

S. M. Eisenstein (1933)

«OUTUBRO» é mais um filme sobre a revolução: é uma parte da revolução. Um filme em que, o talento de um dos homens mais importantes do cinema, nos continua a surpreender volvido mais de meio século. As perspectivas então abertas mantêm-se, ontem como hoje, como um dos poucos nomes do cinema que contribuíram decisivamente para o desenvolvimento de uma arte ao serviço do povo.

Assistindo a este filme, o espectador português não pode deixar de fazer a analogia entre a situação revolucionária existente, e a que nós portugueses vivemos até a um determinado período da nossa história.

Tal como lá — e se bem que Portugal de hoje, seja profundamente diversificado do contexto geopolítico e social que então se vivia — a Rússia de 1917 —, a verdade é que há aspectos em que se denotam certos paralelismos: a crise económica provocada pelo imperialismo; os sucessivos Governos provisórios; a contestação da Assembleia Constituinte, etc., são alguns pontos que também ocorreram, num passado não muito distante.

Por isso ver este filme, aqui e agora, no meio onde começa a mediocridade tomar-se-á quase obrigatório para todos nós. É que «OUTUBRO» diz respeito aos trabalhadores portugueses pelos problemas que coloca, não só sobre a organização dos mesmos em luta pelo derrube da velha sociedade capitalista, mas também pela conquista efectiva do poder, pela conquista de uma nova sociedade, a sociedade Socialista.

Manuel Victorino A. Silva

Em exibição na Sala-Bebé (Batalha) todos os dias às 18 horas e 23.15. Bilhete único: 35\$00.

## OUTROS FILMES

— Sala-Bebé (Batalha) — «REGRESSO AS CAVERNAS» de Claude Faraldo. Todos os dias às 15.30 e 21.10.

— No Cineclub de Porto — «OS MALDITOS» de Luciano Visconti (Itália; 1968). Dias: 5 de Dezembro às 10.30 e dia 6 Dez. às 18.30 no Cinema Batalha.

### A guerra acabou, isto é, está a começar. Semprun e Resnais, antigos combatentes. O Romantismo faz mal à saúde.

O respeitável cinema Quarteto, cujo proprietário chega a escrever para «O Dia», exhibe agora, dez anos depois de feito, o sobressalto de consciência política de Resnais, que por efeito se encontrou com um especialista: Jorge Semprun, não já o mesmo de «A Longa Viagem» mas talvez então já próximo do negociante que há alguns meses aceitou — para não de todos os que o amavam — escrever o argumento pró-sionista de «Oh Jerusalém», filme aliás nunca visto. Se não lho perdariam os palestinianos não lho perdoaremos nós, pelos vistos com razão, seja ele o trotsquista que for e talvez por isso mesmo.

Anterior a 1968 mas posterior às grandes rupturas no movimento comunista europeu de 1964/65, «La Guerre est Finie», apodrece agora, justamente, no limbo «arte e ensaio», em que aliás só o génio do seu realizador lhe deu entrada e bilheteira certa. Yves Montand, canastrão de esquerda, constitui evidentemente a melhor representação possível do intelectual comunista, funcionário do PC, pura lá virgem, conspirador, com o rabo de fora e homem de camas. É claro que isto tem a ver mais com o Semprun do que com a Espanha, mas o que não tem nada a ver nem com um nem com a outra, pobre Espanha, é a linguagem cinematográfica de Alain Resnais, que tinha feito o «Hiroshima» e faria, revolucionário já, «Muriel». Para quem conheça o argumento de Semprun, a câmara (e a montagem) de Resnais pode parecer meramente ilustrativa. Mas não: é criadora, porque só ela se descola da imagem de Montand e lhe formula, talvez de verdade, de imaginação e de coerência, uma interioridade cheia de amor que o espectador político tomará porém — e certo — por romantismo. Resnais inventa um novo cinema no interior do velho mito do revolucionário profissional, que para todos os Semprun sintetiza as imagens simultâneas e contraditórias do homem livre, do conspirador, do agente secreto e do militante firme mas temperado da rebeldia de que gostam, belíssimas, todas as Geneviève Bujold. «La Guerre est Finie» representa um discurso meramente «ousado» para a época; não tanto porém que nos faça esquecer a sua repugnante caricatura dos «revolucionários» bombistas apresentados como alternativa para o herói. Gostáramos agora de ler «A Segunda Morte de Ramon Mercader».

E esperemos que a Espanha revolucionária, que a Espanha real possa ver e rir deste filme. Mesmo que historicamente se reconheça na diátribe de Diego/Montand: «Espanha infeliz, Espanha heroica, Espanha do coração: estou farto dela, deito-a por fora».

A Espanha transformou-se na boa consciência lírica de toda a esquerda; é um mito para antigos combatentes. Entretanto, catorze milhões de turistas vão passar as férias a Espanha. A Espanha já não passa dum sonho de turistas ou da lenda da guerra civil. Isto tudo, e misturado com o teatro de Lorca, estou farto do teatro de Lorca: mulheres estereis e dramas campestres, basta! E a lenda da guerra civil, basta também! Eu não estive em Verdun, eu, nem na frente de Teruel, nem na frente do Ebro. E aqueles que fazem coisas em Espanha, as coisas verdadeiramente importantes, também não estiveram. Têm vinte anos e não é o nosso passado o que os move, é o seu futuro. A Espanha já não é o sonho de 36, mas sim a verdade de 65, mesmo se ela parecer desconcertante. Passaram trinta anos. Estou fadado com os velhos combatentes».

### É que, conspirador por conspirador, nós gostamos mais do Philip Marlowe, «O Último dos Duros», o que combatia realmente a Polícia

«Philip Marlowe e eu, nós os dois não desprezamos as classes superiores pelo facto de tomarem banho ou de terem dinheiro, mas porque soam a falso.»

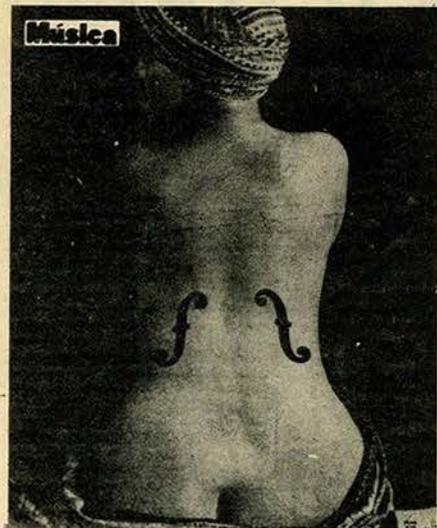
CHANDLER, Janeiro de 1945

Quem vive no mito da memória de Humphrey Bogart, certamente terá um sobressalto ao ver no papel de Marlowe o magnífico Cobb que é Robert Mitchum. Acrescentemos que a mesma personagem, que o seu autor considerava «um alcoólico vulgar que se está nas tintas para quem é o Presidente», foi retomada há pouco, mais próximo de nós, por Elliott Gould. Chandler, novelista cuja estatura literária a América que interessa está a descobrir, escrevia em 48: «a chatice com a figura do Marlowe é que falamos dele demais. Começou a levar-se a sério e a tentar justificar a sua reputação junto dos pseudo-intelectuais. É o que dá cabo dele. Dantes, era um tipo capaz de cuspir para o chão, rematar uma bola e falar pelo canto da boca». Este é o tipo que Mitchum redescobre, no «revival» de Dick Richards (quem será) que o Monumental exhibe agora para casas meio vazias. O argumento é baseado no «Farewell, My Lovely» (O Imenso Adeus), que Chanler designava como o seu melhor romance. Roteiro, impressionado, chama muito especialmente a atenção para a música de David Shire e aproveita para voltar a falar de Charlotte Rampling, que neste filme leva um dos melhores tiros do estômago da história do cinema.



## ROTEIRO

## Música



Apropriando-se do seu «Violon d'Ingres» (1924) para abrir a notícia de música, Roteiro homenageia esta semana Man Ray, o criador que acaba de morrer e que certamente foi com Manuel de Lima para o Céu dos poetas e dos fotógrafos. «Neste fim de vigésimo século, os indivíduos políticos revolucionários são muito raros. Man Ray era um deles. A sua política consistia em provar que podemos fazer tudo, inventar tudo a partir de nada. Um comunista do génio. Era isso. E também disso o que mais precisámos» — conclui o exaltante obituário que Alain Jouffroy lhe deu.

«É preciso fazer o que não se deve fazer.»  
MAN RAY

Hindemith fez certamente o que não devia, Hitler nomeou-o anarquista e o músico fugiu do Inferno, tal como Man Ray, que em 1940 passou, meteórico, pela Avenida da Liberdade de Lisboa onde talvez alguma estátua guarde, clandestino, o traço dum «graffiti» da sua contínua subversão.

Muito bom fora que Hindemith se tocasse no Hot Club; não seria Michel Portal o único que saberia então interpretar-lhe o génio? Na câmara solene da Gulbenkian, sexta-feira passada, Auditório Dois, quem se encontrou de facto com as ironias, paixões, violências e negatitudes do grande mestre foi Teresa Portugal Nuncio, violoncelista, que começou por fazer estalar o metal da estante, bater com o arco na anca doce e firme do instrumento e desafinar de seguida e sorrindo quase todos os graves, sob o olhar amigavelmente cortante de Dona Nella Maissa, piano, modernista e saudosa, para quem Hindemith é todavia um caso de amor antigo, cheio de memórias espirituais e de delicadeza no «toucher».

«Esqueça-me dos dedos em cada crime que faço.»  
HERBERTO HELDER

Ao contrário do que Hindemith teria desejado, Nella Maissa começou por impor ao trombone, aliás ágil, de Emídio Coutinho um ritmo que o grande instrumento, que se toca à medida do braço e não dos dedos, não poderia humanamente suportar. O fôlego largo e imaginário de Ricardo Ramalho repôs um insperado equilíbrio. A sua flauta assobiadora e quase percussiva preparou muito bem o clima hindemithiano de que Teresa Portugal Nuncio depois se apropriou.

Também ela fez o que não devia, como por exemplo tocar apaixonadamente passagens do mais meticuloso construtivismo, revelar que o gesto que produz som é música tão música como o som produzido, dar ao violoncelo — que é um prolongamento ou espelho de todo o corpo como a flauta é da respiração — o que foi feito para o violoncelo e para o corpo, preferir a força e o salto dos dedos à exactidão do seu toque, amar Hindemith de uma arcada certa e ampla, como quem diz, como Guillevic, «tomo a terra debaixo dos pés, sólida, indiferente, felizmente».

## LOPES GRAÇA

\* A assinalar o 70.º aniversário de Fernando Lopes Graça, um concerto non-stop com algumas das obras mais importantes do compositor:

«Para uma criança que vai nascer», escrita em 1961 para orquestra de cordas.

«Gabriela, Cravo e Canela», abertura para uma ópera cómica, de 1960.

«Poema de Dezembro», de 1961.

«Cantos Sefardis», compostos em 1971 sobre textos poéticos de judeus imigrantes na Europa.

«Clepsidra», obra terminada em 1976, e que se apresenta agora em 1.ª audição.

«Canto de Amor e de Morte», composto originalmente, em 1951, para quarteto de cordas e piano.

«In Memoriam de Bela Bartok».

E para terminar, «Canções Regionais Portuguesas», interpretadas pelo Coro da Academia dos Amadores de Música.

Colaboram neste concerto a Orquestra Sinfónica da Radiodifusão Portuguesa, dirigida por Silva Pereira, os cantores Fernando Serafim e Oliveira Lopes, e a pianista Olga Prates.

\* Sábado, dia 4 de Dezembro, no Teatro S. Luiz. A partir das 15.00.

## MOZART

Dia 3, às 21.30, na Igreja de S. Roque — «Missa em Dó menor», de Mozart.

Sopranos: Christine Baumann e Elsa Saque.

Tenor: Fernando Serafim.

Baixo: Orlando Worm.

Coro e Orquestra Gulbenkian, dirigidos por Michel Corboz.

(A «Missa em Dó Menor», incompleta, foi composta no mesmo período (1782/3) em que Mozart aderiu como revolucionário à Franco-Maçonaria).

## CONCERTO PARA ESTUDANTES

Dia 7, às 18.30, na Aula Magna da Reitoria da Universidade de Lisboa — recital de piano de **Sequeira Costa**.

## ROCK EM SACAVERM

Dia 3, às 21.30, no Cinema S. José de Sacavém — «Ritual Rock», com os grupos ASA e HOBNOB.

## MÚSICA DA ATLÂNTIDA EM SINTRA

No próximo domingo à tarde, no Palácio das Valenças em Sintra. Quatro teclados, um contrabaixo e percussões. (Ver o texto de Anhanguera que vem aqui ao lado).



## MEMÓRIAS DO EXÍLIO

«O exílio é parte da experiência brasileira na última década. Líderes sindicais, políticos, académicos, artistas, militares, estudantes — uma parcela significativa da vida nacional passou estes anos no estrangeiro. Alguns estiveram em Paris, Roma, Berkeley, Nova York; outros em Moscovo, Praga, Varsóvia; e há os que viveram em Santiago do Chile, em Lima, em Havana; há gente que está na China, Argélia, Israel». Da experiência destes homens e mulheres banidos do seu país pela ditadura fascista nasceram as «Memórias do Exílio», cujo primeiro volume, editado pela Arcádia, foi apresentado à imprensa no sábado à tarde na Iber-Livro, em Lisboa, e está à venda ao preço de 150 escudos.



«De muitos caminhos» é o título deste primeiro volume, colectânea de entrevistas, depoimentos, cartas, e textos literários, cujo traço comum é a memória do exilado; desenraizamento na terra estrangeira que o acolheu, desejo de um dia reencontrar um Brasil onde o fascismo não tenha lugar. Há textos assinados por nomes conhecidos, como Márcio Moreira Alves ou Fernando Batinga, e depoimentos de gente anónima; a palavra de jornalistas e escritores e palavras de operários, estudantes. Exilados, todos. Comprometidos, também.

«A intenção dos coordenadores não foi a de promover uma apologia dos exilados brasileiros. Evitamos também a martirologia. Salvo excepções, os exilados brasileiros não podem ser consistentemente caracterizados como «vítimas inocentes de uma injustiça». Via de regra, foram e são agentes suficientemente maduros para reconhecer os riscos acarretados pela luta política. A ditadura brasileira é uma monstruosidade, não uma «injustiça».

Deste modo, o aparecimento deste livro em Portugal tem qualquer coisa a ver com a solidariedade. Porque, como afirmou Fernando Pereira Santos ao fazer a apresentação das «Memórias», «enquanto houver um país sob a opressão fascista (...), a nossa luta de antifascistas não está concluída».



O Roteiro aconselha para esta semana, como experiência ou mesmo para ver, o seguinte:

Segunda-feira, às 21, o **Rock em Stock** no segundo programa.

Terça-feira, às 21 e 15, 2.º programa, o **Detective Aristocrático** — tem, sobre as séries americanas, a vantagem de não ser estúpido e de uma boa realização, sobre a qual o Roteiro reserva a opinião para uma das próximas saídas.

Quarta-feira — se te apetecer podes ver no 1.º programa pelas 20 h. a série da National Gallery, que por vezes é interessante e desta vez é dedicada à Renascença Holandesa.

Quinta-feira, às 20 h., não esqueças a noite de cinema no primeiro programa; na última passou o **The Touch**, de Bergman, para a próxima ainda não sabemos mas pode ser bom.

Sábado, às 22 horas, no segundo programa a «Cine-mateca», com um velho filme do mundo português: **Taxi 9297**.



## PORTO

«O SANTO INQUÉRITO» pela companhia Seiva Trupe. Todos os dias, na Cooperativa do Povo Portuense (Esquina da Rua Camões com a Rua do Paraíso), às 21.30. Aos domingos só às 18.00.

## LISBOA

Tudo sobre o Teatro em Lisboa, nas págs. 18/19.

## EM SINTRA, AGITANDO A NOVA MÚSICA

Domingo, mais ou menos a meio da tarde, no Palácio das Valenças, em Sintra, um grupo composto por 4 teclados (Emílio Nhanha Robato, dos Araripa, Pedro Luis, Luis Pedro e Pedro Sotirry) um contrabaixo (Pedro Wallentein) e percussões (Amouzeah Barba) vai tocar à BORLA para quem quiser ir vê-los no primeiro concerto de uma série que promete: **MÚSICA DA ATLÂNTIDA**.

Há muitos anos que se fala de nova música portuguesa, mas e música que entretanto tem sido feita não passou de uma mistificação pseudo-revolucionária para enganar todos, feita de ideias velhas e muito pouco música(v)is. No entanto, de há uns meses para cá toda uma malta muito nova que andava por garagens e arrecadações, timidamente ensaiando música a que poucos tinham acesso saiu para a rua e, em salas de teatro e cinema, em clubes, bares e até (como há algumas semanas em Lisboa) em prédios em construção, está fazendo com que haja música feita por músicos portugueses ao vivo e, agora sim, é tempo de falar e viver essa música nova que está a emergir.

De Atlântida? Mu, o continente perdido? De outras galáxias, como diria Mwandishi Herbie Hancock? De qualquer modo, com certeza de outros tempos que estão ali para arribar certamente tão novos quanto assim nova é a consciência da malta que já está por aí a pintar o caneco, em música & noutras coisas. Todas as semanas, por diversos pontos do país, mas sobretudo na zona da cintura industrial de Lisboa e no Porto, organizam-se concertos e festivais de «rock» com grupos portugueses de nomes esquisitos, compostos por malta que muitas vezes ainda não atingiu a casa dos vinte anos e, doutros, já mais velhos, como os Araripa, Plexus, Zanarr, Rão Kayo & as suas trupes de ocasião, já noutras ondas — que alguns pensam «mais sérias» — tudo querendo provar que, ao contrário das gerações perdidas que os precederam, hoje arrumadas nos quadros de partidos e repartições, o que eles querem antes do mais é fazer — do R seria resposta de Jerry Rubin em 69 a um tal de Vladimir ilitch?

Há uns fins-de-semana, um grupo de incontáveis músicos & músicos em potencial (sã-lo-emos todos, como pensou sunny murray) desbundaram durante cinco horas a fio num prédio em construção ali na Av. da Liberdade, numa sessão que era pra ser de Rão Kayo e dos Araripa e que foi de todos. A música, ao que parece, foi estúpida, havendo mesmo uma gravação do dia anterior (menos quente, ao que parece) que já dá uma ideia do que terá sido. O que importa, no entanto, é que de sessão em sessão os músicos portugueses se vão encontrando, formando diferentes grupos, tocando & tocando, sendo este o objectivo da malta que, através destes concertos da Atlântida, só quer pôr os músicos em actividade, dar-lhes força, agitar o (seu) meio.

E nada melhor do que Sintra para começar, terra de mil segredos, feita em recantos envoltos em mistério, próprio (esse mistério) da selva, da mata, dos caminhos perdidos, horizontes insuspeitáveis (re)descobertos de cada recanto, cá em baixo a vila feita de desenhos arquitectónicos do século passado, lá em cima o velho castelo onde os mouros viveram o seu tempo, a Pena, Monserrate, Seteais... Guiando um Chevrolet emprestado pelas curvas da estrada de Sintra, Álvaro de Campos penetrava no mundo em que hoje a malta, que lê Álvaro de Campos & Caetano e gosta, busca penetrar, preferindo um fugar como aquele, submerso em mistérios e, talvez por isso, ainda humano, à paisagem suicida das florestas de betão, como Lisboa. E, ATENÇÃO, ATENÇÃO, ESTÁ PRESTES A SAIR UM LP DE RÃO KAYO).

JAMES ANHANGUERA



# VIVA O TEATRO!



No palco como na rua — a história da luta de classes. O governo distribui os teatros municipais pelos seus filiados, e, por outro lado, reduz drasticamente os subsídios aos grupos independentes. A maior parte das Revistas, que continuam a atrair um público bastante popular, montam os seus «sketches» com piadas venenosas ao 25 de Abril e à revolução. A grande imprensa, a Rádio e a Televisão, alimentadas com os impostos que nós somos obrigados a pagar, ignoram, pura e simplesmente, os grupos amadores.

Apesar de tudo isto — resistindo contra tudo isto — os grupos continuam a trabalhar e a fazer Teatro de grande qualidade. As dificuldades são muitas, os subsídios insuficientes — a energia, porém, é grande.

Do ponto de vista do Teatro, este Dezembro é um mês em cheio — A Cornucópia prepara três novas peças; o Círculo de Giz continua no Teatro Aberto; a Comuna estreia «O Muro», e os Cômicos, «Do Teatro ao Cais do Sodré»; O Bando tem quase pronto um espectáculo gigante de fantoches e marionetes; o Campolide dá os últimos toques em Lunatcharsky e Fernão Lopes Cascais ensaia o «Rei Ubu»; a Centelha parte para Viseu...

A vitalidade é evidente, e constitui, por si mesma, uma resposta clara à austeridade cultural do governo.



«Casa de Pasto» e «Cais do Sodré» — de José Rodrigues da Costa.

Adaptação e dramaturgia de Margarida Barahona e Fernando Heltor, que é também o encenador. Música e encenação de Carlos Zingaro, do Plexus.

Todas as noites, às 21.15.

★ A seguir, «Monsieur Prudhomme», de H. Monnier, numa encenação de João Perry.

★ No Teatro do Bairro Alto, Rua Tenente Raul Cascais, ao Largo de S. Mamede.



## COMUNA

★ «O MURO», adaptado por João Mota de «As Aventuras de João sem Medo», escritas por José Gomes Ferreira.

Todas as noites, às 21.30; e aos domingos às 18.00. (Descanso à 2.ª feira).

Preços «especiais» (gratuitos) para comissões de moradores e trabalhadores; desempregados, colectividades populares e pessoas da 3.ª idade.

★ E a estreiar muito brevemente, um espectáculo teatral para crianças.

★ No Barracão Cor de Rosa, à Praça de Espanha.



## CORNUCÓPIA

★ «OS TAMBORES NA NOITE», de Brecht e Jorge Silva Melo, todas as noites, às 21.45, e aos domingos às 18.00. (Descanso à 2.ª feira).

★ «ALTA ÁUSTRIA», que esteve em cena no Instituto Alemão, será reposta no Teatro do Bairro Alto a partir do próximo dia 15.

★ Entretanto estão já anunciados três novos espec-

## CASCAIS

★ «O DESPIMENTO SEM JUSTA CAUSA», de Júlio Maurício e encenação de Rogério Paulo, continua em «tournée» pela província.

★ Entretanto, o Teatro Experimental de Cascais tem já outra peça na forja — trata-se do célebre «Rei Ubu», de Alfred Jarry.



## CASA DA COMÉDIA

★ «LENDAS PORTUGUESAS», recolhidas no IV Livro de Linhagens do Conde de Barcelos e no Romancelo de Almeida Garrett, numa encenação e dramatização de Manuela Machado, com música original de Ana Montenegro.

Todos os dias, até 5 de Dezembro, às 21.30; sábados e domingos, uma sessão suplementar, às 18.00.

★ O novo espectáculo, que está já numa fase bastante avançada, será apresentado antes do fim do ano.

★ Casa da Comédia, Rua de S. Francisco Borja, n.º 24.



## CENTELHA

★ «AUTO DE FERRABÁS E MANTARROTA», amanhã à noite no Atlético Clube da Liberdade, em Campolide) para comemorar a apresentação dos candidatos do MUP às eleições.

★ O grupo, que já representou esta sua primeira peça em várias escolas e colectividades populares, prepara actualmente um espectáculo de fantoches e um «trabalho de animação cultural com jovens e amadores».

«É com tudo «isto» que a Centelha vai estar um mês inteiro em Viseu», disse-nos uma das actrizes. E como se trata de um grupo que acaba de nascer, a Gazetilha torce por eles.

## CÔMICOS

★ «DO TEATRO AO CAIS-DO-SODRÉ», adaptação de 3 entremeses de cordel — «Anatomia Cómica»,



## BANDO

★ Regressado agora do IV Festival Internacional de Marionetes, «O Bando» prepara actualmente um grande espectáculo, com início na rua, e que tem fantoches, marionetes gigantes, 7 actores, muita música, etc., etc.

★ A sede é em Sintra, no Palácio Valenças.

## BONECREIROS

★ Os Bonecreiros, com sede em Moscavide, têm neste momento dois espectáculos em cena:

— «A FARSA DE INÉS PEREIRA», de Gil Vicente, para animação escolar.

— E «OS SANTOS LATIFÚNDIOS», do dramaturgo colombiano Guilherme Maldonado Peres, que o grupo representará brevemente na Sociedade Portuguesa de Autores (Av. Duque de Loulé).

★ E um espectáculo infantil a estreiar por volta do dia 10 deste mês.

## CAMPOLIDE

★ O Teatro de Campolide, agora apoiado por uma Associação de Espectadores (a «Pro-Teatro»), dividiu-se em dois grupos:

— O Amador apresentará ainda este mês o «D. Quixote Libertado», de Lunatcharsky (encenação de José Martins, um dos fundadores do grupo e que foi também o encenador de «A Farsa do Advogado Pethelin»).

— A Companhia profissional, dirigida por Joaquim Benite, prepara o «1383», que Virgílio Martinho adaptou da «Crónica de D. João I», escrita por Fernão Lopes.

# VIVA A REVOLUÇÃO!

táculos — «Longe da Cidade», de Jean Paul Wenzel; «Casimiro e Carolina», de Oden von Horváth; e «Treino do Campeão antes da Corrida», de Michel Deutsch, que assinalará a estreia de J. A. Osório Mateus como encenador.

★ No Teatro do Bairro Alto, Rua Tenente Raul Cascais, ao Largo de S. Mamede.

## R. DEMARCY, TERESA MOTA

★ «Quatro Soldados e um Acordeão» — a 2.ª peça das quatro «Fábulas Teatrais sobre a Revolução Portuguesa» — constitui, recentemente, um dos grandes êxitos do Festival de Outono de Paris. (Mais até do que cá, onde a equipa de Demarcy-Teresa Mota foi obrigada a actuar num espaço cénico demasiado apertado.)

Eles queriam continuar aqui o seu trabalho, mas como o pedido de subsídio para «As Vacas de Cujanças» corre o risco de não ser aceite (... parece que o governo não gosta lá muito da reforma agrária...), o Demarcy ficou por lá a ensinar no Instituto de Estudos Teatrais, e a Teresa Mota, que permanece no Conservatório de Lisboa, também não tarda muito que não regresses a Paris...



## GRUPO 4

★ «O CIRCULO DE GIZ CAUCASIANO», de B. Brecht.

Todos os dias, às 21.15; sábados às 15.30 e domingos às 16.00.

★ Em fase muito adelantada, os ensaios de «A Dança do Sargento Mousgrave», de John Harden e encenação de Morais e Castro.

★ No Teatro Aberto, à Praça de Espanha.



## PROPOSTA

★ O Teatro Proposta, instalado no Poço do Bispo, estreou-se este ano com «As Notícias do Poder».

Neste momento, e segundo nos disse o próprio Fernando Gusmão, o grupo está parado, vítima, como todos os grupos, da nova política cultural. (No caso do «Proposta» as consequências dessa política foram graves porque apanhou o grupo em plena fase de reestruturação.)

## RAFAEL DE OLIVEIRA

★ «HISTÓRIAS COM GRADES», de Oswald Drogún. Até 13 de Dezembro, todos os dias às 21.30,

e domingos às 18.00. (As 2.ª não há espectáculo.)

E tal como aconteceu com «A Mãe», de Gorky/Brecht, a Cooperativa de Comediantes Rafael de Oliveira irá depois fazer uma «tour-née» pela provincia.

★ Dentro de duas semanas, os ensaios para um novo espectáculo.

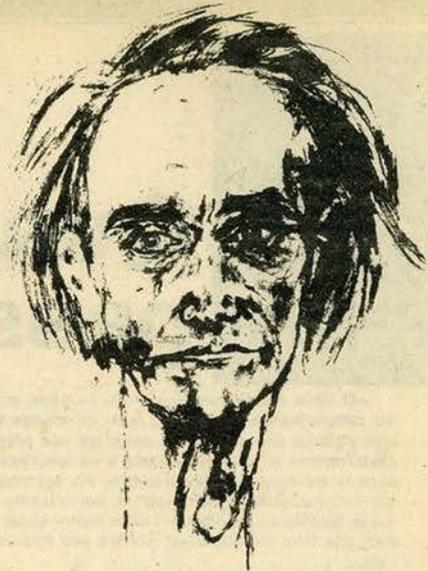
★ No Teatro da Trindade.

## T. E. L.

★ «O ESCRITÓRIO», do autor checo Vaclav Havel, estreia-se no próximo dia 3, às 21.30.

Mais uma encenação da Incansável directora do Teatro Estúdio de Lisboa — Luzia Maria Martins.

★ Teatro Vasco Santana, Junto à Felra Popular.



ANTONIN ARTAUD (AUTOPORTRAIT)



## O ponto quente da situação cultural portuguesa

Este painel, involuntariamente incompleto, deixou muitos grupos de fora e não conseguiu ir mais longe do que a área lisboeta (e mesmo assim, de Lisboa, ainda faltaram alguns, nomeadamente o «Início», que acaba de apresentar o seu primeiro espectáculo, e o «Teatro Hoje», de Gastão Cruz e Fiamia Hasse Pais Brandão, que trabalha actualmente sobre um texto de Albert Camus). Não se pretendeu, no entanto excluir ninguém — a não ser, evidentemente, aqueles que estão do outro lado da barricada, ou que, protegidos pelo Poder, se limitam a fazer o Teatro que lhes pagam para fazer. Mas o espaço de que dispõe um jornal, e, sobretudo, a falta de informações, não permitia, na verdade, que fizessemos melhor. E como a questão do Teatro é, neste momento, o ponto mais quente da situação cultural portuguesa, era imperioso começar desde já a falta de assunto.

Só por isso não falamos de todo o Teatro que se faz em Portugal. Só por isso, também, os grupos amadores — fonte vital da criação teatral — não encontramos aqui uma expressão à

altura da sua importância e implantação.

A «Gazeta», porém, não vai ficar por aqui. Se os leitores e os grupos derem notícias do que se está fazendo, um pouco por toda a parte, no campo do Teatro, o painel que hoje publicamos será ainda maior. Porque o nosso desejo é fazer a seguir uma coisa semelhante com os grupos da provincia (Seiva Trupe e outros, no Porto Centro Cultural de Évora; Animação Teatral de Setúbal; Grupo Cénico de S. Pedro do Sul; etc., etc.), e outra só com os grupos amadores. Pensamos também dedicar um dos próximos números da Gazetilha ao Teatro de Revista e às chamadas Variedades, que continuam a ter um grande impacto junto do público popular; e, logo a seguir, um inquérito/reportagem sobre o Teatro Infantil, que nos últimos dois anos conheceu um grande desenvolvimento entre nós.

Como vêem, não nos faltam projectos, nem ideias para os realizar.

Pela nossa parte, começamos já a recolher informações — falta apenas a vossa colaboração...

«O Muro» (na Comuna), «Os Tambores na Noite» (peia Cornucópia), «Lendas Portuguesas» (na Casa da Comédia), «O Circulo de Giz Caucasiano» (pelo Grupo 4, no Teatro Aberto), são algumas das peças que pode ver em Lisboa

Vá ao Teatro!  
O Teatro está em luta, e a sua luta é convergente com a de todos os trabalhadores



## Quantas toneladas passam sobre ti diariamente

«O circo é uma pequena arena fechada, própria ao esquecimento. Um tempo mais ou menos breve que permite não pensarmos mais em nós próprios, dissolver-nos no maravilhamento e na felicidade, de sermos transportados de mistério. Ao sairmos, envolvermo-nos num nevoeiro, aflitos, horrorizados pelo rosto quotidiano do mundo», dizia Henry Miller num pequeno livro intitulado «O Sorriso aos Pés da Escada».

Ontem fui ao circo com Henry Miller na memória, através dos palhaços e das cores numa osmose súbita de criança e adulto.

A medida que me aproximava do local, adquiria o meu corpo inteiro que datava do tempo em que os saltimbancos assaltavam as praças mais largas das aldeias para encher de cor e movimento os olhos dos putos por domesticar. Era a música cheia de melancolia com os timbres suaves da vida, a poesia em acção. Era o macaco no ombro do Paulino com olhos de amêndoa-doce e o sorriso largo do mar dormindo. Eram seres que pareciam vir de um outro planeta com os gestos que já tínhamos perdido. Gente que chegava e gente que partia. Eramos nós, os putos de gestos a controlar que descíamos até à praça à procura dos que vinham ajudar-nos a rir melhor. E a moeda que depositávamos alegremente sobre o saco de sarapilheira húmida, estendido na calçada, era o preço da incapacidade de sermos o palhaço que somos.

Ontem fui ao circo com tambores em surdina na cabeça, marco do «suspense», o homem voador pendurado no trapézio — a vertigem é minha.

Ontem no Coliseu fiz bicha na bilheteira como faço para os autocarros. Não deitei a moeda alegremente sobre a sarapilheira húmida mas fixei o boné do homem, do outro lado do vidro e, como (se) pagando a renda da casa, deixei cair sobre o prato rolante os oitenta escudos da entrada. Sem cumplicidade.

Entre na grande sala iluminada. O circo já era ali. As pessoas movimentavam-se e tinham fome (fome de circo?), chamavam freneticamente os vendedores de gelados e queijadas que corriam através das filas, o boné de lado, os trocos saltando do bolso em correria, o miúdo que tinha vindo com a família deu-me um forte pontapé nas costas.

A arena permanecia vazia e silenciosa.

«Venho ao circo por causa dos miúdos, se bem que eu também goste muito. É a primeira vez que venho ao Coliseu, normalmente vejo todos os circos ambulantes que passam lá pelo Barreiro, onde moro», dizia-me uma espectadora que tinha vindo com o marido, a mãe e os dois filhos ver a ginástica, os palhaços e a música.

Se o circo é o espectáculo da rua, ali no Coliseu a rua estava lá com todos os tiques quotidianos dos encontros, da agitação e do consumo. Havia uma arena vazia à espera do «maravilhoso»: concentricamente, uma outra, cheia a dois terços, dispunha-se a absorver parte do «maravilhoso» roubado entre as horas tristes da cidade cansada. Estávamos lá para que nos arrancassem o riso e as outras sensações enterradas no corpo. Estávamos todos lá, numa sessão de exorcismo.

A orquestra sou. As luzes apagaram-se, deixando um foco violento a incidir sobre a arena. A apresentadora apareceu com ar saltitante, microfone na mão. Era o começo. O público aplaude.

«Já é, mãe? Já é?», insistia o putito que um quarto de hora antes me tinha alvejado as costas com um pontapé. É sim, menino. «Começa chocolates menino, come chocolates...». Vê os sons, as formas e as cores, embebeda-te de riso, do teu riso. Corre para a arena e diz, o palhaço sou eu! O menino bate os pés ao ritmo da música da orquestra, da avó, da mãe, do pai e do irmão. O menino bate as mãos numa na outra até fazer barulho.

próprios sem tempo, sermos a música do movimento, sensação de emancipação.

O ilusionista, com fisionomia de sábio-louco mostra os seus truques rápidos e exactos. Dois espectadores são chamados a colaborar. Receosos, aceitam; a indecisão de entrar no jogo apanha-lhes as feições livres e deixa à vista as cicatrizes do jogo quotidiano que já não é jogo porque aniquila. O ilusionista tem o ar alegre de quem joga o símbolo e tu tremes e temes o ilusionista que és das coisas tristes. De um lenço fazer sair uma pomba é sonhar; de um prédio de vinte andares fazer sair um homem é mentira. A pomba, essa é de verdade. O circo atrai aqueles que não querem esquecer a vida ou a quem lembrar durante um momento.

O ilusionista sai correndo com a longa fita azul rastejando pelo chão «ai a pombinha! Olha... ficou esquecida».

Depois vieram os camelos, animais do deserto longínquo, trazendo consigo todas as histórias dos países que nunca vimos; ajoelham-se em pequenas mesas redondas e formam um círculo. O deserto é distante e ali. O cavalo branco aparece como a ventania que se levanta nas areias leves dos espaços sem fim e leva-nos para lá num voo de acrobacia; o cavalo ziguezagueia entre as mesas, os camelos calmos no deserto — ali.

A mota atravessa o deserto voando sobre um teleférico; a trapezista vestida de vermelho vem sorrindo a altura.

Estranha máquina aquela que atravessou o meu deserto!

Os palhaços nas recordações que guardei do circo sempre me apareceram como a ligação mais forte do real ao imaginário. Dos palhaços no Coliseu eu não vou falar. Eles eram o real imbecil, a piada política reacçãoária. Eles morriam o circo.

Nem a senhora velha com os cães amestrados eu quero contar. A cadelinha — menina com os gestos da senhora-velha de sorrisos-emprestados fazia-me sentir a tristeza mais sacana que podemos dar a nós mesmos.

Já os elefantes pesados pareciam permanecer intactos apesar do controlo. E quando um deles passou os seus três mil e quinhentos quilos sobre o domador, fazendo passar lentamente uma a uma as quatro grossas patas, o suspiro da assistência foi de agradecimento.

Quantos elefantes de três mil e quinhentos quilos passam diariamente sobre ti sem tocar-te com um dedo?

«Senhoras e senhores chegou o ponto culminante do nosso espectáculo. Quem não tiver a coragem de olhar pode e deve baixar os olhos» (ou assobiar para o alto!), estas as palavras seguras do apresentador. Tum! Tum! Tum! Os tambores do perigo suspendem a respiração de uma multidão; as mãos transpiram e os olhos fraquejam perante a presença do homem diabo que se prepara para o salto da morte.

O putito atrás de mim, desisti dos pontapés e a avó colocou-lhe suavemente a mão em frente dos olhos.

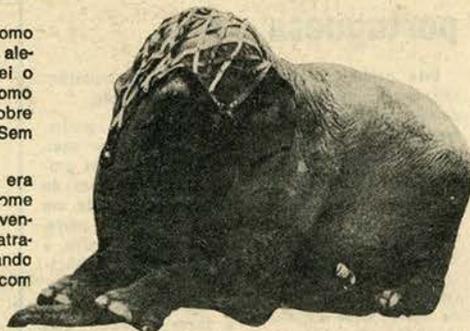
Diante do salto da morte todos encontrámos a ternura como cúmplices de uma morte, de todas as mortes.

Com o salto vencendo a morte, o espectáculo deu-se por terminado; as pessoas levantaram-se e foram-se embora.

Das cores alegres do circo e das músicas correndo como rios, passámos às avenidas frias de Lisboa que se vem adormecendo.

Depois do circo senti que tinha todo o direito à preguiça de me meter numa bicha de autocarro. A noite cinzenta e o frio gelado acordam-nos para a chaticice.

ESPERANÇA MARREIROS



Os quatro cavalos da Noruega entram a galope, dão voltas à arena, um a um, dois a dois, os cascos fazem toc-toc no soalho. O menino esqueceu as mãos abertas, separadas no ar, as palmas dele foram interrompidas pelo galope dos cavalos. O circo que era aqui já é além. Aqueles cavalos sabem tão bem que devem bater os cascos e marchar a par, como tu sabes que debes calar as mãos. Os cavalos roubaram-te o gesto. Aquele senhor com o chicote fala aos cavalos como a tua mãe te diz «quietinho!».

Depois vêm os pôneis, os cavalinhos que fazem tudo como os meninos, sentam-se, deitam-se numa cama «olha o cavalinho vai para a cama sozinho, vê, deita-se como uma pessoa», diz a mãe ao miúdo. Olha bem, menino cretino que não páras de me pontapear as costas, olha bem, o circo é tu.

A equipa de perchistas dá entrada. Os aplausos enchem a sala. A rapariga de biquíni azul sobe a barra fina equilibrada no ombro do amigo; agarra-se só com uma mão e fica na horizontal. O equilíbrio. Lá, além, é o nosso equilíbrio diário, económico, afectivo. Somos perchistas sem o saber ou esquecendo. Só que o equilíbrio, aqui, tem cor e música, tem sonho à mistura. Aqui, podemos misturar-nos à corrente permanente e em cascata, ao movimento e, por minutos, termos a possibilidade de ser, sem recurso à reflexão exacta, à análise e à possessão. Aqui, podemos deixar-nos correr ao longo de nós

# TANTO DÁ ATÉ QUE FURA